

Universidade Federal de Santa Catarina

Departamento de Sociologia

ENSINO PÚBLICO EM SANTA CATARINA

- Coordenadores de Educação -

Tese submetida a Universidade Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do grau de Livre Docência (DSc).

Neide Almeida Fiori

Julho - 1974

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de Livre Docência (DSc) - Especialidade - Ciências Sociais.

Apresentada perante a banca examinadora composta dos professores:

---

---

---

---

---

O presente estudo destina-se a ser apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a obtenção do Título de Livre Docência (DSc). Desenvolveu-se sob os auspícios da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, onde exercemos cargo técnico, e da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), na qual atuamos como docente nas disciplinas Sociologia Educa  
cional e Pesquisa em Educação.

Além dos órgãos acima citados, colaboraram, ainda, para a concretização desta pesquisa, várias instituições e profissionais, que aqui registramos como uma forma de agradecimento.

O processamento de dados foi efetuado pelo Departamento de Ciências Estatísticas e da Computação do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo que devemos agradecimento ao Engenheiro Marcílio Zanella e, de modo especial, ao Professor Clávio Coutinho, Diretor do referido órgão. Nessa área de atuação, é oportuno, também, referir a colaboração da Servodata Processamento de Dados, na pessoa de Eduardo Sérgio Almeida Broering.

O tratamento estatístico dos dados efetuou-se sob a orientação da Professora Yara Pisanelli Gustavo de Castro, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e do Professor Paulo Antonio Guerra, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. A Professora Diva Zandomenigo, da Secretaria da Educação e Universidade Federal de Santa Catarina, contribuiu com sugestões quanto à elaboração do texto do presente estudo.

Salientamos, que nos cabe toda a responsabilidade pelas limitações que este relatório de pesquisa possa apresentar.

Neide Almeida Fiori

Florianópolis, julho de 1974

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa foi estudar o estrato ocupacional dos Coordenadores de Educação (Regionais e Locais), que atuam no ensino público estadual de Santa Catarina e que pertencem à organização Secretaria da Educação.

A atividade desses profissionais foi considerada uma evolução do que era denominado, tradicionalmente, de inspeção escolar.

A pesquisa abrangeu toda a população dos Coordenadores de Educação do Estado de Santa Catarina, composta de 124 Coordenadores Locais de Educação e 12 Coordenadores Regionais de Educação.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram a entrevista e o questionário. A interpretação sociológica do tema da pesquisa foi feita apoiada, principalmente, em informações históricas, em legislação, em dados secundários e na análise estatística dos dados levantados pelo questionário.

As técnicas estatísticas mais frequentes, tabelas de dupla entrada, média, desvio padrão, teste de validade de escala de atitudes, coeficiente de associação e coeficiente de correlação.

Como resultado, foram aceitas as seguintes hipóteses:

Entre os atuais Coordenadores de Educação, aqueles que em seu passado profissional foram Inspectores Escolares apresentam maior grau de tradicionalismo do que aqueles que não foram Inspectores Escolares;

Os Coordenadores de Educação do sexo feminino são mais tradicionalistas do que os do sexo masculino;

Os Coordenadores de Educação do sexo masculino apresentam maior grau de iniciativa e independência do que os Coordenadores de Educação do sexo feminino;

O grau de iniciativa e independência dos Coordenadores de Educação diminui à medida em que ascendem na estrutura social.

SUMMARY

The purpose of this research was to study occupational stratus of the Educational Coordinators (Regional and Local) which deal with the Santa Catarina's Public State Education (Brazil), performing to the Organization - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (State Departament of Education).

The activities of these Coordinators were considered an evolution of what was traditionally called School Inspection.

The research covered the whole Educational Coordinators population ; 124 Local Coordinators and 12 Regional Coordinators.

The interview and standard question list were the research procedures used. A sociological interpretation given to the study was mainly supported in: historical facts, legislation aspects, secondary available data, and statistical analysis of the primary data collected by standard question list.

The statistical techniques more frequently used were: frequency schedules, double entry tables, mean, standard deviation, validity attitude scale test, association ratio and correlation ratio.

As results, the following hypothesis were proved accepted:

In the population studied, the Educational Coordinators which have formerly been School Inspectors showed a greater degree of traditionalism than those which have not been;

Women have showed to be more traditionalist, and have a lesser rate of iniciative and independency than men;

The Educational Coordinators' degree of iniciative and independency decrease as they rise in the social structure;

BIOGRAFIA DO AUTOR

A autora deste estudo é descendente de família catarinense, embora seja natural do Estado do Paraná. Sua infância e sua adolescência foram vividas na cidade de Lages.

Concluiu o Curso de Direito, na Universidade Federal do Paraná. Fez estudos de Psicologia Social, na Universidade de Strasbourg (França) e cursou Antropologia Cultural e Metodologia Científica, na Universidade Técnica de Lisboa (Portugal).

Participou do I Curso de Pesquisas Educacionais e Sociais, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) do Ministério da Educação e Cultura.

Concluiu, também, o Curso de Mestrado na Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. A pesquisa realizada para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências (MSc), por essa Escola, recebeu o título de Aspectos da Evolução do Ensino Público no Estado de Santa Catarina, deverá ser apresentada à banca examinadora, no segundo semestre de 1974.

A autora do presente estudo tem realizado trabalhos em diversas instituições. Iniciou sua vida profissional na Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina e na Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Durante dois anos, a convite oficial do então Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), exerceu o cargo de pesquisadora, no Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Professor Queiróz Filho", de São Paulo, órgão do INEP.

Atualmente, seu trabalho profissional desenvolve-se em atividades de assessoramento, na Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina e no exercício do magistério, na Fundação Universidade Regional de Blumenau.

I N D I C E

## CAPÍTULO 1

METODOLOGIA

1.1 - INTRODUÇÃO	1 X
1.2 - REVISÃO DA LITERATURA	3
O Inspetor Escolar em Santa Catarina	3
A Formação do Inspetor Escolar	5
A Teoria da Inspeção Escolar	6
1.3 - OBJETIVO	8
1.4 - TÉCNICAS DE PESQUISA	9
Entrevista	9
Questionário	9
1.5 - QUADRO DE REFERÊNCIA	10

## CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO GERAL

2.1 - INTRODUÇÃO	11
2.2 - COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO	13
2.3 - COORDENADORIAS LOCAIS DE EDUCAÇÃO	13
2.4 - CARACTERIZAÇÃO PESSOAL DOS COORDENADORES DE EDUCAÇÃO	20
Idade	20
Naturalidade e sexo	22
Estado Civil e Religião	22
2.5 - CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS COORDENADORES DE EDUCAÇÃO	23 X
Atribuições dos Inspectores Escolares	23
Atribuições dos Coordenadores Locais de Educação	25

Passado Profissional	26
Forma de Provimento do Cargo	26
Atividades Profissionais Atuais	26
Aspirações Profissionais	27

### CAPÍTULO 3

#### A CARREIRA DE INSPETOR

3.1 - ANTECEDENTES	31
3.2 - A CRIAÇÃO DA CARREIRA	34
3.3 - OS CONCURSOS DE INGRESSO	35
3.4 - A CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS	37
3.5 - INTERAÇÃO SOCIAL E CONCURSOS	41
3.6 - AS PROVAS DOS CONCURSOS	43

### CAPÍTULO 4

#### MOBILIDADE OCUPACIONAL

4.1 - ASPECTOS DA MOBILIDADE OCUPACIONAL	47
4.2 - ORIGEM DOS PADRÕES DE MOBILIDADE	48
4.3 - MOBILIDADE HORIZONTAL	49
4.4 - MOBILIDADE VERTICAL	51
Em relação à situação de Professor	51
Em relação à situação de Diretor de Grupo Escolar	52
Em relação à situação de Inspetor Escolar	55



## CAPÍTULO 5

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

5.1 - ASPECTOS GERAIS	59
5.2 - CURSO SUPERIOR CONCLUÍDO	60
5.3 - FREQUÊNCIA A CURSO SUPERIOR	61
5.4 - PASSADO PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIA DOCENTE	64
5.5 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE E FORMA DE PROVIMENTO DO CARGO	68
5.6 - LOCAL DO CURSO SUPERIOR	72

## CAPÍTULO 6

ESCALA DE MODERNISMO E TRADICIONALISMO

6.1 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	79
6.2 - ESCALA DE MODERNISMO E TRADICIONALISMO	79
6.3 - VALIDADE E AVALIAÇÃO DA ESCALA	82
6.4 - APORTUNIDADE DO ESTUDO	84
6.5 - IDADE E TRADICIONALISMO	87
6.6 - MULHER E TRADICIONALISMO	91
6.7 - PASSADO PROFISSIONAL E TRADICIONALISMO	95

## CAPÍTULO 7

UM ESBOÇO DE RESISTÊNCIA A MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS

7.1 - CARGO E GRAU DE MODERNISMO E TRADICIONALISMO	98 X
7.2 - CONHECIMENTO DA REFORMA ORGANIZACIONAL	100
7.3 - DIMINUIÇÃO DE STATUS	101
7.4 - DIMINUIÇÃO DE VENCIMENTOS	102

CAPÍTULO 8

ATITUDES EM RELAÇÃO A SITUAÇÕES DE TRABALHO

8.1 - ESCALA DE INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA	104
8.2 - IDADE E INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA	109
8.3 - SEXO E INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA	111
8.4 - TRADICIONALISMO E INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA	114

CAPÍTULO 9

ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA

9.1 - OCUPAÇÃO	116
9.2 - ESCALA DE ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA	116
9.3 - MOBILIDADE SOCIAL	118
9.4 - CURSO NORMAL E MOBILIDADE SOCIAL	120
9.5 - RESULTADOS GERAIS DA ESCALA DE ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA	122
9.6 - ORIGEM E SEXO	125
9.7 - ORIGEM SOCIAL E INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA	127

CAPÍTULO 10

CONCLUSÕES GERAIS

10.1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS COORDENADORES DE EDUCAÇÃO	131 X
10.2 - A CARREIRA DE INSPETOR ESCOLAR	132
10.3 - MOBILIDADE OCUPACIONAL	132
10.4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL	132
10.5 - ESCALA DE TRADICIONALISMO	133
10.6 - RESISTÊNCIA A MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS	133

	XI
10.7 - ESCALA DE INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA	133
10.8 - ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
ANEXO 1 (questionário)	140
ANEXO 2 (Plano de Codificação do questionário)	155

## CAPÍTULO 1

### METODOLOGIA

#### 1.1 - INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi estudar o estrato ocupacional dos Coordenadores de Educação (Regionais e Locais), que atuam no ensino público estadual de Santa Catarina e que pertencem à organização Secretaria da Educação. A atividade desses profissionais foi aqui considerada como uma evolução do que era denominado, tradicionalmente, de inspeção escolar.

O nosso interesse inicial, pelo tema da presente pesquisa, surgiu em conseqüência de trabalhos técnicos desenvolvidos na Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina. Essa situação harmoniza-se com a afirmativa de William Goode, ao dizer que a experiência individual influi na escolha do tema que o pesquisador se propõe a estudar. (1)

Nessa atividade, tivemos a oportunidade de vivência dos problemas da educação pública do Estado de Santa Catarina, em seus mais variados ângulos, e interiorizamos a perspectiva intelectual de que a inspeção do ensino, entendida sob um amplo enfoque de controle da educação - administrativo e pedagógico - constitui-se em decisivo fator na eficácia do processo educativo. (2)

Na ocasião, sobre a atuação dos Inspectores Escolares ocorria uma polêmica: estes responsabilizavam a Secretaria da Educação como fonte dos entraves ao seu trabalho; e, com frequência, os setores técnicos da mesma Secretaria viam então, na atuação desses profissionais, uma grande deficiência na educação catarinense.

No ano de 1970, o cargo de Inspetor Escolar foi convertido no de Coordenador Local de Educação, mas continuou a ser discutida a eficácia da atuação desse profissional e o dilema contribuiu para que nos propuséssemos a estudar o tema.

---

(1) GOODE, William J. e HATT Paul K. Métodos em pesquisa social. 2 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1968. p. 34.

(2) Neste estudo, os termos "ensino" e "educação" serão entendidos como sinônimos e empregados indistintamente.

O controle da educação é um aspecto de grande relevância. Segundo Lourenço Filho, "controlar significa confrontar o desempenho de papéis diferenciados, ou verificar a forma pela qual as responsabilidades de cada qual são aceitas e respondidas." (3)

Este estudo partiu do pressuposto de que a sistemática de controle do ensino é função do próprio sistema de ensino, isto é, ela se modifica em consequência das alterações quantitativas e qualitativas que nele ocorrem, sendo o termo "função" aqui empregado no sentido referido por Robert K. Merton: diz respeito à situação de uma variável que se altera segundo as modificações ocorridas em outra variável, com a qual se relaciona. (4)

Essas modificações qualitativas e quantitativas tornam-se mais marcantes quando ocorre uma Reforma de Ensino (linguagem tradicional) ou se elabora um Plano de Educação (terminologia de planejamento educacional); conseqüentemente, sendo função do sistema de ensino, tende a alterar-se profundamente os esquemas de controle da educação.

O 1º Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina do ano de 1970, alterou fundamentalmente a tradicional sistemática de controle do ensino público estadual.

Anteriormente, os Inspectores Escolares tinham a atribuição de controlar o ensino em seus aspectos administrativos e pedagógicos e, considerados na área de sua jurisdição, gozavam de situação afim com o plano diretivo.

No ano de 1970, o cargo de Inspetor Escolar foi convertido no de Coordenador Local de Educação e teve modificadas as suas atribuições. A ação do Coordenador Local de Educação passou a identificar-se mais com o plano operativo e a ter acentuados enfoques de administração de ensino.

Analisando o desempenho dos antigos Inspectores Escolares e o dos atuais Coordenadores Locais de Educação, ambos podem ser considerados como elementos de ação intermediária, entre os níveis hierárquicos superiores, que detêm o poder decisório, e o plano operativo, a nível de escola.

Nesse sentido, a ação desses profissionais deve ser analisada como revestida de duplo aspecto: oferecer informações e recebê-las; colaborar para que ocorram adequadas decisões a nível operativo e, também, contribuir para que os esca

(3) LOURENÇO FILHO, M.B. Organização e administração escolar. 6 ed. São Paulo, Melhoramentos; 1972. p.88.

(4) MERTON, Robert K. Teoria y estructura sociales. México, Fondo de Cultura, - 1970. p.31.

lões hierárquicos mais elevados possam tomar decisões adequadas à realidade e aos objetivos da organização.

Esse fluxo de informações, conforme já foi registrado, depende basicamente dos chamados elementos de ação intermediária da organização, e é fundamental para que haja o controle. E entre as múltiplas facetas de importância do controle, cabe salientar sua contribuição para pôr a prova os modelos teóricos e práticos, sobre os quais a organização se apóia.

## 1.2 - REVISÃO DA LITERATURA

Neste estudo, as atribuições dos atuais Coordenadores de Educação da Secretaria da Educação foram consideradas como uma evolução do que era denominado, tradicionalmente, de inspeção escolar, o que se harmoniza com a idéia de que a figura do Inspetor Escolar tende a evoluir para a de Coordenador.

A revisão da literatura, pertinente ao tema da pesquisa, foi ordenada segundo os seguintes enfoques fundamentais:

- a) O Inspetor Escolar em Santa Catarina
- b) A formação do Inspetor Escolar
- c) Aspectos Teóricos da Inspeção Escolar

### a) O Inspetor Escolar em Santa Catarina

Esse tema foi estudado por Flordardo Cabral e Ambrosina Maria Gomes, em trabalho apresentado na 1.<sup>a</sup> Conferência Estadual de Ensino Primário, realizada na cidade de Florianópolis, no ano de 1927. (5) O estudo não seguiu uma metodologia científica e apresentou um modelo ideal de atuação, para o Inspetor Escolar.

O Professor José Figueiró de Siqueira estudou o Inspetor Escolar no Estado de Santa Catarina, no ano de 1962, em trabalho intitulado Atribuições do Supervisor na Teoria e na Prática.

A técnica empregada foi a do questionário, no qual foi utilizada a relação das atribuições dos supervisores elaboradas por Harold Spears e publicada em seu livro Improving the Supervision of Instruction.

---

(5) As obras citadas nesta Revisão da Literatura encontram-se, de modo mais detalhado e completo, nas Referências Bibliográficas do presente relatório de pesquisa.

Essa pesquisa concluiu que, em Santa Catarina, 65% das atividades dos Inspectores Escolares eram de ordem administrativa, 25% referiam-se à área pedagógica, e 10% tinham características de relações humanas.

A atuação dos Inspectores Escolares, no Estado de Santa Catarina, foi, também, objeto de pesquisa levada a efeito no ano de 1966 e coordenada pelo Professor Sílvio Coelho dos Santos. Esse estudo, com o título de Sobre as Condições do Processo Educacional em Santa Catarina, constituiu-se em importante levantamento a respeito da educação pública estadual, à época da pesquisa.

O estudo ora analisado utilizou a técnica da entrevista e do questionário e concluiu pela deficiência dos Inspectores Escolares de então, do ponto de vista de formação, de interesse pelo trabalho e de atribuições realmente desempenhadas.

O presente tema - Inspectores Escolares em Santa Catarina - foi, ainda, estudado por Neide Almeida Fiori, em trabalho intitulado Aspectos da Evolução do Ensino Público no Estado de Santa Catarina. (6)

Nesse estudo, que abrangeu o período imperial (1835-1889) e o período republicano (1889-1970), a autora analisou a inspeção escolar em Santa Catarina, sob uma perspectiva histórica de processo. A metodologia da pesquisa utilizou entrevista, dados secundários, legislação, documentos do arquivo da Secretaria da Educação e Relatórios dos Presidentes da Província e dos Governadores do Estado.

A pesquisa em questão concluiu que os Inspectores Escolares tiveram marcante influência no ensino catarinense, principalmente pelas circunstâncias relacionadas a seguir:

1 - A inspeção escolar atua como fator de controle social, harmonizando-se com a ação de convergência do Estado que visa a implantação ou a solidificação de sua filosofia educacional, nas escolas.

Essa atuação como controle social, no caso catarinense, apresenta contornos mais originais e nítidos, quando se refere à ação dos Inspectores Escolares objetivando a que a escola conseguisse acelerar o processo de assimilação cultural de grupos étnico de origem estrangeira - principalmente alemães e italianos.

2 - Os Inspectores Escolares lideraram decisivas reestruturações do ensino no Estado de Santa Catarina, as quais levaram o nome de seus principais mentores intelectuais: Reforma Orestes Guimarães (ano 1911), Reforma Trindade

---

(6) Trabalho em vias de publicação.

(ano 1935), Reforma Elpídio Barbosa (ano 1946).

Essa liderança permaneceu até a década de 1950, quando diferentes profissionais - professores universitários e especialistas nas várias áreas da educação - começaram a influir decisivamente nos novos rumos técnicos da Secretaria da Educação.

#### b) A Formação do Inspetor Escolar

A Reforma Universitária ocorreu no ano de 1968 (lei n.5.540 de 28 de novembro de 1968), complementada pelo decreto-lei n.464 de 11 de fevereiro de 1969.

O Parecer n.252/69 do Conselho Federal de Educação disciplinou importantes aspectos das citadas legislações, especialmente os referentes aos Cur sos de Pedagogia.

O Conselho Federal de Educação, ao tratar da Reforma Universitária, en dossou o sistema de Habilitações para o Curso de Pedagogia, e entre essas Habi litações possíveis, sancionou as de Administração Escolar, de Supervisão Esco lar e de Inspeção Escolar.

Para a Habilitação de Inspeção Escolar, o legislador estabeleceu algu mas disciplinas obrigatórias e outras optativas. O Currículo dessa Habilitação, no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1970, constava das seguintes disciplinas:

- Princípios e Métodos de Inspeção Escolar ..... 4 semestres
- Princípios e Métodos de Administração Escolar .... 2 semestres
- Estatística Aplicada à Educação ..... 2 semestres
- Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica ..... 2 semestres
- Educação Comparada ..... 1 semestre
- Problemas Especiais de Inspeção Escolar ..... 2 semestres
- Legislação do Ensino ..... 1 semestre

A lei federal n. 5.692 de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretri zes e bases para o ensino de 1º grau e 2º graus, harmonizou-se com a política da Reforma Universitária ao estabelecer, em seu artigo 33: "A formação de admi nistradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais es pecialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação."

Tradicionalmente, considerava-se como pouco definido o campo de atua ção do Administrador Escolar, do Supervisor Escolar e do Inspetor Escolar. Mas,



as referidas tomadas de posição do legislador levam a crer que já haja suficiente lastro teórico, para servir de quadro de referência para essas diferentes atividades profissionais; e, também, que as atribuições do Administrador Escolar, do Supervisor Escolar e do Inspetor Escolar já estejam suficientemente distinguidas entre si.

Entretanto, as colocações anteriores não são consideradas pacíficas e levaram ao aparecimento de bibliografia e de documentos que discutem esses aspectos.

Nessa linha de colocações cabe ser citado o estudo Consulta sobre o Curso de Ingresso para Inspectores Escolares, da Professora Esther de Figueiredo Ferraz, membro do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

É oportuno referir, também, a importante análise da Habilitação de Inspeção Escolar feita pelo Professor Durmeval Trigueiro Mendes, membro do Conselho Federal de Educação, e cuja linha de pensamento está apresentada a seguir.

Em seu estudo, esse educador referiu-se ao Parecer n.252/69 do Conselho Federal de Educação que tratou das Habilitações dos Cursos de Pedagogia, e afirmou que o Parecer em questão não definiu as atribuições do Inspetor Escolar, nem quanto ao conteúdo, nem quanto à extensão.

Esse fato leva a que se conclua que o referido Parecer, ou tomou com base o modelo tradicional de inspeção escolar vigente no país, ou pretende estabelecer um novo modelo de Inspetor Escolar, mediante a ação do currículo de formação profissional.

Caso o Parecer n.252/69, ainda segundo Durmeval Trigueiro Mendes, tivesse tomado como base o modelo tradicional de Inspetor Escolar, seria de lamentar a consagração de padrão tão arcaico.

Contudo, se o Parecer que tratou da Habilitação de Inspeção Escolar pretendeu criar um novo modelo de Inspetor Escolar, mediante a ação do currículo de formação universitária, seria de se lastimar que tivesse sido produzido um currículo de formação profissional, sem o anterior estudo da profissão correspondente.

### c) A Teoria da Inspeção Escolar

Os estudos teóricos sobre inspeção escolar, com grande frequência, são analisados sob um enfoque afim com Administração de Ensino e Organização Escolar, como nas obras relacionadas a seguir:

- La Inspeccion Escolar, de Herminio Almendros;

- Basic Principles of Supervision, de Harold Adam e Frank Dickey;
- Organizacion Escolar, de Antonio Ballesteros y Usano;
- Princípios e Normas de Administração Escolar, de Ruy Ayres Bello;
- Inspeção Escolar e Administração, de Moysés Brejon;
- L' Inspection, Cahiers Pédagogiques;
- L' Inspection de l' Enseignement, Conférence Internationale de l' Instruction Publique;
- Le Problème de l' Inspection et l' Education Nouvelle, de Robert Dottrens;
- Introdução à Administração Escolar, de Carneiro A. Leão;
- Organizacion y Supervision de la escuela primaria, de Luiz Arturo Lemus;
- Técnica de Inspeccion Escolar, de Martins Rodrigues Vivanco;

Já o autor C.E.Beeby, na obra Educação e Desenvolvimento Econômico, analisou a inspeção escolar paralelamente à evolução do sistema de ensino e segundo um enfoque de macro abordagem sociológica.

De acordo com esse autor, o conceito de Inspetor Escolar evolui em função do próprio desenvolvimento do sistema de ensino; conseqüentemente, a nomenclatura Inspetor Escolar, que, com freqüência, tem uma conotação policial pejorativa, tende a ser substituída pelas denominações Supervisor ou Coordenador, que transmitem uma idéia de orientação e de liderança.

Dentro de uma abordagem sociológica cabe salientar que, nos últimos tempos, desenvolveram-se acentuadamente estudos e pesquisas sobre as organizações em geral.

A inspeção do ensino em qualquer nível (1º, 2º, e 3º graus), desenvolve-se, por via de regra, como atividade de organizações; e este termo foi aqui entendido, de acordo com Amitai Etzioni, como unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas a fim de atingir objetivos específicos.

(7)

Nesse contexto, compreende-se que a atual literatura de Sociologia das Organizações aplica-se, teoricamente e em larga parte, a estudos referentes à inspeção do ensino.

---

(7) ETZIONI, Amitai. Organizações modernas. São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1967.p.9.

Sob esse prisma intelectual - inspeção do ensino e organização - é especialmente importante o papel do Inspetor Escolar no fluxo das informações e no sistema de controle da organização, cujo objetivo específico é ministrar o ensino.

Como importantes estudos sobre organizações podem ser citadas as obras: Organizações Modernas, de Amitai Etzioni; Organizações Formais, de Peter Blau e Richard Scott; Relações Humanas e Mudanças Organizacionais, de Arnold S. Judson; Organizações Complexas, estudo coordenado por Amitai Etzioni.

### 1.3 - OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa foi estudar o estrato ocupacional dos Coordenadores de Educação (Regionais e Locais), que atuam no sistema de ensino público estadual de Santa Catarina.

A importância desse objetivo apoia-se fundamentalmente na idéia de que o homem é o responsável pelo nível de desempenho administrativo. Ele traz ao seu trabalho, segundo Daniel Griffiths, certas capacidades físicas, mentais, emocionais e espirituais. (8) O ser humano, enfim, tem crenças, valores, reserva de energias, aspirações, habilidades, origem social e tipo de formação escolar que exercem influência sobre a atividade profissional que desempenha.

O objetivo desta pesquisa - estudo dos Coordenadores de Educação - concretizou-se mediante os enfoques diacrônico e sincrônico, entendidas essas dimensões como mutuamente complementares.

Os aspectos diacrônicos (em momentos históricos distintos) foram estudados, mais acentuadamente, nos Capítulos A Carreira do Inspetor Escolar, Mobildade Ocupacional e Um esboço de Resistência a Mudanças Organizacionais.

Já os aspectos sincrônicos (nos mesmos momentos históricos) estiveram enfocados com maior ênfase, nos Capítulos Caracterização Geral, Formação Profissional, Escala de Modernismo e Tradicionalismo, Escala de Iniciativa e Independência e Origem Sócio-Econômica.

---

(8) GRIFFITHS, Daniel E. Relações humanas. Trad. Heloisa Moreira de Souza. - São Paulo, Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho". s.d. p.2. Mimeografado.

#### 1.4 - TÉCNICAS DE PESQUISA

A entrevista e o questionário foram as técnicas utilizadas nesta pesquisa.

##### a) Entrevista

Os entrevistados foram antigos Inspectores Escolares, a maioria desses já aposentados. Foram escolhidos segundo um critério intencional - marcante atuação como Inspetor Escolar, no passado.

O objetivo da entrevista foi obter "insight" para a elaboração do questionário e a formulação das hipóteses da pesquisa e, ainda, o levantamento de informações referentes a aspectos históricos da inspeção do ensino, em Santa Catarina.

Com a utilização dessa técnica ocorreram importantes e inesperadas revelações referentes ao tema da pesquisa em geral, e, de modo especial, sobre as implicações políticas da inspeção escolar. Esses informes foram de tal natureza que dificilmente teriam sido obtidos sem o diálogo direto de uma entrevista e o rapport que se pode então criar.

##### b) Questionário

Os informantes do questionário foram os Coordenadores de Educação (Regionais e Locais), que compõem um estrato ocupacional da organização Secretária da Educação do Estado de Santa Catarina.

A população desses Coordenadores de Educação é composta de 136 elementos. Assim, não se levantou amostra e o questionário foi aplicado na população, abrangendo informantes de toda a área geográfica do Estado.

Esse aspecto - pesquisa em população - influenciou no tratamento estatístico adotado, liberando-o de trabalhar com estimativas amostrais e tornando desnecessário, nos testes de hipóteses, utilizar o coeficiente  $\alpha$ , como uma tradicional forma de controlar o erro da amostra.

A aplicação do questionário ocorreu em Encontro Estadual de Coordenadores de Educação, realizado em dezembro de 1971, na cidade de Florianópolis e organizado pela Secretária da Educação. Aos poucos ausentes, solicitou-se, mediante correspondência, a resposta ao questionário da pesquisa.

Verificou-se, então, marcante receptividade à aplicação do questionário - o que não é freqüente ocorrer em pesquisa. Parecia que os Coordenadores de Educação vislumbravam, na resposta ao que lhes era perguntado, uma forma de

situarem, como estrato ocupacional, seus problemas diante da Secretaria da Educação.

Foram aplicados 136 questionários, cada um com 67 itens (Anexo 1). A população dos Coordenadores de Educação respondeu a todas as informações solicitadas, não havendo nenhuma omissão de resposta. Após a aplicação do questionário, as perguntas abertas constantes do mesmo foram devidamente codificadas e assim tornadas passíveis de processamento eletrônico.

Todas as informações coletadas pelo questionário foram destinadas a processamento em computador, e, fez-se necessário elaborarmos o Plano de Codificação do Questionário, que consta como anexo deste relatório de pesquisa (Anexo 2).

#### 1.5 - QUADRO DE REFERÊNCIA

A interpretação sociológica do tema da pesquisa foi feita apoiada, principalmente, em informações históricas, em legislação, em dados secundários e na análise estatística dos dados levantados pelo questionário.

As técnicas estatísticas mais frequentemente utilizadas foram tabelas de frequência, tabelas de dupla entrada, média, desvio padrão, quartil, teste de validade de escala de atitudes, coeficiente de associação e coeficiente de correlação.

Na interpretação do tema deste estudo recorreu-se, ainda, à perspectiva de conhecimentos teóricos referentes ao assunto, não havendo preocupação em seguir autores de linhas intelectuais necessariamente harmônicas entre si.

Adotou-se, pois, diversos quadros de referência, entendidos estes como "organizações lógicas dos conceitos, em que cada conceito se ajusta aos demais de maneira ordenada e completa." (9) Isto visou proporcionar uma gama mais variada de interpretação dos dados e fatos da pesquisa e fez com que o tema pudesse ser analisado à luz de diversas diretrizes de pensamento.

---

(9) TRUJILLO, Alfonso Ferrari. La investigación social y los "approaches" para la investigación sociológica. s.n.t. p.3. Mimeografado.

## CAPÍTULO - 2

### CARACTERIZAÇÃO GERAL

#### 2.1 - INTRODUÇÃO

As organizações, segundo Amitai Etzioni, são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente voltadas para a consecução de objetivos específicos (1), como o são uma Secretaria de Educação, uma Universidade ou uma Empresa Industrial.

Muitas organizações podem ser consideradas como organizações burocráticas. Essa qualificação deve-se ao fato de possuírem características burocráticas, no sentido estudado por Max Weber - relações impessoais, divisão de trabalho e hierarquia de autoridade. Neste tipo de organização enquadra-se a Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina.

Os diferentes níveis de autoridade, desta Secretaria da Educação, estão representados no Gráfico 2-1. Esse Organograma encontra-se em fase de reestruturação, a fim de adaptar-se a novas realidades introduzidas pela lei federal nº 5.692 do ano de 1971 e pelo Plano Setorial de Educação (1973/1976) do Estado de Santa Catarina.

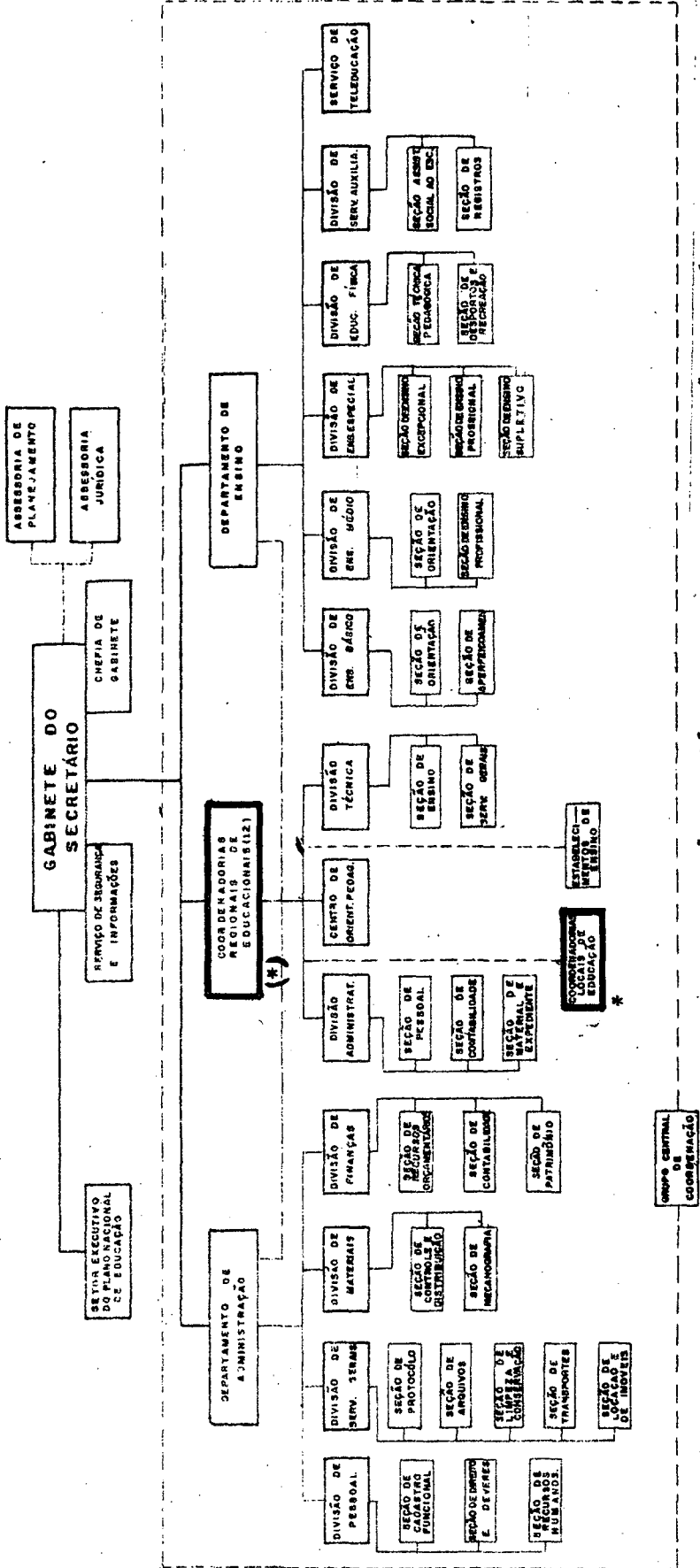
Entretanto, as modificações parciais já introduzidas no Organograma da Secretaria da Educação não afetaram a situação de nível e de fluxo de autoridade existente entre o Secretário da Educação, os Coordenadores Regionais de Educação e os Coordenadores Locais de Educação.

Os Coordenadores de Educação - e o conceito inclui os Coordenadores Regionais e os Coordenadores Locais - são em número de 136. Esses profissionais compõem uma importante camada ocupacional da Secretaria da Educação; e, analisados sob o prisma de fluxo de autoridade, destaca-se a importância dos Coordenadores Regionais de Educação.

---

(1) ETZIONI, Amitai. Organizações Modernas. São Paulo, Pioneira, 1967. p. 9.

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



(\*) Destacado pelo autor.

— orgãos de direção

- - - - - orgãos consultativos

— orgãos executivos

— orgãos de execução

- - - - - orgãos central de coordenação

— dependência horizontal (interligação)

## 2.2 - COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

No Estado de Santa Catarina há 12 Coordenadorias Regionais de Educação e cada uma tem, como seu titular, um Coordenador Regional de Educação. Essas Coordenadorias são consideradas como órgãos de direção da Secretaria da Educação e abrangem toda a área geográfica do Estado, tendo sido estabelecidas conforme as principais zonas geo-educacionais de Santa Catarina (Mapa 1). Suas sedes localizam-se nos centros urbanos mais desenvolvidos, da respectiva Região Escolar:

- 1º CRE - Florianópolis
- 2º CRE - Tubarão
- 3º CRE - Criciúma
- 4º CRE - Blumenau
- 5º CRE - Joinville
- 6º CRE - Rio do Sul
- 7º CRE - Lages
- 8º CRE - Mafra
- 9º CRE - Joaçaba
- 10º CRE - Concórdia
- 11º CRE - Chapecó
- 12º CRE - São Miguel d'Oeste (2)

## 2.3 - COORDENADORIAS LOCAIS DE EDUCAÇÃO

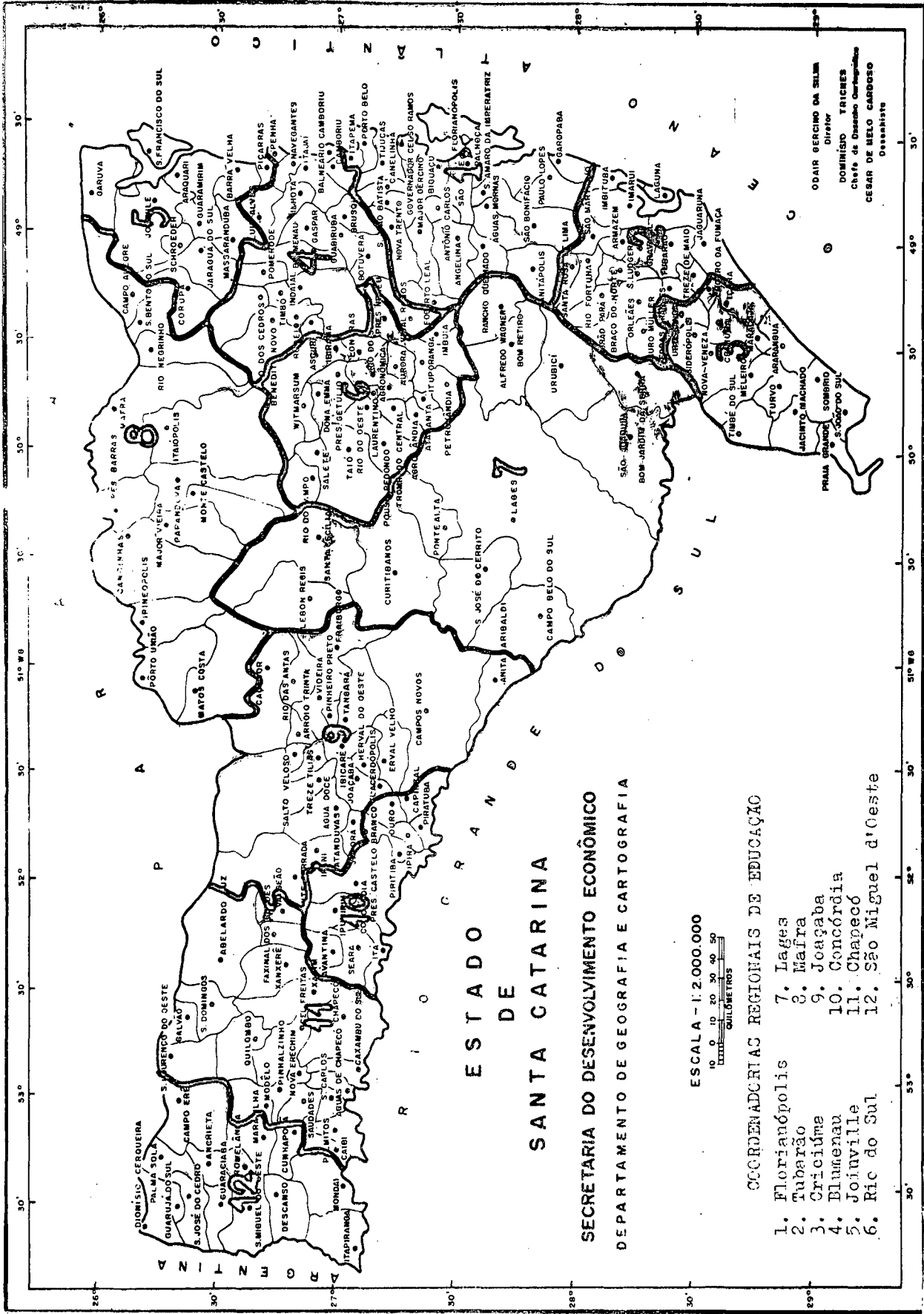
Cada Coordenadoria Regional de Educação é dividida em várias Coordenadorias Locais de Educação. Atualmente, há 124 Coordenadores Locais de Educação, sendo cada um deles titular de uma Coordenadoria Local de Educação.

As Coordenadorias Locais são consideradas órgãos de execução da Secretaria da Educação e abrangem toda a extensão geográfica do Estado de Santa Catarina.

As Coordenadorias Locais de Educação, segundo estabelece o decreto N. SE - 9.150 de 4 de junho de 1970, estão distribuídas conforme apresentamos a seguir.

- 
- (2) Encontra-se em tramitação, na Secretaria da Educação, o processo que visa criar a 13ª Coordenadoria Regional de Educação, com sede na cidade de Itajaí, e a 14ª Coordenadoria Regional de Educação cuja sede está prevista para a cidade de Caçador.





ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

ESCALA - 1:2.000.000

COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

1. Florianópolis
2. Tubarão
3. Criciúma
4. Blumenau
5. Joinville
6. Ric do Sul
7. Lages
8. Mafra
9. Joaçaba
10. Concórdia
11. Chapecó
12. São Miguel d'Oeste

ODAIR GERCIO DA SILVA  
Diretor  
DOMINICO TRICHES  
Chefe de Gabinete Cartográfico  
CESAR DE BELO CARDOSO  
Desenhista

Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis

- 01 - Florianópolis (sede);
- 02 - Florianópolis (sede);
- 03 - Florianópolis (sede);
- 04 - Florianópolis (sede);
- 05 - Florianópolis (sede);
- 06 - Florianópolis (sede);
- 07 - Biguaçu (sede) compreendendo os municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos;
- 08 - Tijucas (sede) compreendendo os municípios de Tijucas e Canelinha;
- 09 - São João Batista (sede) compreendendo os municípios de Major Gercino e São João Batista;
- 10 - Palhoça (sede);
- 11 - São José (sede) compreendendo os municípios de Angelina e São José;
- 12 - São José (sede);
- 13 - Águas Mornas (sede) compreendendo os municípios de Águas Mornas, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio;
- 14 - Paulo Lopes (sede) compreendendo os municípios de Garopaba e Paulo Lopes;
- 15 - Nova Trento (sede) compreendendo os municípios de Leoberto Leal e Nova Trento;
- 16 - Santo Amaro da Imperatriz (sede);
- 17 - Porto Belo (sede) compreendendo os municípios de Itapema e Porto Belo;

Coordenadoria Regional de Educação de Tubarão

- 01 - Laguna (sede);
- 02 - Laguna (sede) compreendendo os municípios de Imbituba e Laguna;
- 03 - Orleães (sede) compreendendo os municípios de Orleães e São Ludgero;
- 04 - Tubarão (sede);
- 05 - Tubarão (sede) compreendendo os municípios de Tubarão e Pedras Grandes;
- 06 - Armazém (sede) compreendendo os municípios de Armazém, Gravatal e São Martinho;
- 07 - Braço do Norte (sede) compreendendo os municípios de Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima;
- 08 - Imaruí (sede);
- 09 - Jaguaruna (sede) compreendendo os municípios de Jaguaruna e Treze de

Maio;

10 - Lauro Müller (sede).

Coordenadoria Regional de Educação de Criciúma

01 - Criciúma (sede);

02 - Criciúma (sede);

03 - Criciúma (sede);

04 - Criciúma (sede);

05 - Siderópolis (sede);

06 - Içara (sede);

07 - Nova Veneza (sede);

08 - Urussanga (sede) compreendendo os municípios de Urussanga e Morro da Fumaça;

09 - Araranguá (sede) compreendendo os municípios de Araranguá e Maracajá;

10 - Jacinto Machado (sede) compreendendo os municípios de Jacinto Machado e Praia Grande;

11 - Turvo (sede) compreendendo os municípios de Meleiro, Timbê do Sul e Turvo;

12 - Sombrio (sede) compreendendo os municípios de São João do Sul e Sombrio.

Coordenadoria Regional de Educação de Blumenau

01 - Blumenau (sede);

02 - Blumenau (sede);

03 - Blumenau (sede) compreendendo os municípios de Blumenau e Pomerode;

04 - Gaspar (sede) compreendendo os municípios de Gaspar e Ilhota;

05 - Indaial (sede);

06 - Rodeio (sede) compreendendo os municípios de Acurra e Rodeio;

07 - Timbô (sede) compreendendo os municípios de Rio dos Cedros e Timbô;

08 - Benedito Novo (sede);

09 - Itajaí (sede) compreendendo os municípios de Itajaí e Luiz Alves;

10 - Itajaí (sede) compreendendo os municípios de Itajaí e Penha;

11 - Itajaí (sede) compreendendo os municípios de Itajaí e Navegantes;

12 - Brusque (sede) compreendendo os municípios de Brusque e Guabiruba;

13 - Brusque (sede) compreendendo os municípios de Brusque e Botuverã;

14 - Vidal Ramos (sede);

15 - Camboriú (sede) compreendendo os municípios de Balneário de Camboriú e Camboriú.

Coordenadoria de Educação de Joinville

- 01 - Joinville (sede);
- 02 - Joinville (sede);
- 03 - Joinville (sede) compreendendo os municípios de Joinville e Garuva;
- 04 - Jaraguá do Sul (sede) compreendendo os municípios de Jaraguá do Sul e Corupá;
- 05 - Guaramirim (sede) compreendendo os municípios de Guaramirim, Massaranduba e Schroeder;
- 06 - São Francisco do Sul (sede);
- 07 - Barra Velha (sede) compreendendo os municípios de Araquari, Barra Velha e Piçarras.

Coordenadoria de Educação de Rio do Sul

- 01 - Rio do Sul (sede) compreendendo os municípios de Aurora, Lontras, Presidente Nereu e Rio do Sul;
- 02 - Rio do Sul (sede) compreendendo os municípios de Agronômica, Laurentino, Rio d'Oeste e Rio do Sul;
- 03 - Trombudo Central (sede) compreendendo os municípios de Agrolândia, Atalanta, Pouso Redondo e Trombudo Central;
- 04 - Ibirama (sede);
- 05 - Ituporanga (sede) compreendendo os municípios de Imbuia, Ituporanga e Petrolândia;
- 06 - Taió (sede) compreendendo os municípios de Rio do Campo, Salete e Taió;
- 07 - Presidente Getúlio (sede) compreendendo os municípios de Dona Emma, Presidente Getúlio e Wittmarsum.

Coordenadoria de Educação de Lages

- 01 - Lages (sede);
- 02 - Lages (sede);
- 03 - Lages (sede);
- 04 - Lages (sede) compreendendo os municípios de Lages e Ponte Alta;
- 05 - Lages (sede) compreendendo os municípios de Lages e São José do Cerreto;
- 06 - Anita Garibaldi (sede) compreendendo os municípios de Anita Garibaldi e Campo Belo do Sul;
- 07 - São Joaquim (sede) compreendendo os municípios de Bom Jardim da Serra e São Joaquim;
- 08 - São Joaquim (sede) compreendendo os municípios de São Joaquim e Uru

- bici;
- 09 - Curitibaanos (sede);
  - 10 - Santa Cecília (sede) compreendendo os municípios de Lebon Régis e Santa Cecília;
  - 11 - Bom Retiro (sede) compreendendo os municípios de Alfredo Wagner e Bom Retiro.

#### Coordenadoria de Educação de Mafra

- 01 - Mafra (sede);
- 02 - Mafra (sede) compreendendo os municípios de Mafra e Rio Negrinho;
- 03 - São Bento do Sul (sede) compreendendo os municípios de Campo Alegre e São Bento do Sul;
- 04 - Itaiópolis (sede);
- 05 - Papanduva (sede) compreendendo os municípios de Monte Castelo e Papanduva;
- 06 - Pôrto União (sede) compreendendo os municípios de Matos Costa e Pôrto União;
- 07 - Pôrto União (sede) compreendendo os municípios de Irineópolis e Pôrto União;
- 08 - Canoinhas (sede) compreendendo os municípios de Canoinhas e Três Barras;
- 09 - Canoinhas (sede) compreendendo os municípios de Canoinhas e Major Vieira.

#### Coordenadoria de Educação de Joaçaba

- 01 - Águas Doce (sede) compreendendo os municípios de Águas Doce e Treze Tílias;
- 02 - Joaçaba (sede);
- 03 - Catanduvas (sede) compreendendo os municípios de Catanduvas e Joaçaba;
- 04 - Ponte Serrada (sede) compreendendo os municípios de Ponte Serrada e Irani;
- 05 - Videira (sede) compreendendo os municípios de Arroio Trinta, Salto Veloso e Videira;
- 06 - Videira (sede);
- 07 - Herval d'Oeste (sede) compreendendo os municípios de Erval Velho, Herval d'Oeste e Lacerdópolis;
- 08 - Caçador (sede);
- 09 - Campos Novos (sede);

- 10 - Campos Novos (sede);
- 11 - Tangará (sede) compreendendo os municípios de Pinheiro Preto, Tangará e Ibicaré;
- 12 - Fraiburgo (sede) compreendendo os municípios de Rio das Antas e Fraiburgo.

#### Coordenadoria de Educação de Concórdia

- 01 - Concórdia (sede);
- 02 - Concórdia (sede) compreendendo os municípios de Concórdia e Ipumirim;
- 03 - Seára (sede) compreendendo os municípios de Itã, Seára e Xavantina;
- 04 - Piratuba (sede) compreendendo os municípios de Piratuba, Itapira e Peritiba;
- 05 - Capinzal (sede) compreendendo os municípios de Capinzal, Ouro e Presidente Castelo Branco.

#### Coordenadoria de Educação de Chapecó

- 01 - Caxambu do Sul (sede) compreendendo os municípios de Águas de Chapecó, Caxambu do Sul e Nova Erechim;
- 02 - Chapecó (sede);
- 03 - Chapecó (sede);
- 04 - Palmitos (sede) compreendendo os municípios de Palmitos e Saudades;
- 05 - São Carlos (sede) compreendendo os municípios de São Carlos e Saudades;
- 06 - Pinhalzinho (sede) compreendendo os municípios de Modelo e Pinhalzinho;
- 07 - Xaxim (sede);
- 08 - Abelardo Luz (sede);
- 09 - Xanxerê (sede) compreendendo os municípios de Faxinal dos Guedes, Vargeão e Xanxerê;
- 10 - São Domingos (sede) compreendendo os municípios de São Domingos e Galvão;
- 11 - Coronel Freitas (sede) compreendendo os municípios de Coronel Freitas e Quilombo.

Coordenadoria de Educação de São Miguel d'Oeste

- 01 - Itapiranga (sede);
- 02 - São Miguel d'Oeste (sede) compreendendo os municípios de Descanso e São Miguel d'Oeste;
- 03 - Maravilha (sede) compreendendo os municípios de Cunha Porã e Maravilha;
- 04 - Dionísio Cerqueira (sede) compreendendo os municípios de Dionísio Cerqueira e Guarujá do Sul;
- 05 - Anchieta (sede) compreendendo os municípios de Anchieta, Palma Sola e Romelândia;
- 06 - São Lourenço d'Oeste (sede) compreendendo os municípios de Campo Erê e São Lourenço d'Oeste;
- 07 - São José do Cedro (sede) compreendendo os municípios de Guaraciaba e São José do Cedro;
- 08 - Mondaí (sede).

**2.4 - CARACTERIZAÇÃO PESSOAL DOS COORDENADORES DE EDUCAÇÃO**

Idade

Os Coordenadores de Educação do Estado de Santa Catarina apresentam idades que variam de 22 a 60 anos, distribuídas segundo expressa o Quadro 2-1 e o Gráfico 2-11.

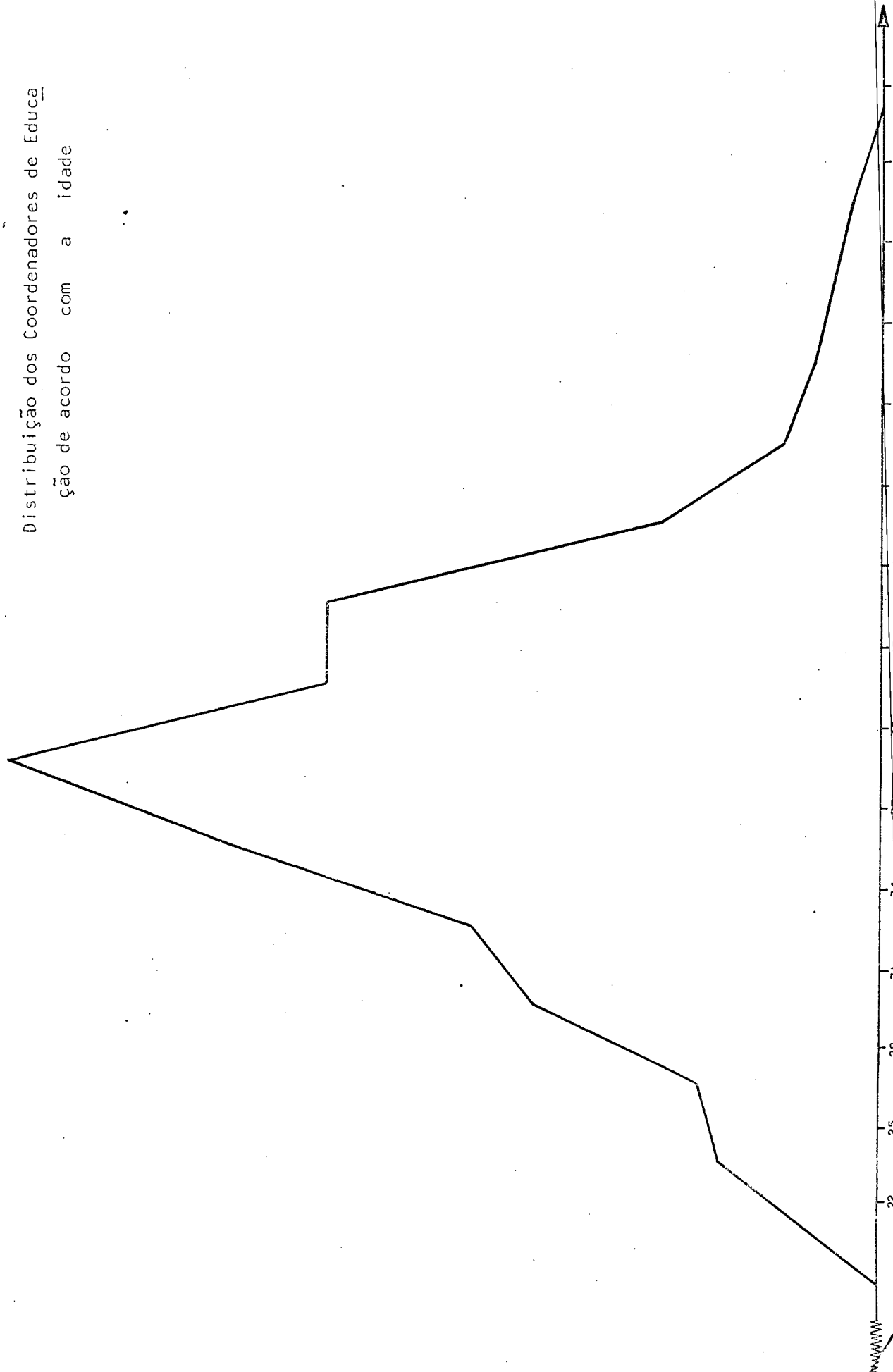
QUADRO 2-1

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com a idade

Anos	fi	f%
22 — 25	5	3,7
25 — 28	6	4,4
28 — 31	11	8,1
31 — 34	13	9,6
34 — 37	21	15,4
37 — 40	28	20,7
40 — 43	18	13,2
43 — 46	18	13,2
46 — 49	7	5,1
49 — 52	3	2,2
52 — 55	2	1,5
55 — 58	3	2,2
58 — 61	1	0,7
Total	136	100,0

GRÁFICO 2 - II

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com a idade





O estudo dos dados da pesquisa apresentou os seguintes resultados:

$\mu$	=	31,6	} Distribuição Simétrica
Md	=	31,6	
$\sigma$	=	6,45	
IV	=	20,45%	

A distribuição simétrica do fenômeno analisado revela que relativamente poucos Coordenadores de Educação situam-se em condições extremas quanto à idade — muito jovens ou muito idosos.

A média de idade desses profissionais é de quase 32 anos. Esse fato é um valor positivo, em termos de ser uma idade que já expressa uma dada maturidade profissional adquirida através dos anos; e expressa, também, uma faixa etária que, sob o ângulo biológico, é capaz de desenvolver intensa atividade de trabalho.

#### Naturalidade e Sexo

A análise das informações referentes à naturalidade dos Coordenadores de Educação mostra relativamente pouca mobilidade espacial. A grande maioria desses profissionais, isto é 86,8%, é natural do Estado de Santa Catarina; o percentual de 10,3% é oriundo do Rio Grande do Sul e 2,9% é natural do Estado do Paraná.

Quanto às categorias sexuais, entre os Coordenadores de Educação, há 64 homens (47,1%) e 72 mulheres (52,9%).

#### Estado Civil e Religião

O estudo das informações referentes ao estado civil indica que 106 Coordenadores de Educação são casados (78,0%), 28 são solteiros (20,6%) e há 1 viúvo e 1 desquitado (ambos 1,4%).

Quanto a religião, predomina a religião católica (93,4%), mas há também protestantes (4,4%) e espíritas (1,5%), sendo que 1 informante declarou-se sem religião (0,7%).

## 2.5 - CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS COORDENADORES DE EDUCAÇÃO

### Atribuições dos Inspetores Escolares

As atribuições dos Coordenadores Locais de Educação foram consideradas, neste estudo, como uma evolução do que tradicionalmente era denominado inspeção escolar.

As atribuições dos Inspetores Escolares eram as de administração de ensino e orientação pedagógica. Mas o aspecto administrativo absorvia-os marcadamente e era bastante criticada a sua atuação na área pedagógica, conforme demonstrou a importante pesquisa intitulada Sobre as Condições do Processo Educacional em Santa Catarina, levada a efeito no ano de 1966 e coordenada pelo Professor Silvio Coelho dos Santos.

Esse fato já se manifestava de longa data e o Secretário da Educação, no ano de 1956, já afirmara que "nas sedes municipais há os Inspetores Escolares com funções de fiscalização de escolas e, em menor grau, de orientação educacional". (3)

As principais atribuições dos Inspetores Escolares figuravam no art. 7º do decreto n. 3.733 de 12 de dezembro de 1946. Esse dispositivo legal esteve em vigência até o ano de 1970 e estabelecia, como competência do Inspetor Escolar:

1. Cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos, bem como as determinações de seus superiores hierárquicos;
2. Visitar os estabelecimentos que lhe forem distribuídos, inspecionando-os no que concerne à técnica e eficiência do ensino, à idoneidade e assiduidade dos docentes, e à disciplina e higiene dos alunos;
3. Orientar os Diretores e Professores no trabalho educativo, estimulando-os e assistindo-os na aplicação dos métodos e processos de ensino, bem como sugerindo ou efetuando demonstrações e experiências;
4. Verificar o estado do mobiliário e dos objetos escolares, bem como o cuidado dos Diretores e Professores no consumo do material;

(3) Exposição de Motivos de lei n. 1.463 de 30 de abril de 1956. No contexto da época, a expressão "Orientação Educacional" deve ser entendida como "Orientação de Ensino". Só após o ano de 1958 a expressão Orientação Educacional adquiriu contornos mais nítidos e o conceito que foi posteriormente endossado pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. Cf. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. II Simpósio de Orientação Educacional. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1960. p. 38.

5. Informar a respeito da dedicação e competência dos Diretores e Professores sob sua jurisdição;
6. Presidir ao menos duas vezes por ano, em cada município, à reunião pedagógica dos Professores de Escolas Isoladas, Escolas Reunidas, Escolas Supletivas, Grupos Escolares, Cursos Primários Complementares e Cursos Normais Regionais, prevista no Regulamento para os Estabelecimentos de Ensino Primário;
7. Colaborar ativamente no desenvolvimento das Associações Auxiliares da Escola;
8. Colaborar com as missões técnicas e culturais que vierem a trabalhar em suas escolas, apoiando-as e auxiliando-as no desempenho de suas tarefas;
9. Realizar os exames finais das Escolas Isoladas, convocando, para auxílio, os Diretores e Professores de estabelecimento de ensino;
10. Prestar conta ao Inspetor Geral do Ensino, cada mês, do trabalho realizado, com relatório, roteiro, e gastos efetuados, de acordo com o estabelecido neste Regulamento;
11. Aplicar ou propor a aplicação de penas;
12. Impor as penas de admoestação, repreensão e suspensão até oito(8) dias aos Diretores, Professores e funcionários de estabelecimento de ensino;
13. Residir na sede da Circunscrição;
14. Receber queixas, reclamações e representações sobre os serviços a seu cargo, transmitindo-as, quando não tenha competência para resolvê-las, ao Inspetor Geral de Ensino;
15. Instruir os Diretores, Professores e funcionários dos estabelecimentos de ensino, no cumprimento dos respectivos deveres, conforme os regulamentos, ordens e instruções do Governo;
16. Visitar com frequência, os estabelecimentos de ensino, lavrando termos de suas impressões;
17. Fazer rapidamente as visitas administrativas de modo que lhe seja possível observar, no mesmo dia, a frequência dos Professores e a dos alunos, em todas as escolas da localidade.
18. Nos dias imediatos a que se refere o item anterior permanecer no estabelecimento de ensino, desde a sua abertura até ao encerramento, em visita técnica, para:
  - a) bem observar a escrituração;

- b) assistir às aulas dentro do horário;
- c) ministrar aula-modelo.

19.. Voltar em seguida e observar se o Professor está lecionando de acordo com os processos indicados e, no caso contrário, ministrar novas aulas-modelo, avisando ao Professor que noutra inspeção verificará a execução das suas determinações, feito o que lavrará o termo de visita, do qual constarão as suas determinações e no qual assinalará a última inspeção procedida no estabelecimento de ensino;

20. Propor, com o preenchimento das disposições regulamentares, a criação, conversão, transferência e desdobramento de escolas;

21. Fiscalizar as provas parciais de junho dos Cursos Normais Regionais, sob regime de outorga de mandato (artigo 41, do decreto 3.674, de 23 de novembro de 1946).

#### Atribuições dos Coordenadores Locais de Educação

No ano de 1970, o cargo de Inspetor Escolar foi convertido no de Coordenador Local de Educação, sendo este dotado de diferentes atribuições.

Essas atribuições estão definidas no art. 119 do decreto N. SE - 9.150 de 4 de junho de 1970, que trata da competência do Coordenador Local de Educação:

1. Coordenar as atividades técnicas e administrativas na área de sua jurisdição;
2. Estimular e amparar as iniciativas e as atividades dos Serviços Locais de Educação;
3. Submeter, mensalmente, à aprovação do Coordenador Regional de Educação, o roteiro de coordenação e orientação aos estabelecimentos de ensino, para o mês seguinte;
4. Encaminhar à Coordenadoria Regional de Educação petições dos servidores de sua Circunscrição, devidamente informadas e instruídas;
5. Remeter, com a necessária regularidade, à Coordenadoria Regional de Educação, dados estatísticos relacionados com a flutuação da matrícula, número de professores, classes vagas, prédios escolares e outros que sejam solicitados;
6. Propor ao Coordenador Regional de Educação, a determinação de sindicância ou instauração de inquéritos administrativos, para apurar irregularidades, por ventura praticadas por servidores da Circunscrição, no exercício da função.

### Passado Profissional

Do ponto de vista de experiência profissional passada, os Coordenadores de Educação podem ser estudados sob dois enfoques fundamentais: ter sido, ou não, Inspetor Escolar. Assim, em termos genéricos de análise e sem o rigor de uma afirmação estatística, pode-se dizer que a população dos Coordenadores de Educação é composta de duas subpopulações:

a) A subpopulação dos atuais Coordenadores de Educação que foram Inspectores Escolares em caráter efetivo ou designados. Essa subpopulação é composta de 97 elementos, correspondendo a 71,3% da população.

b) A subpopulação dos atuais Coordenadores de Educação que nunca foram Inspectores Escolares em seu passado profissional e que se compõe de 39 elementos, perfazendo 28,7% da população.

### Forma de Provimento do Cargo

No ano de 1970, com a renovação propiciada pelo 1º Plano Estadual de Educação, o cargo de Inspetor Escolar (de provimento efetivo mediante concurso) foi convertido no de Coordenador Local de Educação (de provimento efetivo mediante concurso). Entretanto, não se realizou nenhum concurso para Coordenador Local de Educação e o provimento desse cargo, de fato, tem se efetuado mediante designação.

Todavia, como medida de exceção e visando respeitar direitos adquiridos, somente aos antigos Inspectores Escolares efetivos, foi garantida lotação em cargo de Coordenador Local, em caráter de funcionário efetivo.

Na população dos atuais Coordenadores de Educação, 85 desses profissionais, isto é, 62,5%, ocupam esse cargo em caráter efetivo (por terem sido Inspectores Escolares efetivos), e 51 Coordenadores exercem o cargo mediante designação .... (37,5%).

Esse aspecto condiciona a ação da Secretaria da Educação: os funcionários efetivos no cargo possuem uma série de direitos adquiridos que devem ser respeitados pela organização, limitando o remanejamento e a substituição desse pessoal.

### Atividades Profissionais Atuais

Por "atividade profissional" entendeu-se o exercício de trabalho profissional remunerado, e o estudo desse aspecto, efetuado nesta pesquisa, pode ser assim categorizado:

a) Atividade Profissional não relacionada com a Educação

Apenas 2 Coordenadores de Educação indicaram desenvolverem atividade profissional não relacionada com Educação; esses dois informantes exercem uma profissão liberal: são advogados.

b) Atividade Profissional relacionada com Educação

Além de Coordenador Local de Educação, 70 dos 136 informantes (51,5%), não exercem qualquer outra atividade profissional relacionada com educação; 59 trabalham no magistério (43,4%) e 7 distribuem-se entre as responsabilidades de Assessor, Supervisor Escolar e Orientador Pedagógico (5,1%).

Aspirações Profissionais

O estudo das aspirações dos Coordenadores de Educação foi baseado em:

- . Características do Trabalho Profissional que gostariam de Desenvolver.
- . Exercício da Atividade Docente.

a) Características do Trabalho Profissional

Entre os atuais Coordenadores de Educação, há 62,5% antigos Inspectores Escolares efetivos. Estes, ao optarem, no passado, pelo trabalho de Inspetor Escolar, escolheram uma atividade que aliava Orientação Pedagógica à Administração de Ensino. Contudo, sem atentar para a problemática de aspirações pessoais, o legislador houve por bem converter o cargo que ocupavam, no de Coordenador Local de Educação, com fortíssimas atribuições de cunho administrativo.

Assim, foi considerado relevante problemática de pesquisa estudar a harmonia existente entre as aspirações dos Coordenadores de Educação e as suas reais atribuições de trabalho.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que 77 Coordenadores de Educação (56,6%) preferem atividades de Administração de Ensino; 11 Coordenadores (8,1%) escolheram atividades de Orientação Pedagógica e 48 desses profissionais (35,3%) revelaram gosto por um trabalho que aliasse Administração de Ensino e Orientação Pedagógica.

Esses dados indicam acentuado ajustamento entre o tipo de trabalho que 91,9% dos Coordenadores de Educação desenvolvem - e que é marcadamente de Administração de Ensino.

b) Exercício da Atividade Docente

A grande maioria dos Coordenadores de Educação (98,5%) foi professor, antes de exercer esse cargo, ou exercer, no passado, o cargo de Inspetor Esco

lar. Esse aspecto da realidade está expresso no Quadro 2-II e no Gráfico 2-III:

Os dados do Quadro apresentaram os seguintes parâmetros populacionais:

$$\mu = 11,6$$

$$Md = 11,0$$

$$G = 6,0$$

$$IV = 51,7\%$$

Distribuição Assimétrica Positiva

QUADRO 2-II

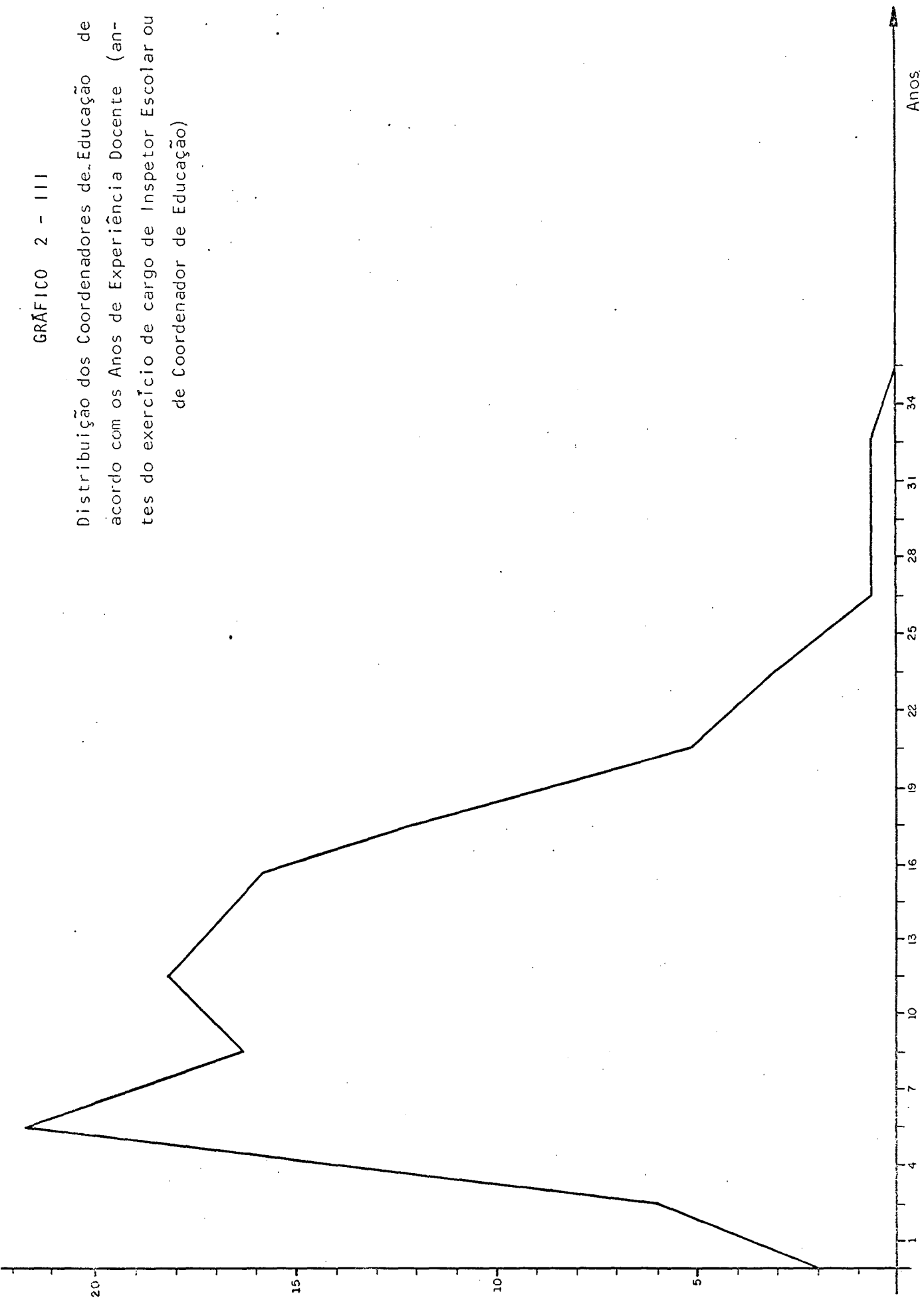
Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com os Anos de Experiência Docente (antes do exercício do cargo de Coordenador de Educação ou de Inspetor Escolar)

Anos	fi	f%
1 - 4	8	6,0
4 - 7	29	21,6
7 - 10	22	16,4
10 - 13	24	18,1
13 - 16	21	15,7
16 - 19	16	11,9
19 - 22	7	5,2
22 - 25	4	3,0
25 - 28	1	0,7
28 - 31	1	0,7
31 - 34	1	0,7
Total	134(*)	100,0

(\*) 2 informantes não foram professores

GRÁFICO 2 - III

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com os Anos de Experiência Docente (antes do exercício de cargo de Inspetor Escolar ou de Coordenador de Educação)





Os dados da pesquisa revelaram que, atualmente, entre os 136 Coordenadores de Educação, 59 deles (43,4%) exercem atividade docente, e 77 Coordenadores (56,6%) não são professores. Entre esses últimos, 49 informantes mostraram desejo de ser professor, no que eram impedidos por circunstâncias de ordem pessoal e profissional, conforme registra o Quadro 2-III.

QUADRO 2-III

Distribuição dos Coordenadores de Educação que desejam exercer atividade docente, de acordo com os motivos que impedem o exercício dessa atividade

Motivos	fi	f%
Falta de tempo	43	87,8
Atribuição de Coordenador Local não se harmonizam com o trabalho docente	3	6,2
Problemas familiares	2	4,0
Falta de oportunidade	1	2,0
Total	49	100,0

## CAPÍTULO 3

### A CARREIRA DE INSPETOR

#### 3.1 - ANTECEDENTES

Durante o período imperial os Inspectores Escolares, em Santa Catarina, eram escolhidos entre os homens de "reconhecida idoneidade moral e literária" - segundo a terminologia da época. (1) Seu trabalho não era remunerado e eram selecionados pelo órgão competente.

Era considerado competente para essa seleção, o órgão responsável pela administração do sistema de educação pública estadual, o qual teve várias denominações através do tempo. Em 1848, o Presidente da Província era o Diretor Geral da Instrução Pública (2) e ainda não se delinear a instituição responsável pela administração da educação, cuja atuação tornou-se marcante no período republicano, com as designações de: Diretoria de Instrução Pública, Departamento de Educação, Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social, Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e, atualmente, Secretaria da Educação (SE).

Após a Proclamação da República em 1889 e reestruturação do sistema de educação pública estadual, os Inspectores Escolares continuaram a ser indicados ou escolhidos pelo órgão considerado competente.

No ano de 1907, criaram-se cargos remunerados de Inspetor Escolar, exigindo-se destes preparo pedagógico e prática de ensino. Com o tempo, "experiência docente", "experiência de direção em estabelecimento de ensino" e conclusão de Curso Normal, ligadas a outros valores como honorabilidade, dedicação e, naturalmente, apoio, afinidade ou não oposição ao poder político constituído, agiam como fatores relevantes na concretização do honroso convite para ser Inspetor Escolar.

Mas muitos desses profissionais eram professores e a ação inspetora constituía-se apenas numa função gratificada que podia ser perdida a qualquer momento. Este fato cercava de instabilidade a vida pessoal e profissional dos que podiam ser atingidos por uma demissão inesperada: para manter-se no cargo de Inspetor Escolar era necessário saber harmonizar-se com os que detinham o poder de mando e, por vezes, saber "equilibrar a intervenção unilateral do Depar

---

(1) Para exemplificar: art. 13 do Ato de 29 de novembro de 1879

(2) Lei n. 268 de 1º de maio de 1848.

tamento de Educação". (3)

O critério do "convite" ou "indicação" permaneceu vigente durante mais de meio século de vida política republicana, mas já no ano de 1907 o Governo aspirava a que os Inspectores Escolares fossem "nomeados mediante rigoroso concurso e que estendessem sua ação não só sobre as escolas estaduais, como também sobre as municipais e particulares". (4)

Quanto aos Professores Normalistas, essa Carreira foi criada no ano de 1942, com o Decreto-lei n. 663 de 14 de junho do mesmo ano. Assim, um título - o de normalista - passou a dar acesso ao magistério público. Anteriormente, segundo Antonieta de Barros, era "vexatória a situação do normalista que, apesar do diploma conquistado, tinha de mendigar junto ao Governo uma nomeação a que tinha direito". (5)

Entretanto, apesar de ser uma aspiração muito antiga, só no ano de 1948 foi instituído o Concurso de Títulos e Provas para Ingresso à Carreira de Inspector Escolar, que exigia dos candidatos a conclusão do Curso Normal. Desta forma os Professores Normalistas, os alunos dos Cursos Normais e dos Cursos Normais Regionais (que eram articulados com o Curso Normal), constituíam a clientela em potencial para esse Concurso.

Nesse ano (1948), o ensino primário no país abrangia o ensino pré-primário, o primário fundamental (comum e supletivo) e o primário complementar. Harmonizando-se com essa conceituação e segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil, o ensino primário do Estado de Santa Catarina tinha então uma matrícula geral de 203.578 alunos mas era forte o fenômeno da evasão escolar, sendo a matrícula efetiva de apenas 177.047 alunos.

No ensino primário fundamental comum, que atuava sobre a criança nos quatro primeiros anos de escolaridade, encontramos, no ano de 1948, a presença de 1.086 professores normalistas e 3.615 não normalistas. Em relação à formação de professores, havia então, em Santa Catarina, 40 unidades de ensino pedagógico que atendiam a uma matrícula geral de 2.156 alunos - futuros mestres. O ensino pedagógico incluía dois tipos de curso da maior relevância na época: Curso Nor

---

(3) SANTA CATARINA. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Relatório do deputado Elpídio Barbosa sobre o sector educacional catarinense, no período de 1940-1950. Florianópolis, s.ed., 1951. p. 22.

(4) RELATÓRIO apresentado ao exmo. sr. Coronel Gustavo Richard Governador do Estado pelo dr. Honorio H. Carneiro da Cunha Secretario Geral junho/1907. Florianópolis, Typ. da Livraria Moderna, 1908. p. 54.

(5) SANTA CATARINA. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1948. p. 3.

mal e Normal Regional. (6)

Os Cursos Normais Regionais tinham por finalidade ministrar o primeiro ciclo do ensino normal, mediante quatro anos de estudo e formavam Regentes de Ensino Primário destinados à atividade docente nas numerosas Escolas Isoladas catarinenses. (7)

No ano de 1948, já havia em Santa Catarina 33 Cursos Normais Regionais, com uma matrícula final de 1.840 alunos. Curso Normal e Normal Regional eram articulados. Os egressos do Normal Regional tinham pois, em princípio, acesso ao Curso Normal.

Nessa época, já estava em funcionamento na cidade de Florianópolis, o Instituto de Educação Dias Velho e, em todo o Estado, encontravam-se outras 9 Escolas Normais, entre públicas e particulares. Os Cursos Normais dessas 10 instituições de ensino apresentavam uma matrícula efetiva de 327 alunos.

Esse era o panorama quantitativo - ano de 1948 - referente a aspectos do sistema de ensino e a personagens diretamente interessados na criação da carreira de Inspetor Escolar: alunos de Normal Regional, de Curso Normal e Professores Normalistas.

Os Inspectores Escolares gozavam então de elevado status nas comunidades catarinenses e pertenciam ao alto nível dirigente da educação pública estadual. Era natural, pois, que os alunos dos Cursos Normais e os já numerosos professores normalistas ansiassem por acesso a esses escalões de mando - anseios que eram reforçados pela ideologia nacional vigente logo após o fim da ditadura do Estado Novo, que preconizava igualdade de oportunidade para todos.

Mas o acesso aos elevados cargos da carreira do magistério - Diretores e Inspectores - não seguia um processo democrático, fato este que funcionava, para muitos, como um fator de desinteresse pela profissão de educador, fazendo com que, no Estado de Santa Catarina, "a maioria dos diplomados pelos Cursos Normais acabe suprindo os iapês e as repartições", segundo afirmativa ocorrida na Câmara

- 
- (6) O conceito de ensino pedagógico aqui empregado, de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil de onde foram extraídos esses dados, abrange todos os cursos de ensino comum para formação, aperfeiçoamento ou especialização de professores, nos graus elementar, médio ou superior e os tipos semi-especializado ou especializado.
- (7) Os Cursos Normais Regionais regiam-se pelo Decreto-lei federal n. 8.530 de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica de Ensino Normal) e Decreto-lei estadual n. 257 de 21 de outubro de 1946.

ra dos Deputados. (8)

Assim, o estabelecimento de Concurso de Títulos e Provas surgia para o Inspetor Escolar, como "o meio único de tornar os postos de direção e orientação um direito real de todos, um prêmio a que todos possam aspirar". (9)

### 3.2 - A CRIAÇÃO DA CARREIRA

A Professora Antonieta de Barros foi conhecida mestra e escritora. Sua condição de mulher de cor preta - tradicional fonte de preconceitos - não a impediu de atingir a situação de deputado estadual e a educação catarinense lhe deve muito de importantes decisões. Pode-se dizer que ela fazia parte da população de cor da cidade de Florianópolis, caracterizada por Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni na obra Cor e Mobilidade Social em Florianópolis, e que, mediante um processo de mobilidade social ascendente, convivia intensamente com a população branca e em posição simétrica. (10)

Foi a Professora Antonieta de Barros que, em sessão da Assembleia Legislativa Estadual do dia 6 de setembro de 1948, propôs a criação da Carreira de Inspetor Escolar. A criação dessa Carreira foi, na ocasião, muito enfocada nos jornais da Capital e apoiada pelo Departamento de Educação. Movimentou ainda, o professorado do Estado que expressava, por cartas ou telegramas, suas congratulações e apoio à autora do projeto e ao Governo.

A Carreira de Inspetor Escolar, com 36 cargos, foi criada pela lei n. 233 de 10 de dezembro de 1948. Nessa época já havia no Estado 16 cargos de Inspetor Escolar e 20 Professores Normalistas exerciam essa atividade como função gratificada. Todos esses Inspetores ocuparam os 36 cargos recém-criados, independentemente de concurso. (11) Com essa atitude o Governo houve por bem facilitar-lhes o direito à efetividade, como um prêmio pelos serviços já prestados à causa da educação.

---

(8) SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Imrensa Oficial, 1948. p. 3.

(9) *Ibidem*, p. 3.

(10) CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo, Nacional, 1960. p. 141.

(11) Decreto de 29 de dezembro de 1948.

### 3.3 - OS CONCURSOS DE INGRESSO

Os Concursos de Ingresso para Inspetor Escolar realizaram-se a partir do ano de 1950. Reegeram-se por legislações que sofreram poucas modificações fundamentais e foram ao todo em número de 13, aprovando 234 candidatos.

O primeiro concurso foi efetuado pelo Departamento de Educação, regulado pela lei n. 233 de 10 de dezembro de 1948 e o último ocorreu no ano de 1968 e foi organizado pela Secretaria de Educação e Cultura, segundo consta do quadro 3-1.

QUADRO 3-1

Concursos de Ingresso à Carreira de Inspetor Escolar

Legislação básica, época dos Concursos e número de aprovados ainda em exercício como Coordenadores de Educação

Legislação Básica	Época (ano) dos Concursos	Inspetores Escolares Concursados ainda em Exercício como Coordenadores de Educação (Frequência)
Lei n. 233 de 10 de dezembro de 1948	1950-1951	01
Lei n. 233 de 10 de dezembro de 1948 e Lei n. 23 de 5 de outubro de 1951	1954-1956-1957-1958-1959-1960	17
Decreto n. 1.170 de 31 de outubro de 1960	1961 (janeiro e junho) - 1962	03
Lei n. 3.341 de 16 de novembro de 1963 e Decreto n. SE-01-63/753	1964-1968	60
	TOTAL	81

### 3.4 - A CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Na ocasião do Concurso de Ingresso, o aspirante a Inspetor Escolar era avaliado conforme seus títulos e o resultado das provas (escrita e oral) a que fora submetido.

Essa avaliação consubstanciava-se em "pontos" e a soma desses pontos constituía-se no critério final classificatório do candidato: aquele que obtivesse maior número de pontos, era melhor classificado. (12)

A ordem de escolha das poucas vagas existentes obedecia rigorosamente à classificação obtida no Concurso e dava ao candidato o direito de lotar a vaga que lhe cabia (Circunscrição Escolar), em caráter de funcionário efetivo.

Essa classificação era, por isto, muito importante para a vida profissional e pessoal do candidato. De uma boa classificação dependia a possibilidade de o Inspetor Escolar ir trabalhar em centro urbano desenvolvido, com mais fáceis meios de comunicação e mais refinado ambiente social e cultural - o que geralmente era ambicionado por todos.

Entretanto, a maioria dos Inspectores Escolares não se mostrava satisfeita com a Circunscrição Escolar onde desenvolvia seu trabalho, pois, os Concursos de Ingresso aprovaram 234 candidatos e os Concursos de Remoção inscreveram 113 candidatos - quase 50% dos Inspectores concursados - números estes que revelam forte desejo de mudança de local de trabalho.

Por ocasião do Concurso de Ingresso, a classificação do candidato a Inspetor Escolar sofria a influência de diversos fatores que expressam uma operacionalização da filosofia do poder público estadual, nos diversos momentos históricos dos dezoito anos em que se realizaram esses concursos.

O Gráfico 3-1 refere-se à classificação dos candidatos ocupantes do cargo de Diretor de Grupo Escolar. (13)

---

(12) Aos títulos e provas atribuíam-se dado número de pontos que sofreram alguma variação através do tempo. Mas considerou-se esse detalhamento irrelevante no presente estudo.

(13) Foi permitido, por vezes, que Inspectores Escolares interinos e Professores Normalistas tivessem acesso ao Concurso para Inspetor Escolar e cuidou-se, então, de adequar a contagem de pontos do candidato a esse tipo de passado profissional.



Concurso de Ingresso na Carreira de Inspetor Escolar

Candidatos Diretores de Grupo Escolar

Fatores que influem na Aprovação do Candidato

Anos 1950 - 1968

F A T O R E S	P E R Í O D O		
	1950 - 1960 (Lei n. 233 de 10.12.48 e Lei n. 23 de 05.10.51)	1961 - 1962 (Decreto n. 1.170 de 31.10.60)	1963 - 1968 (Lei n.3.341 de 16.11.63 e Decr.n.SE-01.10.63/753)
Tempo de efetivo exercício na Carreira de Diretor de Grupo Escolar			
Frequência média do Grupo Escolar que dirigiu			
Promoção do Grupo Escolar que dirigiu			
Nota obtida na Prova			
Ser "arrimo de família"			
Ser casado ou viúvo com filho (s) menor (es)			
Aumento de pontos por filho (s) menor (es)			
Conclusão do Curso de Especialização ou de Administração Escolar de Grau Primário			
Tempo efetivo de exercício do cargo			
Frequência do candidato em suas atividades funcionais			

Do Gráfico 3-1 pode-se depreender algumas considerações básicas:

a) Os Concursos foram conservadores quanto aos fatores que influíam na aprovação do candidato.

b) Não havia necessariamente relação entre os fatores avaliados no Concurso e o trabalho a ser desenvolvido pelo Inspetor Escolar.

Em todo o trabalho profissional, são muito importantes os critérios de seleção de pessoal: quanto mais harmonioso o ajustamento entre esses critérios e a futura atividade a ser desenvolvida, mais eficiente será esse procedimento de seleção. Esse enfoque permite vislumbrar importantes considerações referentes à eficiência do processo de seleção de Inspectores Escolares no Estado de Santa Catarina.

a) Os candidatos eram avaliados em aspectos relacionados com a eficiência da atividade profissional a ser futuramente desenvolvida:

- . Tempo de efetivo exercício na Carreira de Diretor de Grupo Escolar
- . Tempo efetivo de exercício docente
- . Frequência do candidato às suas atividades funcionais
- . Nota obtida na Prova
- . Conclusão de Curso de Especialização ou de Administração Escolar de Grau Primário

b) Os candidatos eram avaliados em aspectos referentes à própria vida particular, que em nada se relacionavam com o futuro desempenho da inspeção escolar:

- . Ser arrimo de família
- . Ser casado ou viúvo com filho(s) menor(es)
- . Número de filhos menores

c) Os candidatos eram avaliados em aspectos referentes a situações que não dependiam basicamente de suas características pessoais e profissionais, mas do estabelecimento de ensino sob sua responsabilidade:

- . Índice de promoção dos alunos
- . Índice de frequência escolar

Santa Catarina apresentava, então, a maior parte de sua população na zona rural, onde as lides do campo e a dimensão modesta da pequena propriedade agrícola exigiam, muitas vezes, a mão de obra da criança ou adolescente em idade escolar.

O estímulo à frequência escolar era, pois, um objetivo de política educacional muito visado pelo Departamento de Educação: "Os professores trabalharão

diariamente pela boa freqüência de sua classe"(14). E mais: classes de alunos com 100% de freqüência, ostentariam flâmulas coloridas sobre a porta de entrada.

Por vezes eram criadas novas situações capazes de ser estímulos à freqüência, como as apresentadas em relatório de Diretor de Grupo Escolar no ano de 1943, dirigido aos superiores hierárquicos e que são transcritas textualmente para captar o sabor da comunicação:

É com satisfação que declaro que muito temos trabalhado (di<sup>reção</sup> e professores) para melhorar a freqüência, e muito temos conseguido. Trabalhos na roça - colheita da uva e do tr<sup>igo</sup>, onde crianças conseguem produzir quase tanto como adultos muitas vezes eram motivos para que o aluno faltasse às aulas. Para diminuir tais faltas, reduzi-las ao mínimo, convi<sup>dei</sup> os alunos em fins de fevereiro e começo de março, a fazerem - de livre e espontânea vontade - em frente à bandeira nacional (...) o juramento de não faltarem às aulas na semana seguinte por motivo de trabalho (colheita da uva). Todos os alunos fizeram esse juramento. Os resultados foram magní<sup>ficos</sup>. (15)

Em Circulares de 1944 do Departamento de Educação, encontram-se afirmati<sup>vas</sup> de que era "a freqüência escolar a garantia segura do sucesso do ensino e a melhor prova de eficiência do mestre, podendo-se mesmo afirmar que o professor vale pela freqüência que tem em sua classe, ou escola". (16)

Considerações dessa ordem contribuíam para criar no magistério uma ideolo<sup>gia</sup> de valorização da freqüência escolar, entendido o termo ideologia como o conjunto de idêias, crenças e modos de pensar característicos de um grupo. (17)

Contudo, uma ideologia não se caracteriza necessariamente por ser racional. Assim, o Departamento de Educação em ocasiões de análise objetiva da realidade, reconhecia que "a questão da freqüência depende, em grande parte, das circuns<sup>tâncias</sup> locais". (18)

Nos Concursos, a classificação do candidato a Inspetor Escolar sofria, ainda, a influência dos índices de aprovação de alunos dos estabelecimentos de ensino que estiveram sob sua direção.

(14) SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Circulares de 1943 e 1944. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1945. p. 6.

(15) Ibidem, p. 84.

(16) Ibidem, p. 162.

(17) DICCIONARIO DE SOCIOLOGIA. 3 ed. México, Fondo de Cultura, 1943. p. 147.

(18) SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Circulares de 1943 e 1944. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1945. p. 102.

A aprovação e reprovação de alunos é um aspecto que se relaciona com uma concepção de eficiência do sistema de educação. Na análise dessa eficiência costumam ocorrer duas abordagens básicas: eficiência externa e eficiência interna.

A avaliação da eficiência externa de um sistema de ensino fundamenta-se na adequação da educação ministrada às necessidades sociais. Já a eficiência interna baseia-se no fato de que a educação escolar objetiva transmitir conhecimentos e desenvolver hábitos, atitudes e habilidades em seus alunos. Melhorar a eficiência interna de um sistema de ensino significa fazer com que esses aspectos sejam adquiridos pelos educandos em menor tempo, da melhor maneira e com menor custo.

Freqüentemente considera-se como medida da eficiência interna de um sistema de ensino, o número de alunos aprovados nos exames. Contudo, sob esse ângulo, enquadra-se toda a problemática da avaliação do aluno, na qual o professor tem imensas possibilidades de projetar seus juízos de valor e pode ser levado a criar altos índices de aprovação, como forma de corresponder a uma expectativa dos dirigentes da educação, sobre o assunto.

Assim, o tema promoção e reprovação escolar é considerado bastante complexo, pois sofre o condicionamento de fatores de ordem psicológica, econômica e cultural, não sendo um adequado indicador de eficiente atuação de Diretor de Grupo Escolar, em Concursos para seleção de Inspetor Escolar.

### 3.5 - INTERAÇÃO SOCIAL E CONCURSOS

Nos primeiros anos de vida política republicana, solidificou-se a instrução primária catarinense sob a égide do governo estadual.

Durante esse tempo, os Inspetores Escolares eram "convidados" a ocuparem o cargo. Essa situação exigia um certo conhecimento pessoal e mesmo um dado envolvimento afetivo entre aqueles que tinham o poder de formular os convites e os professores convidados ao cargo de Inspetor Escolar. Ocorria então uma situação típica de grupo social primário, isto é, "aquele em que os contatos são pessoais e diretos, íntimos e duradouros". (19)

Interessantes dispositivos legais estimulavam esses contatos pessoais e diretos. Assim, a partir de 1930 todo o professor que viesse à Capital do Estado, mesmo em gozo de licença ou de férias, devia apresentar-se imediatamente à Diretoria de Instrução Pública. (20) Sobre essa exigência os professores lan

(19) RUMNEY, Jay e MAIER, Joseph. Manual de Sociologia. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1961, p. 86.

(20) Circular n. 1 de 6 de fevereiro de 1930 da Diretoria de Instrução Pública.

çavam uma tonalidade jocosa ao dizer que, estando na Capital, deviam imediatamente "ir tomar a bênção ao padrinho" - o Diretor da Instrução Pública.

O Departamento de Educação - no ano de 1935, órgão máximo responsável pela instrução pública estadual - caracterizou-se também por estimular essas relações personalizadas ou quase personalizadas, com o pouco numeroso magistério de então. Até mesmo o Interventor Federal Nereu Ramos, em suas audiências públicas, atendia pessoalmente aos professores. E esse clima de relacionamento direto vigorava de modo muito mais intenso, entre os Inspectores Escolares e os responsáveis pela instrução pública catarinense.

O Professor Elpídio Barbosa, que durante 10 anos foi Diretor do Departamento de Educação, valorizava grandemente os contatos pessoais com o professorado. Quando os Diretores de Grupo Escolar e Inspectores vinham pessoalmente entregar seu relatório anual de atividades, Elpídio Barbosa costumava entrevistá-los na biblioteca do referido Departamento e lá, calma e isoladamente, ouvia-os sobre os problemas de suas escolas.

Esses contatos primários - diretos e pessoais - ajudaram a criar clima para que as ordens emanadas do Departamento de Educação, mediante Circulares, não contivessem o formalismo impessoal que caracteriza a comunicação em serviço público. O final desses documentos estava freqüentemente impregnado de uma forte filosofia humanista que ajudava a desenvolver uma unidade ideológica no magistério catarinense:

A tarefa de professor eleva-se e desdobra-se, nas organizações escolares modernas, em que ele se deve preparar tanto para formar espíritos e caracteres, como para formar a consciência social e civil, por uma ação profunda no meio social e pela organização interna da escola, segundo uma concepção e em bases inteiramente novas. Será incapaz dessa nobre tarefa o professor que se lhe não dedicar de ânimo decidido e firme. O que fizer da profissão simples meio de vida, o que não tiver a emoção e o entusiasmo do seu dever, falhará sua missão, tornando-se desnobre e mesquinho. O mestre que não fizer da escola, com o elevado ideal de engrandecimento da pátria, uma casa de fé, de alegria, de bondade, de incitamento, de coragem, de confiança, de amor, de fraternidade humana, não terá penetrado o sentido da educação moderna em suas inelutáveis exigências e no que ela tem de mais imperativo e alto.

- Saúde e fraternidade. Elpídio Barbosa, diretor do Departamento de Educação. (21)

---

(21) SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Circulares de 1943 e 1944. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1945. p. 35.

Segundo Max Weber, na organização burocrática predominam a hierarquia de autoridade, a divisão de trabalho e as relações impessoais, não se caracterizando, esse tipo de organização, por contatos diretos e informais.

Porém, esse último tipo de contato - afim com situações de grupo primário - foi de grande importância no desenvolvimento do sistema de ensino catariense e caracterizou, em dado momento histórico da educação, um estilo de interação social, entendida esta como "ações e reações entre os membros de um grupo ou entre os grupos de uma sociedade." (22)

Com o crescimento quantitativo dos componentes de um sistema de ensino, tende a alterar-se o estilo de interação social nele vigente. Uma interação social típica de grupo primário transforma-se paulatinamente numa interação de grupo secundário, que é a que melhor atende aos objetivos de uma burocracia.

Assim, em dado momento - ano de 1948 - o Departamento de Educação houve por bem aderir a algumas normas burocráticas típicas de grupo social secundário, em relação ao Inspetor Escolar: apoiou o estabelecimento de Concursos como instrumento de acesso à Carreira.

Portanto, a instituição desses Concursos constitui-se num indicador de adesão do Departamento de Educação a normas de ação racionais, formais e despersonalizadas que caracterizam as organizações burocráticas e que visam obter maior eficiência na consecução de seus objetivos.

Porém, nos critérios dos Concursos para Inspetor Escolar, permaneceram vestígios da herança cultural típica de grupo social primário que vigorava na organização Departamento de Educação: o candidato era avaliado em aspectos que em nada se relacionavam com a eficiência de sua atividade inspetora em educação e se referiam apenas a sua vida particular - ser arrimo de família, ser casado ou viúvo com filhos menores e número de filhos.

### 3.6 - AS PROVAS DOS CONCURSOS

A principal e quase única fonte informativa sobre o assunto é o livro de Atas de Concursos para a Carreira de Inspetor Escolar. Observa-se nele que, até o ano de 1963, não ocorreram alterações essenciais nos programas de provas de um Concurso para outro.

No período de 1950 a 1963 a prova para o Concurso de Inspetor Escolar era escrita e com a duração de quatro horas. Abrangia Pedagogia, Didática e Administração de Ensino; esta última, incluindo Legislação Escolar.

O enfoque dado às questões de Didática e Pedagogia caracterizava-se por exigir um conhecimento amplo do assunto, mas sem preocupações por detalhes práticos ou operacionais.

Com o passar do tempo, importantes modificações ocorreram no cenário da filosofia e da política educacionais, em plano nacional e estadual. A Constituição do Brasil de 1946 estabeleceu que os Estados deveriam organizar seus Sistemas de Ensino e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 endossou essa determinação constitucional.

Atendendo à ação de convergência dessas determinações legais, o Estado de Santa Catarina organizava, pouco depois, o seu Sistema Estadual de Ensino, pela Lei n. 3.191 de 8 de maio de 1963. Essa legislação, em três de seus artigos, referiu-se expressamente ao Concurso para Inspetor Escolar:

Art. 116 - O Estado criará e a Secretaria de Educação e Cultura organizará e manterá o serviço de inspeção do ensino dos diferentes graus e ramos.

Art. 117 - O inspetor de ensino, escolhido por concurso de títulos e provas, deverá possuir conhecimentos técnicos e pedagógicos demonstrados de preferência no exercício do magistério, de auxiliar de administração escolar ou de direção de estabelecimento de ensino.

Parágrafo único - Caberá ao Conselho Estadual de Educação baixar normas a que obedecerão os concursos previstos neste artigo.

Art. 154 - Os cargos de inspetor escolar serão privativos dos professores diplomados no grau de ensino a que se destinem, escolhidos em concurso de títulos e provas, em que se verifiquem a habilitação técnica e pedagógica, exigindo-se, ainda do candidato, pelo menos três anos de experiência docente.

Parágrafo único - É obrigatória a prova de Didática para os concursos a que se refere este artigo, e como tal, eliminatória.

O Sistema Estadual de Ensino do ano de 1963 levou a Secretaria da Educação e Cultura a uma completa reformulação dos Concursos para Inspetor Escolar, mediante o decreto n. 753 de 1º de outubro de 1963. O espírito dessa mudança foi de grande valorização da atividade docente e, pela primeira vez, os professores normalistas puderam inscrever-se diretamente no Concurso, tradicionalmente só acessível aos Diretores de Grupo Escolar.

O Concurso continuou a ser de títulos e provas e o programa conseguiu adquirir maior complexidade: Didática, Psicologia, Português, Estatística Escolar e Legislação de Ensino. Somente as provas de Didática e Psicologia eram escritas e orais. A Didática passou a ser enfocada com fortes tons de Didática Especial e tanto esta como a Psicologia referiam-se a situações típicas de interação em sala de aula entre professor e aluno.

Na prova oral, a banca examinadora apresentava ao candidato material de ensino relacionado com a Didática Especial e sobre o qual ele devia fazer uma exposição verbal. Esse material referia-se também a testes de maturidade, recursos audiovisuais e outros aspectos correlatos.

A Lei de Diretrizes e Bases do ano de 1961 valorizou a experiência docente do Inspetor Escolar mas sem dar-lhe um caráter eliminatório. (23) Já em Santa Catarina, a prova de Didática era a única eliminatória do Concurso, embora o Inspetor Escolar não se destinasse a exercer atividade docente. Nessa época, mesmo as chamadas "aulas de demonstração" já tinham perdido muito de sua força como instrumento orientador do magistério, durante as visitas de inspeção.

O Inspetor Escolar, sendo administrador, necessitava tomar decisões que se referiam a vários campos do saber, isto sem precisar ser um especialista nesses diferentes setores do conhecimento. Sob esse ângulo de análise conclui-se que, nesses Concursos, foi demasiadamente incisiva a avaliação de conhecimentos especializados, afins com a Didática e caracteristicamente aplicáveis em atuações em sala de aula.

A ação do Inspetor Escolar era tipicamente a nível de sistema de ensino - Circunscrição Escolar e Inspeção Regional de Educação. As classes de alunos e os estabelecimentos de ensino são, por certo, componentes desse sistema, mas José Augusto Dias, citando Almeida Junior, diz que "a idéia de sistema, equivale a um conjunto de elementos, materiais ou não, que dependem reciprocamente uns dos outros, não se compadece com a de simples agregado de unidades".(24)

Tem-se definido nos últimos tempos, o pensamento de que em seu processo histórico, os sistemas de ensino dos vários países ou regiões passam por diferentes estágios de evolução - cada estágio com características próprias.

De estudos sobre a educação brasileira, depreendem-se relevantes considerações sobre os diferentes estágios de desenvolvimento de seu sistema de ensino. O "didatismo", isto é, uma demasiada preocupação com a questão dos meios, das práticas e dos procedimentos didáticos, marcou, durante muito tempo, toda a educação do Brasil e pode ser considerado uma fase de sua evolução. (25)

Analisando todos os Concursos para Inspetor Escolar realizados no Estado de Santa Catarina, podemos dizer que neles havia reflexos desse rumo de evolução nacional, revelando um sistema de ensino que ainda não ascendera totalmente da fase de didatismo ou pedagogismo, para um enfoque a nível de sistema onde a educação se situasse mais como um processo social, uma técnica social e um problema de cultura.

---

(23) Art. 65 da lei federal n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

(24) DIAS, José Augusto. Sistema escolar brasileiro. São Paulo. Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho", 1970. p. 2. Mimeografado.

(25) LOURENÇO FILHO, M. B. Introdução ao estudo da escola nova. 8 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1963. p. 23.



O Sistema Estadual de Ensino do ano de 1969 (lei n. 4.394 de 20 de novembro de 1969) não tratou, de modo específico, dos Concursos para Inspetor Escolar. Mas na reestruturação administrativa da Secretaria da Educação e Cultura ocorrida no ano de 1970 (Decreto n. SE-31-12-69/8.840''A''), o cargo de Inspetor Escolar foi convertido no de Coordenador Local de Educação.

Esse cargo de Coordenador foi garantido, em caráter efetivo, aos então Inspectores Escolares efetivos. Estava previsto, para os outros ocupantes do cargo de Coordenador Local de Educação, que a ele tivessem acesso mediante Concurso de Títulos e Prova.

Mas, na vigência da legislação referida, não se realizou nenhum Concurso para Coordenador Local de Educação, cujos profissionais passaram a exercer o cargo através de designação da Secretaria da Educação.

Os Concursos para Inspetor Escolar realizados do ano de 1950 a 1968, influíram decisivamente na organização dos padrões de mobilidade ocupacional (vertical e horizontal), desses profissionais.

## CAPÍTULO 4

### MOBILIDADE OCUPACIONAL

#### 4.1 - ASPECTOS DA MOBILIDADE OCUPACIONAL

Max Weber, sociólogo e economista alemão das primeiras décadas do século XX, visitou no ano de 1904, os Estados Unidos, onde se impressionou deveras com o desrespeito à lei, que reinava nas grandes cidades, o estilo de interação urbana que se desenvolvia assustadoramente e a marcante mistura de etnias existente no país. Afirma-se que essas impressões foram para ele o modelo de uma sociedade do porvir, onde seria indispensável uma complexa máquina burocrática política, para manter a democracia de massas.

Com suas pesquisas e trabalhos subsequentes, Max Weber marcou decisivamente os estudos sobre as organizações burocráticas. Sua obra salientou os aspectos formais da burocracia e os críticos alegam que ele olvidou a dimensão informal da organização. Mas mesmo considerando válida essa crítica, é pacífica a importância da dimensão formal de uma burocracia, onde figura com destaque o enquadramento de seus cargos, segundo o princípio hierárquico.

No Estado de Santa Catarina, a Secretaria da Educação é responsável pela administração do sistema de ensino público estadual. Este é integrado por cargos hierárquicos, sendo que titulares de cargos com as mesmas atribuições formam uma categoria ou estrato ocupacional. As categorias ocupacionais situam-se, umas em relação às outras, em posição de igualdade, de superioridade ou de inferioridade hierárquica.

Normas legais burocráticas regulam a mobilidade vertical, isto é, a possibilidade dos ocupantes de cargos de uma categoria ocupacional exercerem cargos pertencentes a outra categoria ocupacional.

Em virtude da expansão do sistema de educação pública por toda a área do Estado, existe também a mobilidade horizontal, já que a maioria dos cargos de uma mesma categoria ocupacional pode ser exercida em diversos locais do território estadual.

Esses dois aspectos - mobilidade vertical e mobilidade horizontal - caracterizam os padrões de mobilidade ocupacional do sistema de educação pública estadual de Santa Catarina.

#### 4.2 - ORIGEM DOS PADRÕES DE MOBILIDADE

Em Santa Catarina, durante o período imperial, a Província não estava dividida em zonas de inspeção escolar, os Inspectores Escolares não eram remunerados e essa função não podia ser exercida por Professores. (1) Mas, com o advento da República, nova escala de valores veio marcar os rumos da instrução pública catarinense.

Nos primeiros anos de vida republicana pode-se perceber, na reflexão dos governantes, um desejo de dividir o Estado em regiões que ficariam sob a responsabilidade profissional de diferentes Inspectores Escolares remunerados e escolhidos entre o professorado público dotado de expressivo passado docente.

No ano de 1903, o vice-governador do Estado, Coronel Vidal Ramos, já argumentava frente ao Congresso Representativo Estadual: "Se outras fossem as nossas condições financeiras, eu vos proporia uma reforma que, dividindo o Estado em tantas zonas quantas fossem necessárias, autorizasse o Governo a colocar em cada uma delas um inspetor do ensino, remunerado e com obrigações bem definidas, de modo que a responsabilidade do cargo pudesse ser efetiva". (2)

Divulgavam-se então, com vigor, as idéias de democratização do ensino e os pais começavam a aspirar melhor educação para seus filhos. Com isto aumentava a quantidade de escolas e crescia o número de pessoas docentes e discentes envolvidas no processo educativo. Isto significava mais amplas e complexas relações a serem mantidas pelo Governo e fundamentava a prioridade com que o poder público desejava a criação do serviço de inspeção escolar no Estado.

No ano de 1907, o Estado de Santa Catarina possuía, em funcionamento, 144 escolas de ensino primário, regidas por 144 professores. Esses dados revelam a simplicidade da estrutura dos estabelecimentos de ensino da época: cada escola possuía um professor. Apesar da precariedade das informações estatísticas, é expressiva a matrícula total nessas escolas, apresentando 6.080 alunos, embora a frequência registrasse apenas 4.703 alunos, em virtude da acentuada evasão escolar.

Nesse ano - 1907 - efetuou-se, em Santa Catarina, uma reforma da instrução pública, inspirada na situação educacional dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. (3) Essa reforma concretizou aspectos da política educacional republicana e deu origem aos padrões de mobilidade - horizontal e vertical - que con-

(1) Para exemplificar, citamos o Regulamento da Instrução Pública de 29.4.68.

(2) MENSAGEM apresentada ao congresso representativo do Estado a 26 de julho de 1903 pelo vice-governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior. Florianópolis, Typ. Livraria Moderna, 1903. p. 21.

(3) Decreto n. 348 de 7 de dezembro de 1907.

dicionariam toda a vida profissional do Inspetor Escolar de Santa Catarina.

A mobilidade horizontal ocorreu em consequência de dividir-se a área geográfica do Estado em zonas de inspeção escolar; a mobilidade vertical surgiu pelo fato de professores poderem ascender à situação de Inspetor Escolar. (4)

#### 4.3 - MOBILIDADE HORIZONTAL

Em 1907, foi autorizada a divisão da área geográfica do Estado em Circunscrições Escolares, onde os Inspetores Escolares remunerados passariam a desenvolver seu trabalho. Mas continuava existindo a figura tradicional dos Chefes e dos Delegados Escolares que atuavam nos Distritos. Eram colaboradores na inspeção do ensino, mas não recebiam remuneração.

Nessa época, pleiteava-se dividir o Estado em três grandes Circunscrições Escolares: a do Norte, a do Sul e a da Zona da Serra (planalto de Lages). Contudo, no ano de 1909, ainda havia apenas um Inspetor Escolar remunerado, fiscalizando as 178 escolas primárias do Estado.

Com o passar do tempo desenvolveu-se o serviço de inspeção escolar e, no ano de 1948, havia 54 Inspetores, distribuídos por 41 Circunscrições Escolares, com responsabilidade de atendimento às 4.244 unidades de ensino. Isto significava uma média de 79 escolas onde o Inspetor devia "inspecionar no que concerne à técnica e eficiência do ensino, à idoneidade e assiduidade dos docentes e à disciplina e higiene dos alunos". (5)

Tradicionalmente, o local de trabalho do Inspetor Escolar era determinado pelos superiores hierárquicos. Em certa época, essa decisão dependia do poder forte do Departamento de Educação. Com a redemocratização do país após o ano de 1945, surgiram os partidos políticos ávidos de poder, que foram lentamente minando a força decisória desse Departamento, em assuntos de educação.

Ao ser criada a carreira de Inspetor Escolar, no ano de 1948, seus ocupantes deviam aceitar a sua nomeação para qualquer região do Estado. (6) Esse foi um decisivo instrumento na mão do governo, que passou a utilizar a inspeção escolar na luta pela sobrevivência político-eleitoral. Os diretórios dos

---

(4) Art. 17, item VI, parágrafo único e art. 48 do Regulamento Geral da Instrução Pública, anexo ao Decreto n. 348 de 7 de dezembro de 1907.

(5) Art. 7º do Decreto n. 3.733 de 12 de dezembro de 1946.

(6) Art. 9º da Lei n. 233 de 10 de dezembro de 1948.

partidos políticos pressionavam os Inspectores Escolares, ameaçando-os de remoção para distantes e indesejadas regiões do Estado, caso esses não persuadissem o professorado a votar em determinados candidatos.

Nesse contexto, era muito problemática a situação do Inspetor Escolar, quando saía do poder o partido político a que ele aderira. Para muitos, foi a difícil hora do ostracismo profissional.

Certo Inspetor Escolar que vivera uma experiência dessa ordem, revelou, em entrevista, que sofrera em apenas seis meses, quatro remoções para os mais distantes locais do Estado; remoções estas, de fundo político mas que eram rotuladas formalmente de "a bem do ensino".

A caótica situação que se começava a criar fez com que surgissem normas legais burocráticas que passaram a regular a mobilidade horizontal do Inspetor Escolar, mediante o Concurso de Remoção. Este dava aos Inspectores Escolares a possibilidade de escolherem, por Concurso e entre as Circunscrições Escolares vagas, nova base geográfica onde desenvolveriam seu trabalho.

Mas o Executivo não estava interessado em aprovar essa lei que iria limitar seus próprios poderes. Assim, a disciplinação da remoção de Inspectores Escolares ocorreu mediante ato legal promulgado pela Assembléia Legislativa Estadual e não pelo Governador, como é a situação mais frequente. (7)

No Concurso de Remoção, não se realizavam provas escritas nem orais, mas de resto o candidato era avaliado de modo semelhante ao seu ingresso na carreira: influíam aspectos que se relacionavam com sua atividade profissional e outros referentes apenas à vida pessoal do candidato.

A partir de 1960, a remoção podia dar-se também por permuta - de comum acordo um Inspetor Escolar trocava seu local de trabalho com outro Inspetor - o que gerou abusos e clandestina "venda" de vaga (lotação) considerada bem localizada.

Os Concursos de Remoção que se realizaram entre os anos de 1954 e 1969, foram em número de 15 e removeram apenas 25 candidatos. Entretanto, foram feitas 113 inscrições, o que representa mais de 50% dos Inspectores concursados e é um eficiente indicador de forte desejo de mobilidade horizontal entre os Inspectores Escolares, desejo este que as estatísticas mostram não ter sido frequentemente satisfeito.

---

(7) Lei n. 23 de 5 de outubro de 1951.

#### 4.4 - MOBILIDADE VERTICAL

Esse tema tem adquirido grande importância nos recentes estudos de sociologia das organizações.

No caso catarinense, a situação clássica de mobilidade vertical do Inspetor Escolar envolvia três camadas da hierarquia ocupacional: a de Professor Normalista, a de Diretor de Grupo Escolar e a de Inspetor Escolar. (8) Normas legais burocráticas estabeleciam tempo mínimo de permanência no estrato de Professor e de Diretor, para se ter acesso ao cargo de Inspetor Escolar.

A situação, no estrato ocupacional de Professor, de Diretor e de Inspetor, dos atuais 97 coordenadores de educação que foram Inspectores Escolares, pode ser resumida como segue:

a) Em relação à situação de Professor - Exigia-se que o candidato a Inspetor Escolar, tivesse exercido o magistério. Assim, compreende-se que todos os 97 Coordenadores de Educação que foram Inspectores Escolares, tenham tido experiência docente anterior ao exercício do cargo de Inspetor.

Com o Plano Estadual de Educação implantado no ano de 1970 e sua legislação complementar, introduziu-se uma nova política educacional, para a qual não era condição indispensável ter passado docente, para ser Inspetor Escolar. Essa reforma de ensino previa que este, já então com a designação de Coordenador Local de Educação, tivesse uma formação de nível superior. Modificou-se assim, sob o ângulo formal, o processo tradicional de mobilidade ocupacional do Inspetor Escolar, que se caracterizara por uma valorização de experiência profissional passada.

Entretanto, dos 39 coordenadores que ingressaram após o Plano Estadual de Educação - ano de 1970 - apenas 2 não exerceram o magistério. Pode-se dizer, portanto, que o passado docente é uma das características dos atuais Coordenadores de Educação, quer tenham sido ou não antigos Inspectores Escolares, segundo expressa o quadro 4-1.

Exigido cumprimento de tempo mínimo de permanência no estrato de Professor e de Diretor, para se ter acesso ao cargo de Inspetor Escolar.

(8) Como exceção, foi também permitido aos Inspectores Escolares interinos e Professores Normalistas, o ingresso direto a carreira de Inspetor Escolar.

Entretanto, dos 39 coordenadores que ingressaram após o Plano Estadual de Educação - ano de 1970 - apenas 2 não exerceram o magistério. Portanto, que o passado docente é uma das características dos atuais

## QUADRO 4-1

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o tempo de exercício docente, anterior ao cargo de Inspetor Escolar ou de Coordenador de Educação (\*)

Tempo (em anos)	Coordenadores de Educação (antigos Inspetores Escolares)		Coordenadores de Educação (não Inspetores Escolares)	
	fi	f%	fi	f%
1 - 4	11	11,3	3	8,1
5 - 8	28	28,9	11	29,7
9 - 12	21	21,6	10	27,0
13 - 16	22	22,7	7	19,0
17 - 20	9	9,3	4	10,8
21 - 24	4	4,1	2	5,4
25 - 28	2	2,1	-	-
(em Total)	97	100,0	37	100,0

(\*) O ano de referência para o início da atividade no cargo de Coordenador de Educação foi o ano de 1970.

b) Em relação à situação de Diretor de Grupo Escolar - O estilo de mobilidade ocupacional vertical dos Inspetores catarinenses incluía, com grande frequência, sua passagem pelo estrato de Diretor de Grupo Escolar.

Dos 97 Coordenadores de Educação que foram Inspetores Escolares, 76 (77%) exerceram atividades de Diretor de estabelecimento de ensino. Desses 76 informantes, 64 submeteram-se a Concursos de Ingresso à Carreira de Diretor de Grupo Escolar, realizados entre os anos de 1950 e 1968, conforme está representado no quadro 4-II.

(\*) O ano de referência para o início da atividade no cargo de Coordenador de Educação foi o ano de 1970.

## QUADRO 4-II

Distribuição dos Coordenadores de Educação (antigos Inspectores Escolares) de acordo com a data a que se submeteram ao Concurso de Ingresso à Carreira de Diretor de Grupo Escolar

Data (Ano)	fi	f%
1950 — 1953	5	7,8
1954 — 1957	10	15,6
1958 — 1961	18	28,1
1962 — 1965	23	36,0
1966 — 1968	8	12,5
Total	64	100,0

Para ser Diretor de Grupo Escolar (concurado) era necessário ter sido professor durante 5 anos; e para ser Inspetor Escolar eram igualmente necessários 5 anos de direção em Grupo Escolar. (9) Mas o período de permanência dos atuais Coordenadores de Educação (antigos Inspectores Escolares), nessas duas camadas ocupacionais, superou acentuadamente o que era exigido em lei, conforme pode ser observado no quadro 4-III.

## QUADRO 4-III

Distribuição dos Coordenadores de Educação (antigos Inspectores Escolares) de acordo com os anos de atividade como Diretor de Grupo Escolar e como Professor, antes de ser Inspetor Escolar

Tempo (em anos)	Atividade como Diretor de Grupo Escolar		Atividade como Professor	
	fi	f%	fi	f%
1 — 3	28	36,9	8	8,2
4 — 6	25	32,9	19	19,6
7 — 9	9	11,8	17	17,6
10 — 12	5	6,6	16	16,4
13 — 15	5	6,6	17	17,6
16 — 18	4	5,2	11	11,4
19 — 21	-	-	5	5,2
22 — 24	-	-	2	2,0
25 — 28	-	-	2	2,0
Total	76	100,0	97	100,0

(9) Enfocamos aqui o que consideramos a situação clássica deste tema, embora tenham ocorrido pequenas variações em alguns Concursos.



Considerando-se os 76 inspetores que foram diretores de Grupo Escolar, 23 deles (30%) exerceram o cargo de Diretor por período compreendido entre 7 e 18 anos. Já todos os 97 antigos Inspectores Escolares foram professores e 70 deles permaneceram no magistério, num período de tempo de 7 e 28 anos.

Constatou-se, em entrevistas da pesquisa, que depois de 10 a 20 anos de trabalho docente ou de Diretor de Grupo Escolar, ocorria afastamento dessas atividades e ingresso na Carreira de Inspetor Escolar.

Segundo as informações obtidas, para um relevante número de Inspectores, principalmente para as mulheres, o cargo de Inspetor era buscado quase ao final da carreira funcional, como instrumento de uma aposentadoria melhor remunerada. Contudo, os dados da pesquisa que figuram no Quadro 4-IV, não expressam nitidamente esse fato.

QUADRO 4-IV

Distribuição dos Coordenadores de Educação que foram Inspectores Escolares, de acordo com o Sexo e o Tempo de Atividade como Diretor de Grupo Escolar e como Professor

Tempo (em anos)	Atividade como Diretor de Grupo Escolar				Atividade como Professor			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	fi	f%	fi	f%	fi	f%	fi	f%
1 - 3	19	45,2	9	26,5	4	8,6	4	8,0
4 - 6	14	33,3	11	32,3	14	29,8	5	10,0
7 - 9	6	14,3	3	8,8	10	21,2	7	14,0
10 - 12	2	4,8	3	8,8	8	17,0	8	16,0
13 - 15	1	2,4	4	11,8	5	10,7	12	24,0
16 - 18	-	-	4	11,8	2	4,2	9	18,0
19 - 21	-	-	-	-	4	8,5	1	2,0
22 - 24	-	-	-	-	-	-	2	4,0
25 - 28	-	-	-	-	-	-	2	4,0
Total	42	100,0	34	100,0	47	100,0	50	100,0

c) Em relação à situação de Inspetor Escolar - Dos 97 atuais Coordenadores de Educação (antigos Inspetores Escolares), o relevante número de 81 deles submeteram-se ao Concurso de Seleção a essa Carreira, havendo ainda informantes que apresentaram até 19 anos de atividades inspetora em educação, em uma distribuição geral apresentada no quadro 4-V.

QUADRO 4-V

Distribuição dos Coordenadores de Educação (antigos Inspetores Escolares) de acordo com a data de início e número de anos de atividade como Inspetor Escolar (\*)

Data de início	N. de anos	fi	f%
1951	19	1	1,1
1954	16	3	3,1
1955	15	1	1,1
1956	14	3	3,1
1957	13	4	4,1
1958	12	1	1,1
1960	10	4	4,1
1961	9	3	3,1
1962	8	7	7,2
1963	7	8	8,2
1964	6	15	15,4
1965	5	11	11,3
1966	4	1	1,1
1967	3	7	7,2
1968	2	23	23,7
1969	1	5	5,1
T O T A L		97	100,0

(\*) O ano de referência desta tabela foi 1970, quando os Inspetores Escolares tiveram modificadas suas atribuições e passaram a ser denominados de Coordenadores Locais de Educação.

Dentro do processo de mobilidade ocupacional dos Inspetores Escolares, cabe enfocar a situação daqueles que exerceram cargos de supervisão ou chefia, em relação a seus colegas de profissão.

Até o ano de 1956, toda a rede escolar pública estadual funcionava em dependência direta do Departamento de Educação, subordinado à Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social, com sede na cidade de Florianópolis.

Nessa época, Anísio Teixeira era a grande voz que se levantava, alertando o Brasil para a necessidade imperiosa de se descentralizar os serviços relativos à educação. O projeto de reforma do Sistema de Ensino de Santa Catarina elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no ano de 1954, por Anísio Teixeira e outros educadores (10), refletiu essa filosofia educacional e definiu claramente a idéia de dividir-se o Estado de Santa Catarina em zonas de inspeção escolar, às quais estariam subordinados os Inspetores Escolares.

Segundo declaração do Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura na época, foi com base nesse projeto do INEP que foram criados, em 1955, os primeiros serviços descentralizados para administrar o ensino público estadual catarinense e aos quais subordinaram-se os Inspetores Escolares. Surgiram, segundo a necessidade e a distribuição da população escolar e constituíram as 7 Delegacias de Ensino do Estado (11), "subordinadas diretamente ao Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e cumprindo suas determinações". (12)

Nessa época, ano de 1955, já se fazia premente certa descentralização administrativa, pois o ensino primário em todo o Estado possuía um corpo docente composto por 7.250 professores, que ministravam aulas em 4.133 unidades escolares. A matrícula geral desses estabelecimentos de ensino era de 253.726 alunos.

No ano de 1961, as Delegacias de Ensino foram transformadas em Inspetorias Regionais de Educação, concebidas como órgãos de execução e que deviam "executar as ordens e cumprir os regulamentos e instruções" emanados de órgãos hierárquicos superiores. (13)

Com as 12 Coordenadorias Regionais de Educação que surgiram no ano de 1970, acentuou-se esse processo de descentralização, pois as Coordenadorias são consideradas "órgãos de direção descentralizada da Secretaria da Educação". (14)

(10) Os professores que colaboraram com o dr. Anísio Teixeira nesse projeto foram Elza Nascimento Alves, Hamilton Valente Ferreira e Sálvio Oliveira.

(11) As Delegacias de Ensino foram criadas no ano de 1955 (Decreto n. 873 de 22 de novembro de 1955), mas não foram instaladas imediatamente.

(12) Art. 25 da lei n. 1.463 de 30 de abril de 1956.

(13) Art. 10º da lei n. 2.975 de 18 de dezembro de 1961.

(14) Art. 105 do decreto N. SE-9.150 de 4 de junho de 1970.

A necessidade de enfatizar a descentralização do sistema de educação pública estadual tornou-se imperiosa em virtude de novas concepções educacionais e do crescimento da Secretaria da Educação como organização burocrática, abrangendo no ano de 1974, mais de 32.000 funcionários, entre pessoal docente e administrativo. (15)

A análise dos dados desta pesquisa revelou que 13 informantes ocuparam o cargo de Inspetor Regional de Educação, 4 exerceram esse cargo e o de Delegado de Ensino e 12 são atualmente Coordenadores Regionais de Educação.

O exercício de cargos de direção de uma Região Escolar (Delegado de Ensino, Inspetor Regional de Educação ou Coordenador Regional de Educação) pode ser entendido como um ápice no processo de mobilidade ocupacional do Inspetor Escolar, expressando mais elevado status e poder de mando para os seus detentores.

---

(15) Fonte: Departamento de Administração da SE do Estado de Santa Catarina

## CAPÍTULO 5

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

#### 5.1 - ASPECTOS GERAIS

A conclusão do Curso Normal e o tempo de experiência como docente, até o ano de 1970, eram aspectos considerados suficientes para os Inspectores Escolares, como prova de capacidade profissional.

Após essa data, o cargo de Inspetor Escolar foi convertido no de Coordenador Local de Educação, para o qual se passou a exigir uma formação de nível superior, específica em educação. Nessa população, os dados relativos à escolaridade (1) estão expressos no Quadro 5-1 e no Gráfico 5-1.

QUADRO 5-1

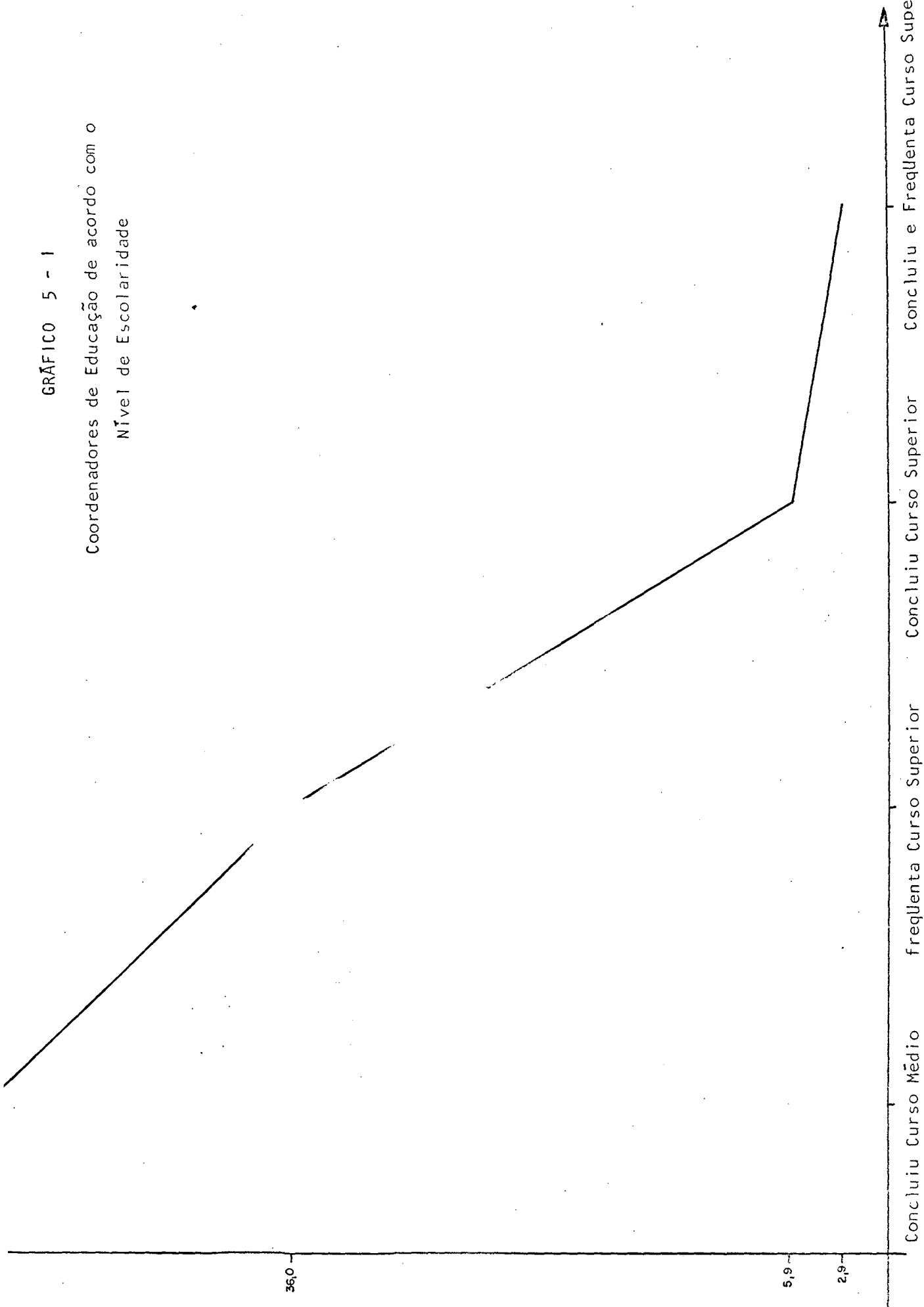
Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o Nível de Escolaridade

Nível de Escolaridade	fi	f%
Concluiu Curso Médio	75	55,2
Frequenta Curso Superior	49	36,0
Concluiu Curso Superior	8	5,9
Concluiu e Frequenta Curso Superior	4	2,9
TOTAL	136	100,0

(1) Neste estudo, sempre que ocorrer referência às diversas categorias de Nível de Escolaridade, tratar-se-á do mais elevado Nível de Escolaridade atingido pelo informante.

GRÁFICO 5 - 1

Coordenadores de Educação de acordo com o  
Nível de Escolaridade



5.2 - CURSO SUPERIOR CONCLUÍDO

A análise dos dados revela que 12 Coordenadores de Educação, isto é, 8,8% concluíram Curso Superior, sendo que alguns informantes levaram a termo 2 cursos universitários, como está discriminado no Quadro 5-II.

QUADRO 5-II

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o Curso Superior Concluído

Cursos	fi	f%
Direito	3	25,0
Filosofia	3	25,0
Pedagogia	2	16,7
História	2	16,7
Pedagogia e Direito	1	8,3
Ciências Econômicas e Direito	1	8,3
Total	12	100,0

A época de conclusão dos Cursos Superiores, pelos atuais Coordenadores de Educação, abrangeu um período de 17 anos - do ano de 1954 ao de 1971. Nessa faixa de tempo, esse aspecto da realidade distribuiu-se sem acentuadas variações anuais, conforme se depreende do Quadro 5-III.

## QUADRO 5 - III

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o  
Ano de Conclusão do Curso Superior

Ano	fi	f%
1954	1	7,2
1959	1	7,2
1960	2	14,2
1965	1	7,2
1967	2	14,2
1968	1	7,2
1969	3	21,4
1970	1	7,2
1971	2	14,2
Total	14 (*)	100,0

(\*) 2 informantes concluíram 2 cursos de nível superior.

Nenhum informante fez Curso de Pós-Graduação; e, entre o total de cursos universitários concluídos (n=14), 57,1% foi levado a termo no Estado de Santa Catarina e 42,9% no Estado do Rio Grande do Sul.

### 5.3 - FREQUÊNCIA A CURSO SUPERIOR

Analisando as várias Regiões Escolares do Estado de Santa Catarina, sob o ângulo "Coordenadores de Educação com formação de Nível Superior", obteve-se os dados constantes do Quadro 5-IV.



## QUADRO 5 - IV

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com a Região Escolar e a Formação de Nível Superior (\*)

Coordenadorias Regionais de Educação	Formação de Nível Superior	
	fi	f%
Florianópolis	8	13,2
Tubarão	4	6,6
Criciúma	8	13,2
Blumenau	6	9,9
Joinville	5	8,1
Rio do Sul	1	1,6
Lages	6	9,9
Mafra	5	8,1
Joaçaba	3	4,9
Concórdia	2	3,2
Chapecô	5	8,1
São Miguel d'Oeste	8	13,2
TOTAL	61 (**)	100,0

(\*) O conceito de Formação de Nível Superior inclui Curso Superior que frequenta e concluído.

(\*\*) Entre os Coordenadores de Educação, 4 informantes já concluíram Curso Superior e atualmente frequentam ou tro Curso Superior.

Os cursos universitários frequentados pelos informantes figuram no Quadro 5-V, e nele observa-se um acentuado predomínio de cursos relacionados com Educação.

QUADRO 5 - V

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o Curso Superior que frequentam

CURSO	fi	f%
Pedagogia	24	45,3
Letras	8	15,1
Direito	8	15,1
História	3	5,6
Ciências Naturais	3	5,6
Geografia	1	1,9
Ciências Sociais	1	1,9
Filosofia	1	1,9
Administração de Empresas	1	1,9
Pedagogia e Direito (*)	1	1,9
Administração de Ensino, Direito e Ciências Naturais (**)	1	1,9
Pedagogia, Administração de ensino e Direito (**)	1	1,9
Total	53	100,0

(\*) O mesmo informante frequenta 2 cursos

(\*\*) O mesmo informante frequenta 3 cursos

A data prevista para a conclusão dos cursos, atualmente frequentados pelos Coordenadores de Educação, consta no Quadro 5 - VI.

QUADRO 5 - VI

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o ano previsto para a conclusão do Curso Superior que frequentam

Ano	fi	f%
1971	2	3,8
1972	8	15,1
1973	13	24,5
1974	23	43,4
1975	7	13,2
Total	53	100,0

Os dados constantes do Quadro 5 - V (Curso Superior que frequenta) e Quadro 5 - VI (Ano previsto para a conclusão do Curso Superior que frequenta), constituem-se, para a Secretaria da Educação, em uma prospecção da formação de seus recursos humanos.

#### 5.4 - PASSADO PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIA DOCENTE

A Secretaria da Educação considerou, até o ano de 1970, que a conclusão do Curso Normal e o tempo de experiência anterior como docente, faziam parte da formação profissional de Inspetor Escolar.

Com a renovação introduzida pelo 1º Plano Estadual de Educação, o cargo de Inspetor Escolar foi convertido no de Coordenador Local de Educação, mantendo-se nesse cargo os antigos Inspectores Escolares efetivos, independentemente do nível de escolaridade que apresentassem.

Mas, para os novos Coordenadores de Educação, como prova de formação profissional, a Secretaria da Educação deixou de exigir tempo de experiência anterior como docente e passou a ser mais rigorosa quanto ao nível de escolaridade: os Coordenadores de Educação devem apresentar uma formação de nível superior, em curso de Educação.

Esse contexto faz crer na validade da hipótese de que os atuais Coordenadores de Educação, que foram Inspectores Escolares em seu passado profissional, apresentam maior tempo de experiência como docentes do que os Coordenadores de Educação que não foram Inspectores Escolares, sendo esta hipótese analisada no Quadro 5 - VII.

QUADRO 5 - VII

Análise da Hipótese

	Variáveis da Hipótese	
	Tempo de Experiência Docente	Passado Profissional
Caracterização	Variável Ordinal	Variável Nominal
Função	Variável Independente	Variável Dependente
Categorias	Categorias com intervalo de classe igual a 3, variando de 1 a 33 anos	Foi Inspetor Escolar Não foi Inspetor Escolar

Os anos de experiência docente dos atuais Coordenadores de Educação e o seu passado profissional estão representados no Quadro 5 - VIII e no Gráfico 5 - II.

## QUADRO 5 - VIII

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o Passado Profissional e o Tempo de Experiência Docente.

Tempo (em anos)	Foram Inspetores Escolares		Não foram Inspe tores Escolares	
	fi	f%	fi	f%
1 — 4	8	8,2	-	-
4 — 7	18	18,7	11	29,8
7 — 10	17	17,5	5	13,5
10 — 13	16	16,5	8	21,6
13 — 16	17	17,5	4	10,8
16 — 19	11	11,3	5	13,5
19 — 22	5	5,2	2	5,4
22 — 25	2	2,1	2	5,4
25 — 28	1	1,0	-	-
28 — 31	1	1,0	-	-
31 — 34	1	1,0	-	-
Total	97	100,0	37(*)	100,0

(\*) 2 Coordenadores de Educação não foram Professores.

O tratamento estatístico dos dados relativos à hipótese em questão apresentou os seguintes resultados:

a) Para os Coordenadores de Educação que foram Inspetores Escolares:

$$\mu = 11,6$$

$$\sigma = 9,2$$

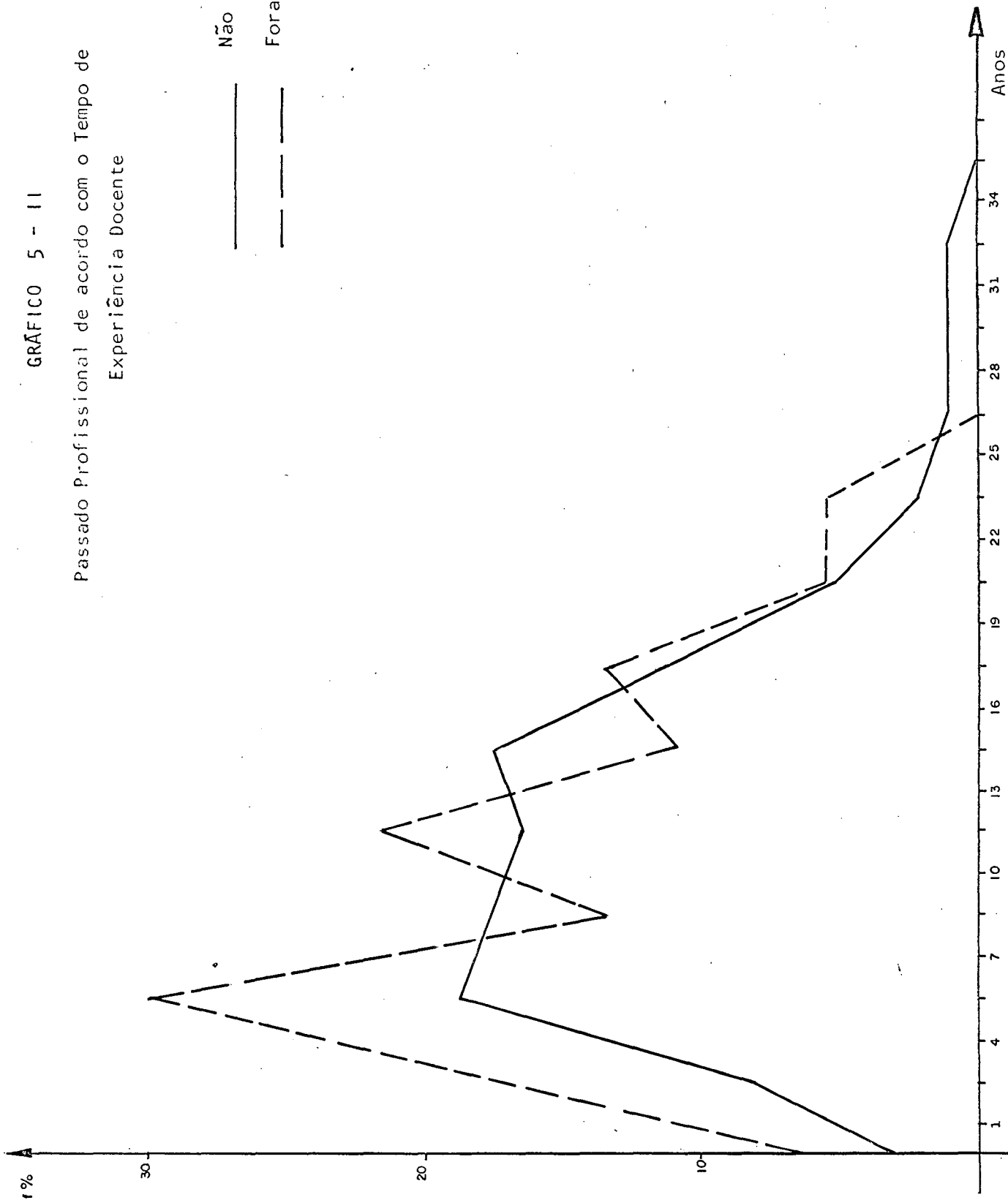
$$IV = 79,31\%$$

GRÁFICO 5 - II

Passado Profissional de acordo com o Tempo de  
Experiência Docente

Não foram Inspetores Escolares

Foram Inspetores Escolares



b) Para os Coordenadores de Educação que não foram Inspectores Escolares:

$$\bar{x} = 11,6$$

$$s = 5,5$$

$$IV = 47,41\%$$

Segundo os dados levantados, os Coordenadores de Educação que não foram Inspectores Escolares apresentam menor variabilidade, em termos de anos de experiência docente, do que os que foram Inspectores Escolares. Mas os dois grupos apresentam a mesma média, e, conseqüentemente, deve ser rejeitada a hipótese em questão: quanto ao tempo de experiência como docente, não há diferença entre os atuais Coordenadores de Educação que não foram Inspectores Escolares e entre Coordenadores de Educação que foram Inspectores Escolares, em seu passado profissional.

#### 5.5 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE E FORMA DE PROVIMENTO DO CARGO

No ano de 1948, foi estabelecido o Concurso de Ingresso à Carreira de Inspetor Escolar. Para poder nele inscrever-se, era necessário ter concluído o Curso Normal. A conclusão do Curso Normal passou a ser, sob o ângulo legal, o nível mínimo de escolaridade exigida do Inspetor Escolar que, mediante o Concurso, era efetivado no cargo.

Essa situação perdurou até o ano de 1970, quando o cargo de Inspetor Escolar foi convertido no de Coordenador Local de Educação. Para o provimento efetivo desse cargo, estava previsto Concurso de Títulos e Prova. Contudo, até o presente momento não se realizou esse Concurso e cargos de Coordenador Local têm sido preenchidos mediante designação.

Entretanto, visando salvaguardar direitos adquiridos, aos antigos Inspectores Escolares efetivos foi dado o direito de ocupar o cargo de Coordenador Local de Educação, também em caráter de funcionário efetivo.

Esse contexto criou a expectativa de haver, na população dos atuais Coordenadores de Educação, duas subpopulações:

a) A subpopulação de Coordenadores que foram Inspectores Escolares efetivos em seu passado profissional e para os quais a lei exigia então apenas uma formação de Curso Normal (atualmente são efetivos no cargo de Coordenador Local).

b) A subpopulação de Coordenadores Locais que não foram Inspectores Escolares efetivos em seu passado profissional e para os quais a lei exige atualmente uma formação de nível superior, em Educação (são designados para o cargo de Coordenador Local).

Nesse conjunto de considerações apoiou-se a hipótese de que os Coordenadores de Educação designados no cargo têm mais elevado nível de escolaridade do que os Coordenadores de Educação efetivos no cargo, segundo está analisado no Quadro 5-IX.

QUADRO 5-IX  
Análise da Hipótese

	Variáveis da Hipótese	
	Nível de Escolaridade	Forma de Provimento do Cargo
Caracterização	Variável Nominal	Variável Nominal
Função	Variável Independente	Variável Dependente
Categorias	Concluiu Curso Médio Frequenta Curso Superior	Efetivo Designado

O Quadro 5-X e o Gráfico 5-III apresentam os resultados da pesquisa referentes às variáveis Nível de Escolaridade e Forma de Provimento do Cargo.

QUADRO 5-X  
Forma de Provimento do Cargo de acordo com o Nível de Escolaridade

Forma de Provimento do Cargo	Nível de Escolaridade					
	Concluiu Curso Médio		Frequenta Curso Superior		Concluiu Curso Superior (x)	
	fi	f%	fi	f%	fi	f%
Efetivo	51	68,0	29	59,2	5	-
Designado	24	32,0	20	40,8	7	-
Total	75	100,0	49	100,0	12(**)	-

(\*) A categoria Concluiu Curso Superior inclui 8 informantes que concluíram Curso Superior e 4 informantes que já concluíram Curso desse nível, e atualmente frequentam outro Curso Superior.

(\*\*) Número absoluto muito pequeno: não foram calculados os percentuais.

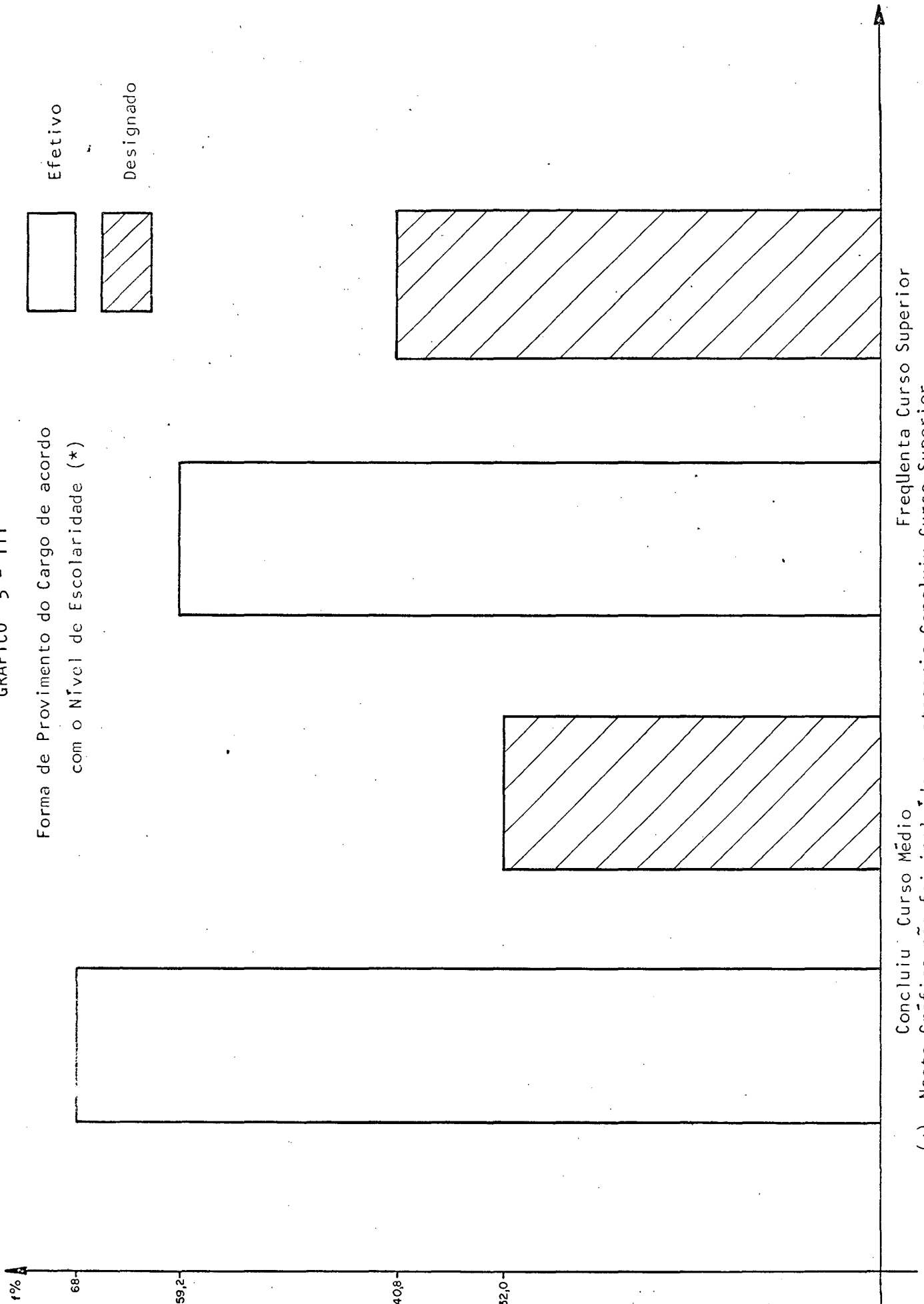
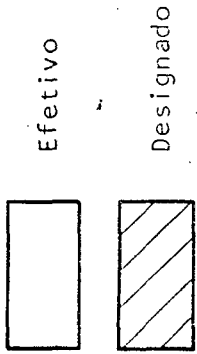
A hipótese em questão diz respeito a variáveis nominais e a técnica estatística utilizada visou estudar a associação entre essas variáveis.

A associação é um dos fundamentos da cultura e impregna fortemente os padrões de comportamento e os estereótipos sociais. Assim, costuma-se associar união conjugal e idade, e causa estranheza um casal onde o homem é acentuada-



GRÁFICO 5 - III

Forma de Provisão do Cargo de acordo com o Nível de Escolaridade (\*)



Concluiu Curso Médio  
Frequenta Curso Superior  
Concluiu Curso Superior

(\*) Neste Gráfico não foi incluída a categoria Concluiu Curso Superior.

mente mais jovem do que a mulher; e, ainda, a nossa cultura estabelece associação entre grupo étnico e determinados desempenhos: há a tendência em considerar-se o japonês como um mau motorista.

A associação entre variáveis, contudo, tem sido objeto de controle científico, colaborando decisivamente para um melhor conhecimento da realidade social; e nesta pesquisa foi utilizado o teste de hipótese do  $\chi^2$ , com o objetivo de saber-se se existia associação entre as variáveis da hipótese.

Esse tratamento estatístico foi refinado com o Coeficiente de Associação ( $e^2$ ), que permite medir a força de associação entre as variáveis em estudo.

O tratamento estatístico dos dados da pesquisa indicou os seguintes resultados:

$$\chi^2 = 1,006$$

$$e^2 = 0,008 \text{ (Coeficiente de Associação)}$$

No teste de hipótese pelo  $\chi^2$  não foi incluída a categoria Concluiu Curso Superior em virtude de que sendo um número muito pequeno de informações ( $n=12$ ), daria uma frequência esperada menor do que 5.

O valor de  $e^2$  indica que a associação entre as variáveis estudadas é quase nula, levando à conclusão de que deve ser rejeitada a hipótese de que os Coordenadores de Educação designados no Cargo tem mais elevado nível de escolaridade do que os Coordenadores de Educação efetivos no cargo.

A rejeição desta hipótese revela uma importante restrição à política de designação de pessoal da Secretaria da Educação. Os Coordenadores de Educação efetivos no cargo tem uma série de direitos adquiridos e que precisam ser respeitados, pela organização, independentemente de seu nível de escolaridade. Contudo, para a designação de Coordenadores de Educação, a Secretaria da Educação tem plena liberdade de escolha.

Assim sendo, com a filosofia introduzida pelo 1º Plano Estadual de Educação do ano de 1970 e que estabeleceu expressamente atuar "valorizando o aproveitamento dos egressos dos cursos de nível superior, ligados à Educação e à Administração"(1), era de se esperar que a grande maioria (ou a totalidade) dos Coordenadores de Educação efetivos tivesse uma formação de nível superior — o que realmente não ocorreu.

---

(1) Art. 32 do Decreto N. SE-31-12-69/8.840 "A".

O cargo de Coordenador de Educação deve ser exercido por profissionais com formação de nível superior, em curso de Educação.

Em todo o Estado de Santa Catarina há 12 Coordenadores Regionais de Educação e 124 Coordenadores Locais de Educação. O Coordenador de Educação deve ter residência e domicílio na área de sua Coordenadoria, sendo que a sede de seu local de trabalho deve ser a mesma sede da Coordenadoria a ele atribuída.

Portanto, o bom senso afirma que a existência de curso universitário na localidade onde o Coordenador reside e trabalha, pode ser considerado aspecto relevante para que esses profissionais tenham reais possibilidades de acesso ao ensino de nível superior.

Essas considerações condicionaram o aparecimento da hipótese de que a formação de nível superior do Coordenador de Educação varia conforme exista, ou não, curso superior na localidade de sua sede de residência e de trabalho - Coordenadoria Regional ou Local.

As informações desta pesquisa, referentes à hipótese estudada, estão apresentadas no Quadro 5-XI e no Gráfico 5-IV.

QUADRO 5-XI

Nível de Escolaridade de acordo com a existência de Curso Superior na Localidade de Residência.

Nível de Escolaridade	Existe Curso Superior na Localidade de Residência				Total
	Sim		Não		
	fi	f%	fi	f%	
Frequenta Curso Superior	18	75,0	31	83,8	49
Curso Superior Concluído	3	12,5	5	13,5	8
Curso Superior Concluído e Frequenta Curso Superior	3	12,5	1	2,7	4
Total	24	100,0	37	100,0	61 (*)

(\*) 75 Coordenadores de Educação não concluíram, nem frequentam Curso Superior.

A hipótese em questão refere-se a variáveis qualitativas, mas não foi pos

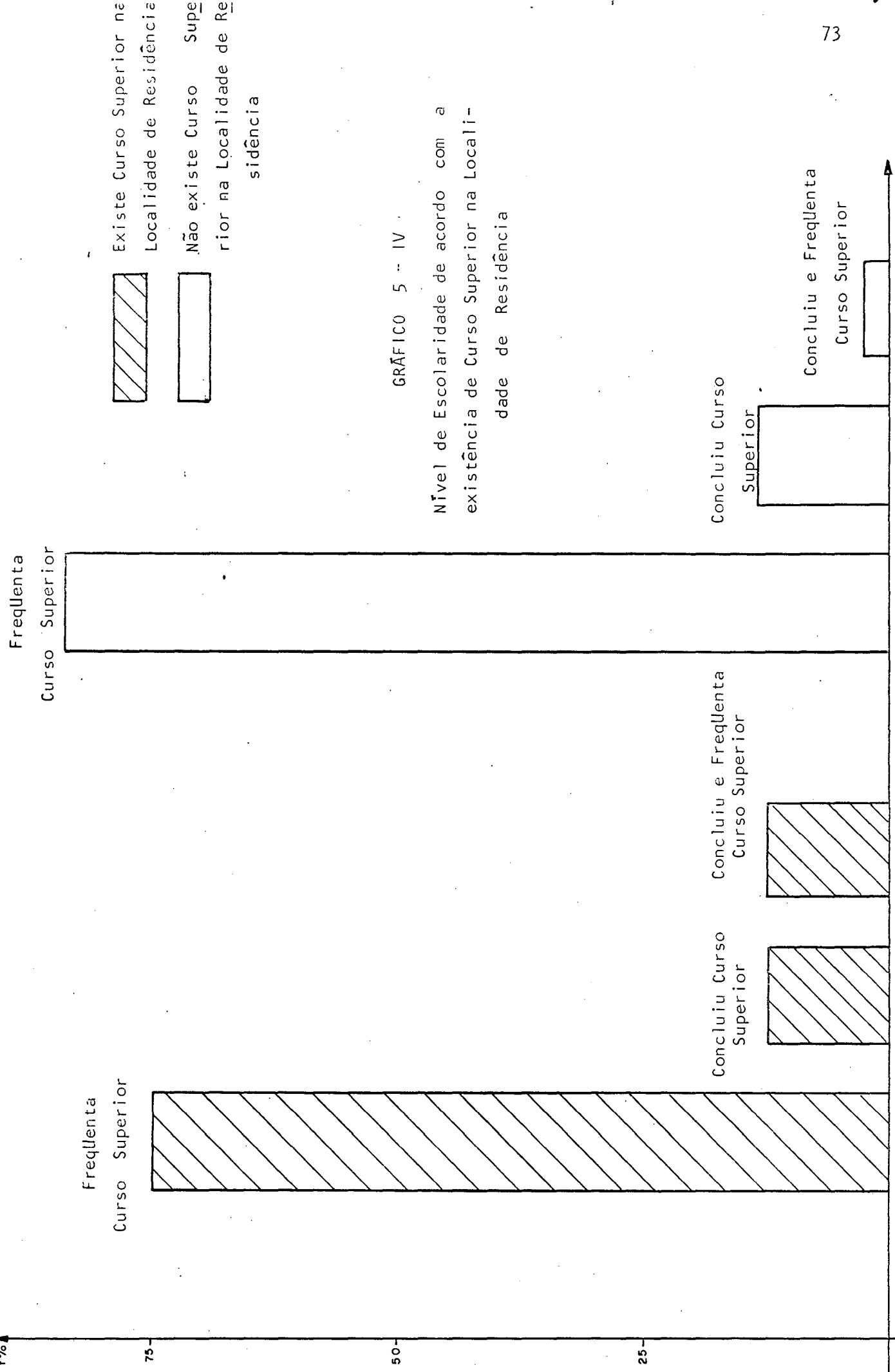


GRÁFICO 5 - IV

Nível de Escolaridade de acordo com a existência de Curso Superior na Localidade de Residência

Concluiu Curso Superior

Concluiu e Frequenta Curso Superior

sível testar a associação entre essas variáveis, mediante a técnica do  $\chi^2$ : algumas caselas do quadro 5-XI contêm um número muito pequeno de informações.

Contudo, através do Gráfico 5-IV pode-se observar que as diferenças entre os dois grupos são muito pequenas, levando-nos a crer que as duas variáveis não estejam associadas e que, conseqüentemente, a hipótese deva ser rejeitada: a formação do Coordenador de Educação não varia conforme exista, ou não, curso superior na localidade de sua sede de trabalho e de residência.

No presente estudo constatou-se que, dos 136 Coordenadores de Educação, 101 deles (74,3%) não contam com ensino universitário, na sua sede de atividades profissionais. Somente 35 elementos dessa população (25,7%) apontaram desfrutar das facilidades propiciadas pelo fato de haver Curso Superior em sua localidade de residência e de trabalho.

Mas, entre os mesmos 136 informantes, 53 desses profissionais (39,0%) freqüentam Curso Superior, na própria localidade de residência ou em outra localidade.

Como síntese comparativa, vê-se que, no total dos Coordenadores de Educação, 39% desses profissionais freqüentam Curso Superior e apenas 25,7% contam com ensino universitário na localidade onde residem e trabalham.

Os cursos de nível superior freqüentados pelos Coordenadores de Educação, na localidade onde residem ou em outras localidades, estão representados no Gráfico 5-V.

Os cursos freqüentados distante da localidade de trabalho e residência, geralmente enquadram-se como cursos de férias ou de freqüência facilitada em fins de semana, que os Coordenadores cursam, por vezes, no Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul, segundo discrimina o Quadro 5-XII.

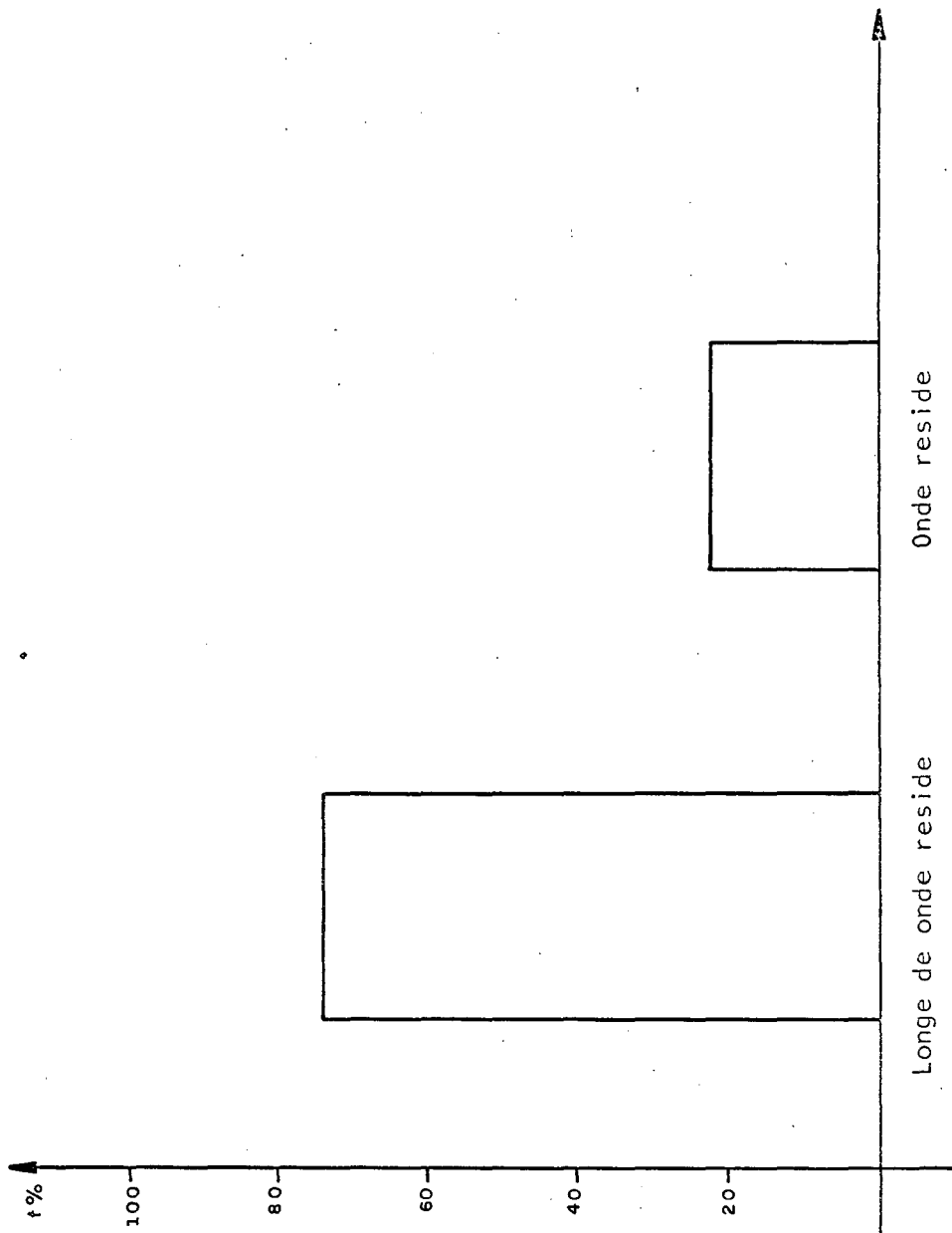
Na população estudada de 136 Coordenadores de Educação, 41 informantes (30,2%) freqüentam Curso Superior longe de sua localidade de residência e de trabalho - Coordenadoria Regional ou Local de Educação.

O conceito de "longe da localidade de residência" refere-se, por vezes, a distâncias não muito afastadas, como para os Coordenadores que residissem em Gaspar ou em Indaial e que estudassem na Universidade de Blumenau; ou os Coordenadores residentes em Camboriú ou em Brusque e estudantes na Faculdade de Itajaí.

Porém, por vezes, os Coordenadores de Educação freqüentam o ensino superior em cidades bastante distantes da sua sede de trabalho, segundo descreve o Quadro 5-XIII.

GRÁFICO 5 - V

Coordenadores de Educação que frequentam Curso Superior e localização desse Curso



Distribuição dos Coordenadores de Educação que frequentam Curso Superior longe da localidade de residência, de acordo com a Cidade e o Estado em que frequentam Curso Superior.

Cidade e Estado	fi	f%
Itajaí (SC)	11	26,8
Bagé (RS)	8	19,4
Palmas (PR)	7	17,0
Passo Fundo (RS)	5	12,0
Florianópolis (SC)	2	4,8
Blumenau (SC)	1	2,5
Criciúma (SC)	1	2,5
Joinville (SC)	1	2,5
Curitiba (PR)	1	2,5
União da Vitória (PR)	1	2,5
Erexim (RS)	1	2,5
Palmeira (RS)	1	2,5
Passo Fundo e Cruz Alta (RS) (*)	1	2,5
Total	41	100,0

(\*) 1 Coordenador de Educação em exercício faz, no mesmo ano letivo, um curso de nível superior na cidade de Passo Fundo e outro na cidade de Cruz Alta, ambas no Estado do Rio Grande do Sul.

A freqüência a cursos universitários distante da localidade de residência e de trabalho revela a forte aspiração dos Coordenadores de Educação, em elevar seu nível de escolaridade. Mas mostra, também, que as viagens frequentes e o atendimento às exigências do curso devem provocar, nesses profissionais, um grande desgaste físico e mental: cabe-lhes atender a problemas pessoais e familiares, ao trabalho profissional, ao curso que realizam e, ainda, estar efetuando viagens frequentes.

A Secretaria da Educação jamais realizou um plano sistemático de preparação, em nível superior, dos antigos Inspectores Escolares e dos atuais Coordenadores de Educação, especialmente os efetivos no cargo.

No ano de 1964, ao ser criada a Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), o Professor Elpídio Barbosa era o Secretário da Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina. Es

se Professor tinha sido Inspetor Escolar e constituía-se em grande defensor dos problemas da classe.

#### QUADRO 5-XIII

Distribuição dos Coordenadores de Educação, que freqüentam Curso Superior longe da localidade de residência, de acordo com a distância existente entre a sua respectiva Coordenadoria Regional ou Local e o Curso Superior que freqüentam

Distância em (km.)	fi	f%
0 — 100	16	39,0
100 — 200	4	9,8
200 — 300	8	19,5
300 — 400	3	7,3
400 — 500	2	4,9
500 — 600	-	-
600 — 700	3	7,3
700 — 800	2	4,9
800 — 900	1	2,4
900 — 1.000	2	4,9
Total	41	100,0

No correr desse tempo, em pronunciamentos oficiais efetuados, Elpídio Barbosa expressou seu desejo de que, mediante um sistema de rodízio planejado pela organização que ele então dirigia, todos os Inspetores Escolares tivessem a oportunidade de cursar a Faculdade de Educação da UDESC. Todavia, foi uma aspiração que não teve qualquer início de concretização.

Assim, na ausência de um planejamento sistemático visando a preparação de seus recursos humanos, principalmente dos efetivos no cargo, os Coordenadores de Educação desenvolveram uma sistemática de formação paralela à Secretaria da Educação; freqüentam curso superior na sua sede de trabalho ou distante da Coordenadoria Regional ou Local sob sua jurisdição.

Nesta pesquisa, visando sondar as suas aspirações, os Coordenadores de Educação foram levados a dizer se gostariam de ter possibilidades de freqüentar curso superior relacionado com Educação. Como resposta, 73 informantes (53,7%) expressaram esse desejo. E como principais motivos que os impediam de cumprir essa aspiração apontaram a problemática expressa no Quadro 5-XIV.



Motivos	fi	f%
Ausência de Curso Superior na localidade de residência	56	53,9
Dificuldades financeiras	30	28,8
Falta de tempo	7	6,7
Problemas de família	6	5,8
Problemas de saúde	4	3,8
Falta de incentivo profissional	1	1,0
Total	104 (*)	100,0

(\*) As categorias não são mutuamente exclusivas

Os dados do Quadro 5-XIV revelam as variáveis "ausência de Curso Superior na localidade de residência" e "dificuldades financeiras" como fortes condicionantes que impedem o Coordenador de Educação de frequentar Curso Superior em Educação.

## CAPÍTULO 6

### ESCALA DE MODERNISMO E TRADICIONALISMO

#### 6.1 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento sócio-econômico constitui-se hoje na aspiração da grande maioria dos países ainda distantes desse estágio de bem estar. Assim, estudos que focalizam as características do homem como eficaz colaborador do desenvolvimento, têm adquirido crescente importância.

Este assunto tem sido ultimamente estudado por psicólogos, economistas e sociólogos. Mas essa preocupação não é recente e já vem de Max Weber que, em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, estudou a expansão do capitalismo no mundo ocidental.

A importância do tema baseia-se no fato de que o desenvolvimento de um país não se relaciona somente com alterações básicas de ordem material, mas exige de seus habitantes uma nova escala de valores e uma nova atitude mental diante da vida. Essas atitudes e valores são especialmente relevantes quando referentes ao trabalho: as pessoas reagem diferentemente frente ao trabalho e essas diferentes reações podem constituir-se em fatores que cooperam para estimular ou inibir o desenvolvimento econômico. O grande problema que se coloca é o de como avaliar ou medir essa gama de reações.

Neste estudo utilizamos, dentro de uma abordagem sociológica, duas soluções que pretendem colaborar na resolução dessa problemática: a Escala de Modernismo e Tradicionalismo e a Escala de Iniciativa e Independência (Capítulo 8).

#### 6.2 - ESCALA DE MODERNISMO E TRADICIONALISMO

Joseph Kahl, professor da Universidade de St. Louis, Missouri, se propôs a elaborar uma escala capaz de medir atitudes relevantes no desenvolvimento econômico.

Na consecução desse objetivo, ele utilizou o caminho científico do "tipo ideal", que é constituído pela acentuação ou exageração de um ou mais traços ou pontos de vista observáveis na realidade. Com essa metodologia, mediante o estudo de 1.300 indivíduos no Brasil e no México, buscou obter a caracterização de da dos valores vigentes na cultura tradicional e na cultura urbano-industrial. Desse resultados, José Augusto Dias elaborou o Quadro 6-1, apresentado em sua obra *Ensino Médio e Estrutura Sócio-Econômica*, que forneceu também a Escala de Joseph Kahl utilizada nesta pesquisa.

## QUADRO 6-1

## MODELO DE KAHL

Valores vigentes na cultura tradicional e na cultura urbano-industrial

ÁREA	TIPO IDEAL	
	Tradicional	Urbano-industrial
Ocupação .....	O trabalho é uma atividade <u>in</u> separável da própria vida; faz parte do status geral de cada indivíduo; é aceito sem planos racionais de mudança.	O trabalho é uma atividade <u>à</u> parte, exercida longe da família; faz parte de uma carreira.
Estratificação das oportunidades.....	O filho segue a profissão do pai e dele aprende as técnicas de trabalho. A sociedade é separada em estratos e há escassas possibilidades de <u>mo</u> bilidade.	O indivíduo prepara-se para o trabalho através de educação <u>for</u> mal, passa por alguma forma de aprendizagem, até completo domínio do trabalho. Isto é feito independentemente da profissão do pai.
Laços familiares.....	A influência dos parentes tem precedência nas decisões a <u>res</u> peito de profissão; o indivíduo tem obrigações para com os parentes.	As decisões a respeito de profissão são racionais: os valores de impessoalidade, eficiência e ambição de progredir estão acima da influência dos parentes.
Fatalismo.....	O trabalho e a vida são estáveis e o indivíduo adota uma atitude fatalista em relação à sua posição.	São altamente consideradas as idéias e técnicas novas, bem <u>co</u> mo o controle ativo do meio e de si mesmo; os indivíduos são "ativistas".
Preferência por vida provinciana.....	O indivíduo tem preferência por vida provinciana.	O indivíduo tem preferência por vida urbana.
Desconfiança de estranhos.....	O indivíduo é incapaz de atitudes independentes.	O indivíduo tende a adotar atitudes independentes.
Interesse por notícias.....	Interesse voltado para assuntos locais.	Interesse voltado para assuntos internacionais.

A partir de seus estudos, acima sintetizados, Joseph Kahl elaborou uma escala de atitudes considerada capaz de medir o grau de modernismo e de tradicionalismo e revelar a intensidade com que os informantes são apegados a valores antigos e sua capacidade de aderir a novos valores, sempre em relação ao trabalho.

A Escala de Modernismo e Tradicionalismo de Kahl compunha-se, em sua for-

ma original, de 29 perguntas e afirmações oriundas de características da cultura tradicional, sendo que a sua carga fatorial foi estudada pelo autor.

Diante dessas afirmações e perguntas - estímulos - o informante podia expressar seu grau de reação - resposta - dizendo se concordava (pouco ou muito) ou se discordava (pouco ou muito). Os indivíduos que concordaram muito, com as colocações da Escala, foram considerados "tradicionais" e os que discordaram muito, passaram a ser designados de "modernos", havendo, ainda, posições intermediárias.

#### ESCALA DE MODERNISMO E TRADICIONALISMO

	CONCORDO		DISCORDO	
	Pouco	Muito	Pouco	Muito
Fazer planos somente traz infelicidade, porque os planos dificilmente se realizam.	a	b	c	d
A gente precisa ter boas relações com pessoas influentes para progredir na profissão.	a	b	c	d
Quando se está procurando emprego, deve-se arranjar um lugar perto dos pais, mesmo que isto signifique perder uma boa oportunidade.	a	b	c	d
Em geral, a vida nas grandes cidades é mais interessante, há sempre oportunidade de se conhecerem pessoas diferentes.	a	b	c	d
Se houver oportunidade de contratar um ajudante de trabalho sempre é melhor contratar um parente do que um estranho.	a	b	c	d
O controle desta cidade está nas mãos de um pequeno grupo de pessoas e um cidadão comum não tem muita influência.	a	b	c	d
Não é bom deixar seus amigos saberem tudo a respeito de sua vida, pois eles podem tirar proveito de você.	a	b	c	d
Para ser feliz, a gente deve comportar-se como os outros desejam, mesmo que seja preciso não manifestar as próprias idéias.	a	b	c	d
Hoje em dia, como as coisas andam, a pessoa inter-				

	CONCORDO		DISCORDO	
	Pouco	Muito	Pouco	Muito
ligente deve preocupar-se com o presente, sem se incomodar com o que pode acontecer amanhã.	a	b	c	d
O filho de um trabalhador não tem muita chance de chegar a ser médico, engenheiro ou advogado.	a	b	c	d
Quando uma pessoa está numa fase má da vida, somente pode contar com a ajuda dos parentes.	a	b	c	d
As pessoas nas cidades grandes são frias e fechadas; é difícil fazer novos amigos.	a	b	c	d
Esta cidade não é um lugar muito simpático; agente só pode fazer amizades com pessoas do mesmo tipo que o nosso.	a	b	c	d
A maior parte das pessoas retribuirá sua amizade com ingratidão.	a	b	c	d
Prefiro um emprego que me dê oportunidade de realizar um trabalho independente e onde meu esforço seja reconhecido.	a	b	c	d
Nós, brasileiros, sonhamos com grandes coisas, mas, na realidade, somos ineficientes no que diz respeito à indústria moderna.	a	b	c	d

A Escala de Kahl pretende ser um *continuum* e as situações extremas que ela mede (tradicionalismo e modernismo) não são conceitos opostos, mas expressam tão somente diferentes intensidades do mesmo fenômeno e comportam graduações intermediárias. Assim, o tradicionalismo deve ser entendido como um comportamento que se caracteriza pela fidelidade aos valores antigos; já o modernismo pode ser identificado pelo seu endosso a novos valores culturais.

### 6.3 - VALIDADE E AVALIAÇÃO DA ESCALA

Neste estudo apresentou-se à população dos Coordenadores de Educação somente 16 itens da Escala original, elaborada por Joseph Kahl. Cada um dos 16 itens recebeu uma avaliação que podia variar de 1 a 4 pontos, dando assim possibilidade de expressar-se o continuum que a Escala pretende medir. Receberam 1 ponto as respostas que expressavam menor grau de tradicionalismo e 4 pontos aquelas que endossavam maior grau de tradicionalismo do informante:

Resposta	Número de Pontos
Discordo Muito	1
Discordo Pouco	2
Concordo Pouco	3
Concordo Muito	4

O escore total de cada informante foi obtido mediante a soma dos pontos conseguidos nos 16 itens da Escala e a mesma apresentou um campo teórico de variação de 16 a 64 pontos.

Posteriormente à avaliação da Escala, foi efetuado o seu Teste de Validade visando estudar seu poder discriminativo na população dos Coordenadores de Educação. A técnica utilizada foi a da Correlação Bisserial que é, com frequência, considerada um processo padrão.

O Teste de Validade da Escala de Modernismo e Tradicionalismo revelou que seus 16 itens discriminaram satisfatoriamente na população estudada, encontrando-se Índices de validade que variaram de 0,21 a 0,72.

Assim, os 16 Ítems em questão foram considerados adequados instrumentos de mensuração do grau de modernismo e tradicionalismo dos Coordenadores de Educação do Estado de Santa Catarina.

Como estratégia de análise de dados, decidiu-se que o campo teórico de variação da Escala (16 a 64 pontos) deveria ser dividido de modo que aproximadamente 40% dos informantes se situasse nas extremidades da Escala (20% em cada extremidade), e os restantes 60% em duas posições intermediárias de tradicionalismo. Cada uma dessas divisões recebeu uma denominação considerada capaz de expressar os diferentes graus de tradicionalismo.

Total de Pontos (nos 16 itens)	Denominação	População dos Coordenadores de Educação
16 — 25	Muito Moderno	18,4%
26 — 31	Pouco Moderno	33,8%
32 — 35	Pouco Tradicional	27,9%
36 — 64	Muito Tradicional	19,9%

A posição geral dos Coordenadores de Educação do Estado de Santa Catarina, na Escala de Modernismo e Tradicionalismo de Kahl, está expressa no Quadro 6-11 e no Gráfico 6-1. Esses dados revelam um estilo de distribuição tendendo à simetria, com as seguintes medidas de tendência central:

$\mu = 31,6$   
 $md = 31,6$   
 $\sigma = 6,45$   
 $IV = 20,41\%$

QUADRO 6-11

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o Número de Pontos obtidos na Escala de Modernismo e Tradicionalismo

Número de Pontos	fi	f%
16 — 19	3	2,3
19 — 22	6	4,4
22 — 25	12	8,8
25 — 28	19	14,0
28 — 31	23	16,9
31 — 34	25	18,4
34 — 37	25	18,4
37 — 40	11	8,1
40 — 43	8	5,9
43 — 46	1	0,7
46 — 49	-	-
49 — 52	3	2,2
TOTAL	136	100,0

#### 6.4 - OPORTUNIDADE DO ESTUDO

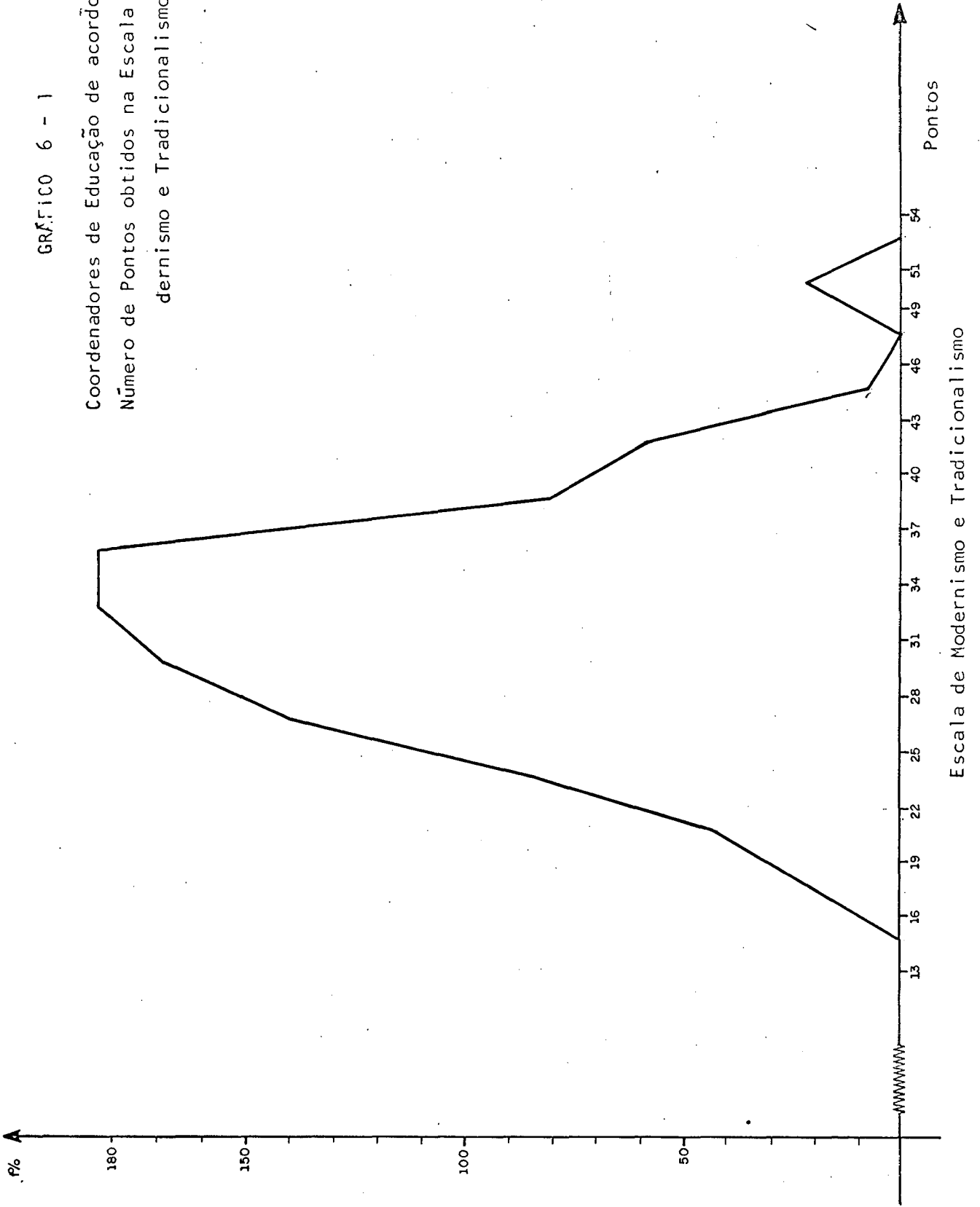
O autor C.E. Beeby, citando Adam Curle, considera como um dos pressupostos básicos em educação, admitir que "os sistemas educacionais são, por sua natureza, conservadores (...) e tem-se inclinado mais a reverenciar a antiguidade do que a promover a inovação".(1)

Essas considerações são muito relevantes no caso da educação, pois como muito bem diz Beeby, os professores são o produto do sistema de ensino no qual trabalham e dele receberam forte influência desde os seis anos de idade - início da socialização escolar. Assim, esses profissionais tendem a assimilar as características negativas e positivas do sistema, inclusive seu tradicionalis

(1) Beeby, C.E. Educação e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p.40.

GRÁFICO 6 - 1

Coordenadores de Educação de acordo com o  
Número de Pontos obtidos na Escala de Mo  
dernismo e Tradicionalismo



Escala de Modernismo e Tradicionalismo



mo ou conservadorismo de concepções educacionais.

Os Professores e Técnicos são importantes responsáveis pelas reformas do ensino, as quais devem ser cada vez mais frequentes e radicais, dado o acelerado ritmo de mudança social.

Mas uma reforma de ensino significa a introdução de novos valores e novos padrões de comportamento em educação e sua efetivação sofre a influência da capacidade dos componentes humanos do sistema, em aderirem a essas novas situações. Daí a importância da escala de valores e atitudes de Professores e Técnicos, nos rumos do processo educativo em geral e na eficaz implantação de uma reforma de ensino.

Esses aspectos são especialmente importantes para o Estado de Santa Catarina, que, no ano de 1970, implantou o 1º Plano Estadual de Educação - introdutor de uma nova política educacional. Essa política alterou aspectos tradicionais na educação catarinense, principalmente ao endossar oito anos contínuos e articulados de escolaridade obrigatória e ao afastar a sistemática de aprovação e reprovação de alunos, adotando o chamado "Sistema de Avanço Progressivo". A adoção da escolaridade obrigatória de oito anos contínuos e articulados foi um aspecto altamente inovador do Plano Estadual de Educação, especialmente por ter sido anterior à Reforma Federal do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971).

Assim, pode-se considerar que, para os Professores e Técnicos catarinenses, aderir ao 1º Plano Estadual de Educação, significava ser capaz de uma adesão a novos valores educacionais. E entre os objetivos do referido plano figurava concretamente "o fornecimento de valores novos modificadores da visão do mundo tradicional." (2)

Na fase histórica atual, o Estado de Santa Catarina vive, ainda, decisivas modificações na educação, pois "a experiência catarinense na elaboração e implantação do 1º Plano Estadual de Educação, somam-se as perspectivas verdadeiramente revolucionárias abertas pela lei federal nº 5.692 de 11/08/71 com os seus ricos e complementares delineamentos". (3)

Com a reforma de ensino de âmbito nacional regida pela referida lei federal, os sistemas estaduais de ensino sofreram a ação de convergência dessa legislação que, em Santa Catarina, consubstanciou-se no Plano Setorial de Educação (1973/1976).

(2) A EXPERIÊNCIA de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Laudes, 1971. p.60.

(3) SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Plano setorial de educação (1973/1976). Florianópolis, Projeto Catarinense de Desenvolvimento, 1972.Vol. 1. p. 321.

Esse Plano Setorial compõe-se de um Diagnóstico e Prognóstico da Situação Educacional, documento este que é um estudo de aspectos fisiográficos, demográficos, econômicos e sociais do Estado e uma detalhada análise quantitativa do sistema de educação catarinense. Integra, ainda, esse Plano Setorial de Educação, um conjunto de projetos operacionais (Programação) que visam dar ao processo educativo a eficiência exigida pelo atual contexto histórico.

O Estado de Santa Catarina está, efetivamente, a viver uma fase de decisivas modificações na educação; esses aspectos sofrem a influência de variáveis psico-sociais do elemento humano envolvido nessas reorganizações, fazendo com que se considere necessário e importante um estudo sobre a intensidade de modernismo e tradicionalismo de profissionais que influem na implantação de reformas de ensino no Estado de Santa Catarina: Coordenadores de Educação.

#### 6.5 - IDADE E TRADICIONALISMO

A idade é uma característica que, com frequência, lança a sua influência sobre o grau de tradicionalismo do indivíduo: as pessoas de mais idade tendem a ser menos propensas à aceitação de valores introduzidos ou desenvolvidos pelo estilo de vida urbano-industrial, isto é, são mais tradicionalistas.

Assim sendo, este estudo testou a hipótese de que o grau de tradicionalismo dos Coordenadores de Educação e as suas idades variam segundo uma correlação positiva - quanto maior a idade, mais intenso o tradicionalismo. O Quadro 6-III apresenta a análise dessa hipótese.

QUADRO 6-III

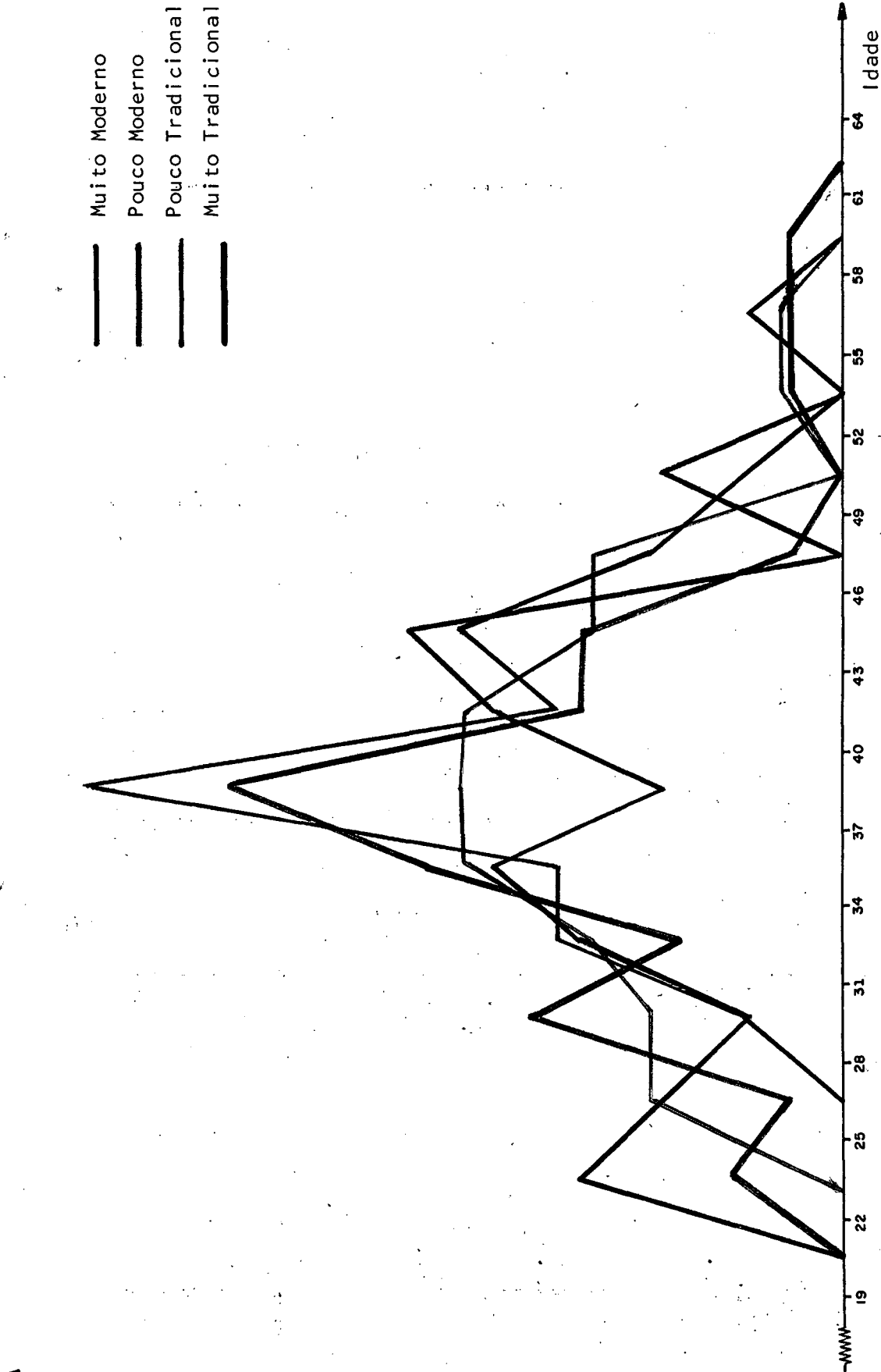
Análise da Hipótese

	Variáveis da Hipótese	
	Idade	Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo
Caracterização	Escala de Razão	Escala Intervalor
Função	Variável Independente	Variável Dependente
Categorias	Categorias com intervalo de classe igual a 3 e variando de 22 a 60 anos	Polo Moderno Polo Tradicional

A distribuição dos Coordenadores de Educação, de acordo com a Idade e a posição em que se situam na Escala de Modernismo e Tradicionalismo - os Polos - está expressa no Quadro 6-IV e Gráfico 6-II.

Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo de acordo com a Idade

- Mui to Moderno
- Pouco Moderno
- Pouco Tradicional
- Mui to Tradicional



Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com a Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo e a Idade.

Idade	Polo Moderno				Polo Tradicional			
	Muito Moderno		Pouco Moderno		Pouco Tradicional		Muito Tradicional	
	fi	f%	fi	f%	fi	f%	fi	f%
22 ─ 25	-	-	2	4,4	-	-	3	11,1
25 ─ 28	-	-	1	2,2	3	7,9	2	7,4
28 ─ 31	1	4,0	6	13,0	3	7,9	1	3,7
31 ─ 34	3	12,0	3	6,5	4	10,5	3	11,1
34 ─ 37	3	12,0	8	17,4	6	15,8	4	14,8
37 ─ 40	8	32,0	12	25,9	6	15,9	2	7,4
40 ─ 43	3	12,0	5	10,9	6	15,8	4	14,8
43 ─ 46	4	16,0	5	10,0	4	10,5	5	18,6
46 ─ 49	2	8,0	1	2,2	4	10,5	-	-
49 ─ 52	1	4,0	-	-	-	-	2	7,4
52 ─ 55	-	-	1	2,2	1	2,6	-	-
55 ─ 58	-	-	1	2,2	1	2,6	1	3,7
58 ─ 61	-	-	1	2,2	-	-	-	-
Total	25	100,0	46	100,0	38	100,0	27	100,0

Conforme pode ser observado no Gráfico 6-II o fenômeno possui interessante distribuição. Os informantes Muito Modernos e Pouco Modernos dominam os âpices do Gráfico e formam uma distribuição que, sem muito rigor, pode dizer-se que tende à simetria. Esse aspecto já não caracteriza a distribuição dos Coordenadores de Educação Pouco Tradicionais e Muito Tradicionais, cuja correlação entre idade e grau de tradicionalismo apresenta-se acentuadamente irregular, se comparada com o padrão da curva normal.

O conceito de correlação existe no senso comum e significa relação mútua entre dois termos. (4)

O fenômeno da correlação de variáveis foi adotado e desenvolvido em pesquisa, sendo enriquecido com controles estatísticos e constituindo-se, atualmente, em apreciável técnica para o conhecimento científico da realidade social.

(4) PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA: São Paulo, Nacional, 1972, p. 333.

O conceito de correlação, em pesquisa, refere-se à relação concomitante entre duas, ou mais variáveis quantitativas. Isto quer dizer, como lembra J.R. Prandi, que o termo correlação "deve ser reservado para a análise da variação conjunta de variáveis quantitativas".(5)

As variáveis da hipótese que estamos estudando - Idade e Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo são variáveis quantitativas; esse aspecto permitiu que a hipótese fosse testada mediante a técnica de correlação de variáveis.

Nesta pesquisa, para medir a correlação entre as variáveis Idade e Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo, foi empregado o Coeficiente de Correlação de Pearson ( $r$ ).

A interpretação desse Coeficiente não se caracteriza por ser simples, pois deveria ser efetuada levando em consideração aspectos como condições gerais em que os dados foram obtidos, precisão dos testes, variabilidade do grupo, etc. Visando facilitar a interpretação do Coeficiente de Correlação de Pearson, costuma ser utilizado o Coeficiente de Determinação que revela (em percentual) quanto da variação ocorrida em uma variável, pode ser atribuída à outra variável da relação.

O presente estudo utilizou, ainda, o Coeficiente de Alienação, que é baseado no Coeficiente de Determinação e complementa-o. O Coeficiente de Alienação exprime (em percentual) a ausência de relação entre duas variáveis.

O estudo da correlação existente entre as variáveis Idade e Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo, na população dos Coordenadores de Educação do Estado de Santa Catarina, apresentou os seguintes resultados:

Coeficiente de Correlação ( $r$ ) = 0,0422

Coeficiente de Determinação ( $r^2$ ) = 0,00178 = 0,178%

Coeficiente de Alienação ( $1-r^2$ ) = 0,99822 = 99,822%

A hipótese em questão não pode ser aceita uma vez que apenas 0,178% da variação do grau de tradicionalismo dos Coordenadores de Educação depende da idade dos mesmos. Conclui-se, pois, que o grau de tradicionalismo desse grupo ocupacional e as suas idades não variam segundo uma correlação positiva - quanto maior a idade, mais intenso o tradicionalismo.

Esse fato - rejeição da hipótese - quando encarado dentro do contexto de atuação dos Coordenadores de Educação, deve ser considerado um aspecto positivo.

---

(5) PRANDI, J.R. Análise de contingência. São Paulo, Cenafor, 1973. p.5.

Caso a hipótese não tivesse sido rejeitada, teríamos constatado que quanto maior a idade desses profissionais, maior seria, também, a intensidade de seu tradicionalismo. Entre os Coordenadores de Educação, 38,1% situam-se na faixa de idade de 40 a 60 anos; para esse grupo etário haveria, então, uma expectativa teórica de acentuada adesão a valores tradicionais e que frequentemente obstaculizam a evolução do processo educacional.

#### 6.6 - MULHER E TRADICIONALISMO

É controversa a literatura existente sobre o papel da mulher, no processo de modernização social. Ora ela é apontada como um dos agentes que retêm a mudança social, ora é considerada como um dos fatores que aceleram essa mudança.

Mas, é aceito que as mulheres influenciam marcadamente o ritmo de mudança social - acelerando ou retendo - seja por sua atuação no trabalho profissional, seja pela socialização dos filhos que, especialmente nos primeiros anos de vida, realiza-se sob a sua decisiva influência.

Dentro das características culturais da sociedade catarinense, a mulher costuma ser educada de uma maneira intimamente ligada à família - uma instituição eminentemente conservadora. Essa forte influência colabora para torná-la mais tradicionalista do que o homem e, portanto, menos afeita a aderir novos valores.

Dessas considerações básicas decorreu a hipótese de que os Coordenadores de Educação do sexo feminino são mais tradicionalistas do que os do sexo masculino, e a análise dessa hipótese é apresentada no Quadro 6-V.

QUADRO 6-V  
Análise da Hipótese

	Variáveis da Hipótese	
	Sexo	Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo
Caracterização	Variável Nominal	Variável Ordinal
Função	Variável Independente	Variável Dependente
Categorias	Masculino Feminino	Categorias com intervalo de classe igual a 3 e variando de 16 a 51 pontos

Todos os Coordenadores de Educação - homens e mulheres - situam-se na

Escala de Modernismo e Tradicionalismo segundo o expresso no Quadro 6-VI e no Gráfico 6-III.

QUADRO 6-VI,

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o Sexo e a Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo.

Número de Pontos	Masculino		Feminino	
	fi	f%	fi	f%
16 - 19	-	-	3	4,2
19 - 22	1	1,6	5	6,9
22 - 25	4	6,3	8	11,1
25 - 28	11	17,2	8	11,1
28 - 31	7	10,9	16	22,3
31 - 34	10	15,6	15	20,8
34 - 37	17	26,5	8	11,1
37 - 40	6	9,4	5	6,9
40 - 43	6	9,4	2	2,8
43 - 46	-	-	1	1,4
46 - 49	-	-	-	-
49 - 52	2	3,1	1	1,4
Total	64	100,0	72	100,0

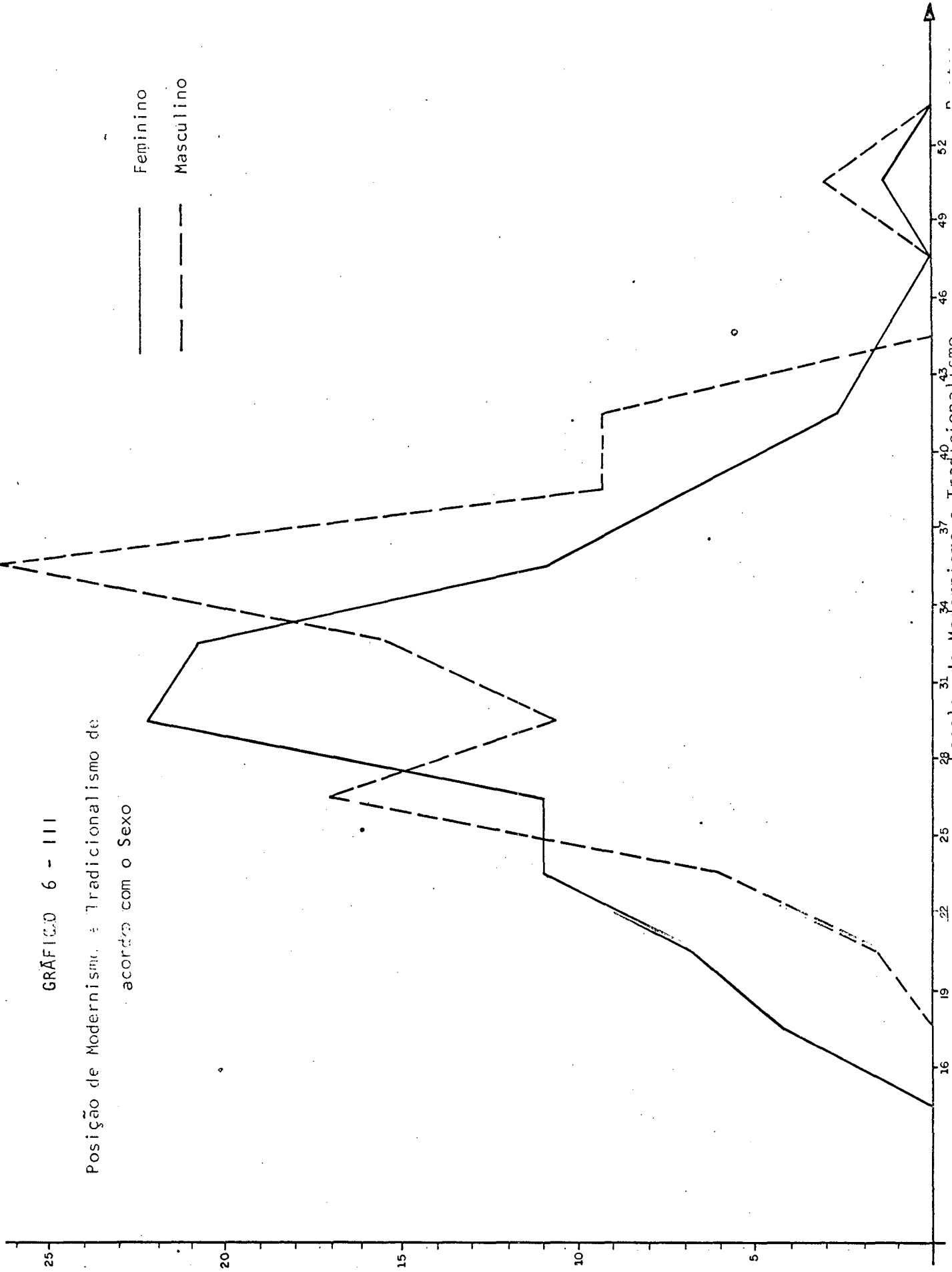
A presença da mulher em atividades de inspeção escolar não é de larga tradição no Estado de Santa Catarina. No ano de 1945 o Interventor Federal Neu Ramos, em suas viagens pelo interior do Estado, foi homenageado com uma festa no Grupo Escolar da cidade de Gaspar. A organização dessa escola impressionou-o tão positivamente que, no discurso de agradecimento, convidou publicamente a diretora da escola, Iris Fadel, a ser a primeira Inspetora Escolar do Estado. Mas, por motivos profissionais - estava em vias de ir trabalhar no Ministério da Educação - Iris Fadel não aceitou esse convite considerado muito honroso.

Nos Concursos para Inspetor Escolar não havia qualquer restrição legal à mulher. Porém, só no concurso realizado no ano de 1951 foi aprovada Nair Franco Haberbeck, que passou a ser a primeira Inspetora Escolar catarinense. A partir daí foi se tornando cada vez mais intensa a presença da mulher nas atividades de inspeção do ensino e, atualmente, entre 136 Coordenadores de Educa-

GRÁFICO 6 - III

Posição de Modernismo e Tradicionalismo de acordo com o Sexo

Feminino  
Masculino





ção, há 72 mulheres (53%).

94

O tratamento estatístico a que foram submetidos os dados da pesquisa referentes a categorias sexuais e grau de tradicionalismo, propiciou o conhecimento dos parâmetros populacionais:

a) Para os homens:

$$\bar{x} = 33,2$$

$$s = 6,13$$

$$IV = 18,46\%$$

b) Para as mulheres:

$$\bar{x} = 34,2$$

$$s = 6,47$$

$$IV = 18,93\%$$

A diferença de médias apresentadas pelos dois grupos (masculino e feminino) é bastante reduzida e suas variabilidades são praticamente as mesmas. Porém, apesar de ser pequena, essa diferença confirma a hipótese formulada e podemos concluir que os Coordenadores de Educação do sexo feminino são mais tradicionalistas do que os seus colegas do sexo masculino.

A expectativa sociológica era de que a intensidade de tradicionalismo dos Coordenadores de Educação do sexo feminino fosse mais forte do que o revelado pelos dados: os valores médios obtidos por esses dois grupos, na Escala de Modernismo e Tradicionalismo, foram apenas de 33,2 para os homens e de 34,2 para as mulheres.

Esse fato - pequena diferença entre as médias - talvez possa ser imputado à circunstância de que os Coordenadores de Educação do sexo feminino não são intensamente representativos dos traços culturais tradicionalistas, que caracterizam a mulher catarinense em geral. A mulher que exercia o cargo de Inspetor Escolar (ou a que atualmente trabalha como Coordenador de Educação), já testemunha não ser acentuadamente tradicionalista e ter capacidade de aderir a novos valores e de enfrentar a sanção negativa do controle social.

O trabalho do Inspetor Escolar, de modo especial, exigia viagens frequentes, incluindo a visita à longínqua e quase inacessível Escola Isolada. Esses fatos geravam resistências sociais à aceitação desse trabalho, quando exercido pela mulher.

Acrescente-se que, na grande maioria das vezes, a sede de trabalho do Inspetor Escolar localizava-se em pequenos núcleos populacionais, onde manifestava-se mais intensa a força de controle social. E ocorriam, ainda, barreiras cultu-

rais oriundas da própria origem social, pois, entre 72 Coordenadores de Educação do sexo feminino, 38% são provenientes de classe social inferior e onde parece haver acentuada dose de tradicionalismo quanto ao tipo de profissão da mulher.

#### 6.7 - PASSADO PROFISSIONAL E TRADICIONALISMO

O tipo de experiência profissional passada pode desenvolver ou inibir comportamentos de adesão a mudanças e inovações. Esse estilo de raciocínio, completado pela idéia de que os Inspectores Escolares desenvolveram seu trabalho numa fase histórica caracterizada por grande formalismo no ensino, levou à elaboração da seguinte hipótese: entre todos os atuais Coordenadores de Educação, aqueles que em seu passado profissional foram Inspectores Escolares apresentam maior grau de tradicionalismo do que os que não foram Inspectores Escolares. Esta hipótese está analisada no Quadro 6-VII.

QUADRO 6-VII  
Análise da Hipótese

	Variáveis da Hipótese	
	Passado Profissional	Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo
Caracterização	Variável Nominal	Variável Ordinal
Função	Variável Independente	Variável Dependente
Categorias	Foi Inspetor Escolar Não foi Inspetor Escolar	Categorias com intervalo de classe igual a 3 e variando de 16 a 51 pontos

O levantamento dos dados da pesquisa apresentou, com referência à hipótese em estudo, os resultados que estão no Quadro 6-VIII e no Gráfico 6-IV.

O estudo da variável Passado Profissional é relevante tendo em vista que, entre 136 atuais Coordenadores de Educação, 97 deles foram Inspectores Escolares (71,3%), e selecionados segundo a filosofia e a política dos passados critérios de seleção para esses profissionais. Somente 39 elementos não conheceram esse tipo de experiência profissional passada (28,7%).

Contudo, segundo demonstra o Gráfico 6-IV, quando sob a ação da variável Passado Profissional, não se distinguem acentuadamente as posições dos Coordenadores de Educação do Estado de Santa Catarina, na Escala de Modernismo e Tradicionalismo.

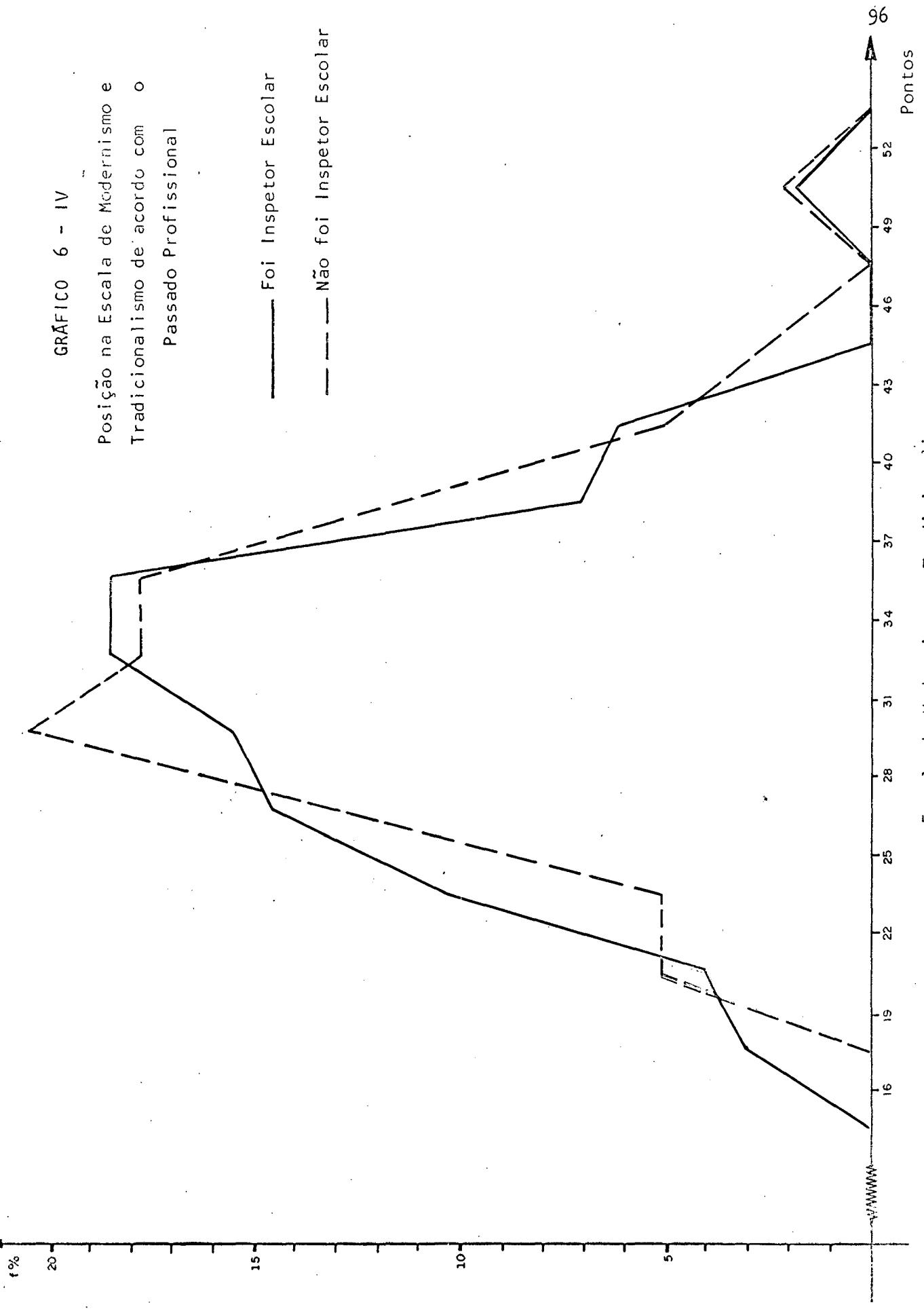
O estudo dos dados estatísticos da pesquisa, quanto ao grau de modernis-

GRÁFICO 6 - IV

Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo de acordo com o Passado Profissional

— Foi Inspetor Escolar

- - - Não foi Inspetor Escolar



mo e tradicionalismo dos Coordenadores de Educação, forneceu os seguintes resultados:

a) Para os Coordenadores de Educação que foram Inspectores Escolares

$$\bar{x} = 33,8$$

$$s = 6,48$$

$$IV = 19,17\%$$

b) Para os Coordenadores de Educação que não foram Inspectores Escolares

$$\bar{x} = 32,04$$

$$s = 6,71$$

$$IV = 20,94\%$$

#### QUADRO 6-VIII

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o Passado Profissional e a Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo

Número de Pontos	Foi Inspetor Escolar		Não foi Inspetor Escolar	
	fi	f%	fi	f%
16 — 19	3	3,1	-	-
19 — 22	4	4,1	2	5,1
22 — 25	10	10,3	2	5,1
25 — 28	14	14,4	5	12,8
28 — 31	15	15,4	8	20,6
31 — 34	18	18,6	7	17,9
34 — 37	18	18,6	7	17,9
37 — 40	7	7,2	4	10,3
40 — 43	6	6,2	2	5,1
43 — 46	-	-	1	2,6
46 — 49	-	-	-	-
49 — 52	2	2,1	1	2,6
Total	97	100,0	39	100,0

As variabilidades existentes entre os dois tipos de passado profissional (foi Inspetor Escolar e não foi Inspetor Escolar) são bastante próximas e a diferença entre as médias favorece a hipótese de que os atuais Coordenadores de Educação que foram Inspectores Escolares em seu passado profissional, são mais tradicionalistas do que os atuais Coordenadores de Educação que não foram Inspectores Escolares.

## CAPÍTULO 7

### UM ESBOÇO DE RESISTÊNCIA A MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS

#### 7.1 - CARGO E GRAU DE MODERNISMO E TRADICIONALISMO

A Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina tem vivido, nos últimos tempos, uma fase histórica caracterizada por frequentes mudanças organizacionais ou reformas de ensino.

Para uma organização em fase de mudança, é muito importante a capacidade de seu elemento humano, em aderir a novos valores culturais. Esse fato justifica a relevância de um estudo do grau de modernismo e tradicionalismo dos Coordenadores Regionais e dos Coordenadores Locais de Educação, considerados sob o ângulo de agentes de reformas educacionais.

Por ocasião da reestruturação de uma organização ocorrem, com frequência, resistências humanas às reformas organizacionais. Sobre esse tema - resistência às reformas educacionais - entrevistas realizadas para a presente pesquisa revelaram que os Coordenadores Locais de Educação apresentaram maior grau de resistência ao 1º Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina do que os Coordenadores Regionais de Educação.

Baseado nessa realidade e visando interpretar o fato como fruto de uma característica psico-social (modernismo/tradicionalismo) desses dois referidos grupos ocupacionais, foi elaborada a hipótese de que os Coordenadores Locais de Educação são mais tradicionalistas do que os Coordenadores Regionais de Educação, e que está analisado no Quadro 7-1.

QUADRO 7-1

Análise da Hipótese

	Variáveis da Hipótese	
	Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo	Cargo
Caracterização	Variável Ordinal	Variável Nominal
Função	Variável Independente	Variável Dependente
Categorias	Polo Moderno Polo Tradicional	Coordenador Regional Coordenador Local

As variáveis Cargo e Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo obtiveram os resultados expressos no Quadro 7-11.

QUADRO 7-11

Cargo de acordo com a posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo

Cargo	Escala de Modernismo e Tradicionalismo									
	Polo Moderno				Polo Tradicional				Total	
	Muito Moderno		Pouco Moderno		Pouco Tradicional		Muito Tradicional			
	f%	fi	f%	fi	f%	fi	f%	fi	f%	fi
Coordenador Regional	33,3	4	25,0	3	33,3	4	8,4	1	100,0	12
Coordenador Local	17,0	21	34,6	43	27,4	34	21,0	26	100,0	124
										136

Em termos de considerar-se a Escala como uma dicotomia — os Polos — não há acentuada diferença entre os Coordenadores Regionais e os Coordenadores Locais de Educação. No Polo Moderno há 58,3% dos Coordenadores Regionais e 51,6% dos Coordenadores Locais. Já o Polo Tradicional apresenta 41,7% dos Coordenadores Regionais e 48,4% dos Coordenadores Locais.

Contudo, analisando a distribuição dos informantes no continuum da Escala, observa-se que é rompido o relativo equilíbrio percentual apresentado no parágrafo anterior: há 33,3% Coordenadores Regionais que são Muito Modernos, havendo só 17,0% de Coordenadores Locais nessa categoria. O conceito Muito Tradicional abrange 8,4% dos Coordenadores Regionais mas inclui 21,0% dos Coordenadores Locais.

Assim, analisando-se as posições extremas da Escala, observa-se nelas percentuais que indicam nos Coordenadores Regionais, uma acentuada predominância de atitudes modernas, sendo que entre os Coordenadores Locais predominam marcadamente as atitudes tradicionalistas.

Sob o ângulo de parâmetros populacionais, o estudo da Escala de Modernismo e Tradicionalismo na população dos Coordenadores de Educação apresentou os seguintes resultados:

a) Para os Coordenadores Regionais de Educação

$$\bar{x} = 30,5$$

$$s = 5,25$$

$$IV = 17,21\%$$

b) Para os Coordenadores Locais de Educação

$$\bar{x} = 31,7$$

$$s = 6,55$$

$$IV = 20,66\%$$

A variabilidade da distribuição, expressa pelo desvio padrão, é mais reduzida em relação aos Coordenadores Regionais, revelando comporem estes um grupo mais homogêneo. Porém, essa homogeneidade pode advir do fato desse grupo ser constituído de poucos informantes (n=12).

É pequena a diferença existente entre as médias obtidas pelos Coordenadores Regionais e Coordenadores Locais, na Escala de Modernismo e Tradicionalismo. Mas, apesar de pouco expressiva a diferença entre as médias, ela leva à aceitação da hipótese de que os Coordenadores Locais são mais tradicionalistas do que os Coordenadores Regionais de Educação.

Transferindo a constatação anterior para o âmbito de resistências à reestruturações educacionais, pode-se delinear a idéia de que os Coordenadores Regionais são mais eficientes agentes de implantação de reformas de ensino do que os Coordenadores Locais de Educação.

## 7.2 - CONHECIMENTO DA REFORMA ORGANIZACIONAL

Segundo Arnold Judson, além das características psico-sociais — como grau de modernismo e tradicionalismo — a atitude humana frente a reformas organizacionais sofre a influência de outras variáveis como diminuição de status, desconhecimento da reforma gerando insegurança e redução de vencimentos (1), que não foram controladas estatisticamente neste estudo.

Com base nesse quadro de referência de Arnold Judson, as entrevistas realizadas, para esta pesquisa, foram orientadas no sentido de colher informações

---

(1) JUDSON, Arnold S. Mudanças organizacionais. São Paulo, Editora Atlas, 1969. p. 36-62.

sobre as possíveis fontes de resistência dos Coordenadores Locais de Educação à reforma de ensino efetuada no Estado de Santa Catarina, no ano de 1970.

A respeito do desconhecimento sobre essa reforma, gerando um sentimento de insegurança, pode-se sintetizar que os Coordenadores Locais tinham, então, um conhecimento geral de que estava sendo efetuada uma reorganização do ensino deveras importante para o Estado e que afetaria a sua situação profissional. Entretanto, desconheciam quase completamente a exata filosofia e política dessa reforma, o que lhes veio a propiciar um sentimento de insegurança profissional.

Essa situação não ocorreu entre os Coordenadores Regionais de Educação, que conheciam mais detalhadamente o estilo da reorganização do ensino que estava sendo planejada, seja por contatos diretos com os seus superiores hierárquicos, seja pela participação em cursos e seminários sobre o tema em questão.

O referido sentimento de insegurança dos Coordenadores Locais foi agravado pela idéia corrente de que, a partir dessa reforma, os Coordenadores Locais de Educação (então ainda denominados Inspectores Escolares) que não tivessem uma formação de nível superior, teriam escassas chances de sobrevivência profissional.

Uma preocupação dessa ordem foi efetivamente muito importante para uma camada ocupacional composta de 124 Coordenadores Locais de Educação e na qual um pouco mais tarde (ano de 1971) havia, ainda, apenas 5 profissionais com curso superior concluído.

### 7.3 - DIMINUIÇÃO DE STATUS

No Estado de Santa Catarina, a tradicional figura do Inspetor Escolar centralizava atribuições de controle administrativo e pedagógico do ensino e gozava de elevado status nas comunidades onde atuava.

No ano de 1970, o cargo de Inspetor Escolar foi convertido no de Coordenador Local de Educação; assim, a atividade atual desses Coordenadores pode ser considerada como uma evolução do que anteriormente era denominado inspeção escolar.

Os Coordenadores Locais de Educação atuam sobre a área geográfica da Coordenadoria Local de Educação e acham-se hierarquicamente subordinados aos Coordenadores Regionais de Educação.

Os Coordenadores Regionais de Educação têm jurisdição sobre toda a sua Coordenadoria Regional de Educação e, com a reforma de ensino do ano de 1970, essas Regiões Escolares, acrescidas em seu poder de mando, passaram a ser consi



deradas órgãos descentralizados da Secretaria da Educação.

Entre as principais responsabilidades dos Coordenadores Locais de Educação encontramos:

- a) executar todas as ordens emanadas dos Coordenadores Regionais de Educação;
- b) coordenar as atividades técnico-pedagógicas e administrativas na Coordenadoria Local de Educação. (2)

De acordo com a expectativa legal (art. 17 do decreto N.SE - 31-12-69/8.840 "A"), depreende-se que essa última e importante responsabilidade exigia que cada Coordenadoria Local tivesse, além do pessoal necessário à execução dos serviços administrativos, no mínimo um Orientador de Ensino com título universitário específico em Educação. Entretanto, não foi criado o cargo de Orientador de Ensino e as Coordenadorias Locais não contam com o auxílio desse profissional. Além disso, o suporte administrativo dessas Coordenadorias é praticamente inexistente.

Assim, impossibilitado de coordenar as atividades administrativas e pedagógicas de sua Coordenadoria Local, por não haver subestrutura mínima para o desenvolvimento dessa atividade, o Coordenador Local ficou limitado a executor de determinações emanadas dos Coordenadores Regionais, relacionadas principalmente com a coleta de informações estatísticas e a transmissão, às escolas, de ordens oriundas de níveis hierárquicos superiores.

Essa situação é encarada, pelos Coordenadores Locais de Educação, como uma diminuição de status, pois anteriormente eles detinham, como Inspectores Escolares, maior poder de decisão e mando - suportes do status profissional.

O contexto a que acabamos de nos referir possivelmente agiu, entre os Coordenadores Locais de Educação, como um estimulante de resistência à reforma de ensino que tão marcantemente afetara o seu status profissional:

#### 7.4 - DIMINUIÇÃO DE VENCIMENTOS

Com a transformação do cargo de Inspetor Escolar no de Coordenador Local de Educação, estes últimos deixaram de receber as chamadas "cotas de produção", que substituíam as diárias e eram consideradas como uma gratificação por serviços de inspeção. As cotas de produção podiam atingir até ao expressivo quantitativo do valor do vencimento e eram calculadas segundo o número de escolas visitadas e orientadas mensalmente pelo Inspetor Escolar.

(2) Art. 118 e art. 119 do decreto N.SE-9.150 de 4 de junho de 1970.

Paralelamente ao desaparecimento das cotas de produção, o legislador entendeu, também, considerar, como sede da Coordenadoria Local, toda a sua área geográfica, que frequentemente abrange vários municípios. Com esse modo de entender, os Coordenadores Locais perderam o direito de perceber diárias: nenhum funcionário pode pleitear diárias para locomover-se na área de sua própria sede de trabalho. (3)

Ocorreu assim - sem o recebimento de cotas de produção e de diárias - uma diminuição (indireta) no vencimento mensal do Coordenador Local de Educação, que parece ter agido como fonte de resistência à reestruturação geral do ensino, efetuada nessa época.

Nas variáveis agora estudadas (grau de modernismo e tradicionalismo, desconhecimento da reforma, diminuição de status, alteração de vencimentos), encontra-se, provavelmente, a fonte da acentuada resistência dos Coordenadores Locais de Educação, ao 1º Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, do ano de 1970.

---

(3) Essa situação foi posteriormente alterada pela Secretaria da Educação, concedendo aos Coordenadores Locais: 1) o direito de receberem um acréscimo de 30% sobre os seus vencimentos, a título de dedicação exclusiva e tempo integral, a partir de dezembro de 1973; 2) o direito de perceberem no máximo 10 diárias mensais, a partir de 1º de maio de 1974.

## CAPÍTULO 8

### ATITUDES EM RELAÇÃO A SITUAÇÕES DE TRABALHO

#### 8.1 - ESCALA DE INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA

Já é pacífico que o ser humano é um dos agentes do desenvolvimento econômico e social, neste sendo importantes as reações psicológicas do homem frente a certas situações de trabalho. Desta maneira seu comportamento humano, sua escala de valores e suas atitudes podem colaborar no estímulo ou na inibição desse desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento econômico necessitaria de homens dotados de alto espírito de iniciativa no trabalho, para os quais a independência nos rumos de sua ação profissional fosse um valor relevante. Mas iniciativa e independência costumam fazer com seja necessário assumir responsabilidades e "correr riscos", entendendo-se com essa expressão não o risco consequência do acaso ou da sorte, mas aquela ordem de riscos frequente em situações de trabalho e que permite uma dada previsão de resultados.

Visando medir esses aspectos, Williams organizou uma escala de atitudes que pretende ser um continuum. Esse instrumento de pesquisa foi denominado por seu autor de Escala de Propensão ao Risco. Tão logo surgiu, foi aplicada a estudantes secundários e pessoas adultas no Peru e também numa pesquisa sobre operários e empregados de escritório de uma indústria norte-americana.

A Escala de Iniciativa e Independência aplicada neste estudo em Santa Catarina foi a versão de Aparecida Joly Gouveia e Robert Havighurst, utilizada na pesquisa Ensino Médio e Desenvolvimento. Esta escala compõe-se de oito pares de itens e a cada um desses pares correspondem duas alternativas de resposta, elaboradas de modo a parecerem identicamente aceitáveis, isto é, não associadas a juízos de valor. Escala de Iniciativa e Independência é uma denominação muito divulgada de Escala de Propensão ao Risco.

#### ESCALA DE INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA

Qual o tipo de trabalho que o senhor(a) preferiria? (Faça apenas uma escolha em cada um dos seguintes pares). Assinale sua escolha com um círculo em torno do número 1 ou do número 2:

Primeiro par:

Um trabalho em que sempre estou dependendo de mim mesmo para resolver os

problemas que surjam .....	1
Um trabalho em que há sempre alguém para ajudar-me a resolver os problemas que surjam .....	2
Segundo par:	
Um trabalho em que tenho de tomar muitas decisões por conta própria .....	1
Um trabalho em que tenho de tomar poucas decisões por conta própria .....	2
Terceiro par:	
Um trabalho em que recebo instruções minuciosas .....	1
Um trabalho em que recebo instruções muito gerais .....	2
Quarto par:	
Um trabalho que está sempre dentro de minha capacidade normal ..	1
Um trabalho que quase exige o máximo de minha capacidade .....	2
Quinto par:	
Um trabalho em que há sempre alguém para evitar que eu cometa erros .....	1
Um trabalho pelo qual sô eu assumo responsabilidade .....	2
Sexto par:	
Um trabalho em que, ou eu me saio muito bem ou fracasso completamente .....	1
Um trabalho em que eu nunca seria um grande sucesso, mas no qual nunca fracassaria completamente. ....	2
Sétimo par:	
Um trabalho que quase sempre é a mesma coisa .....	1
Um trabalho que está constantemente mudando .....	2
Oitavo par:	
Um trabalho interessante, mas que pode ser de curta duração ....	1
Um trabalho pouco interessante, mas que certamente tem sua existência garantida por muito tempo.....	2

Esta escala foi aplicada na população dos Coordenadores de Educação do Estado de Santa Catarina. Todos eles foram solicitados a escolher, em cada par da Escala de Iniciativa e Independência, a alternativa que melhor se identificasse com o seu modo de ser.

Na avaliação dos oito pares da Escala, recebeu 1 ponto a alternativa que expressava maior intensidade de iniciativa e independência (primeira alternativa dos pares 1, 2, 6 e 8 e a segunda alternativa dos pares 3; 4 e 5). Atribuiu-se 0 (zero) ponto às outras alternativas de resposta que se referiam a uma menor intensidade do mesmo fenômeno.

Assim, considerada do ângulo teórico, a variação da Escala de Iniciativa e Independência apresentou uma amplitude de 0 (zero) a 8 pontos. A posição do informante na Escala, foi dada pela soma dos pontos que ele obteve nos 8 pares da mesma.

Mediante o processo de correlação bisserial, realizou-se o Teste de Validade da Escala na população dos Coordenadores de Educação de Santa Catarina, sendo que todos os oito pares da mesma discriminaram satisfatoriamente, com coeficientes de validade que variaram de 0,30 a 0,84.

No fenômeno iniciativa e independência, existe a possibilidade de adesão a uma situação de segurança e passividade no trabalho ou adesão a outra, caracterizada pela iniciativa e risco profissional.

Na análise desse continuum de atitudes, transformamos essa Escala numa dicotomia que foi denominada de "Iniciativa e Independência em Baixo Grau" e "Iniciativa e Independência em Alto Grau". A mediana estatística, levantada após a aplicação da Escala na população dos Coordenadores de Educação catarinense, foi o termo divisório dessa dicotomia. Assim, considerou-se que um informante da pesquisa possuiria iniciativa e independência em baixo grau ou em alto grau, conforme se situasse abaixo ou acima da referida Mediana:

Iniciativa e Independência em Baixo Grau - de 0 a 4 pontos

Iniciativa e Independência em Alto Grau - de 5 a 8 pontos

Os Coordenadores de Educação do Estado de Santa Catarina, quanto à Escala de Iniciativa e Independência, obtiveram os resultados apresentados no Quadro 8 - 1 e no Gráfico 8 - 1.

## QUADRO 8 - 1

Distribuição dos Coordenadores de Educação na  
Escala de Iniciativa e Independência

Pontos	fi	f%
0	2	1,5
1	8	5,9
2	17	12,5
3	16	11,8
4	26	19,1
5	33	24,2
6	22	16,2
7	11	8,1
8	1	0,7
Total	136	100,0

Os dados referentes à Escala de Iniciativa e Independência revelaram uma curva ligeiramente assimétrica negativa, com os seguintes parâmetros populacionais:

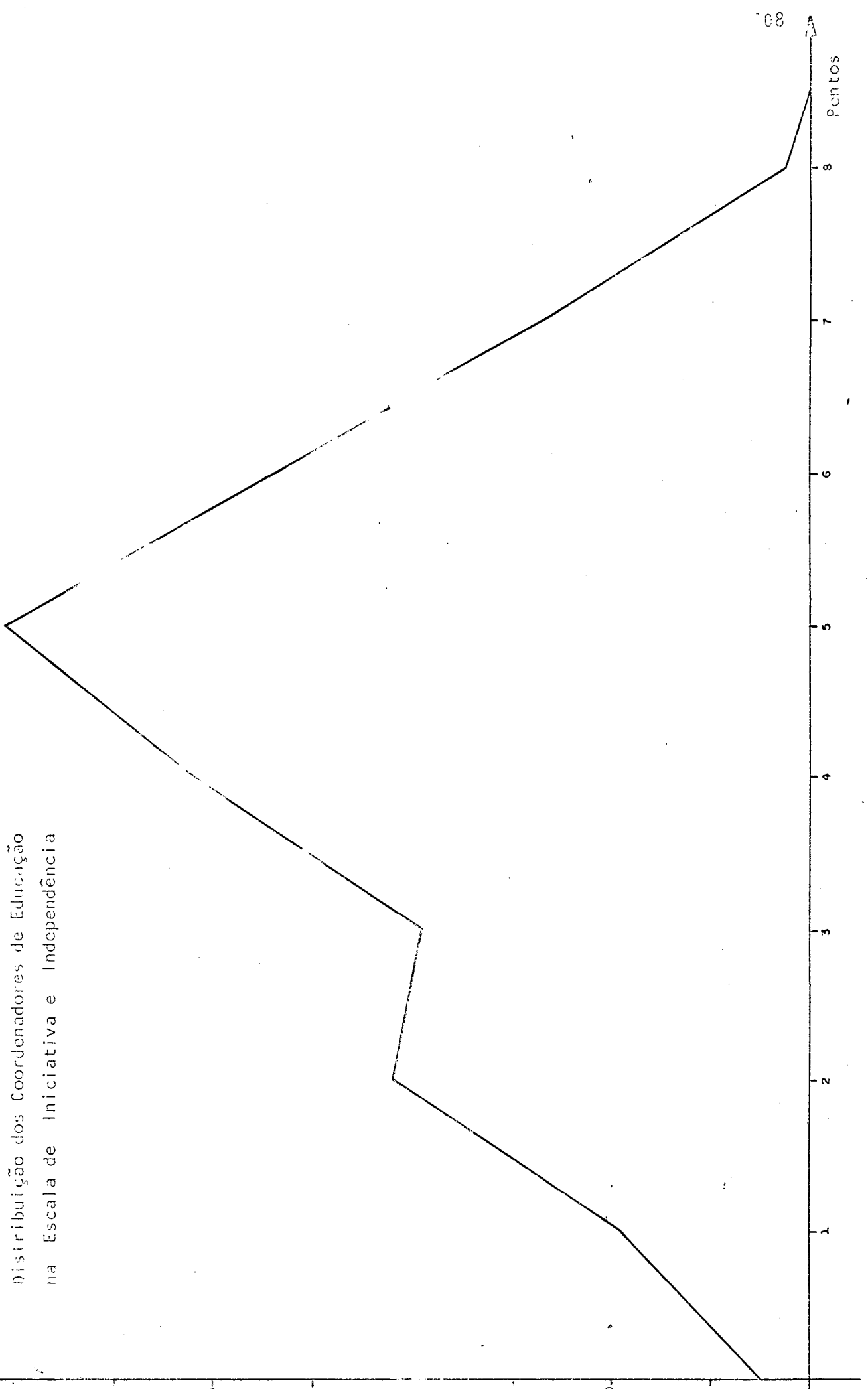
$$\bar{x} = 4,24$$

$$Md = 4,96$$

$$s = 1,75$$

$$IV = 41,27\%$$

Distribuição dos Coordenadores de Educação  
na Escala de Iniciativa e Independência



Alguns autores têm considerado a idade como um dos condicionantes do grau de iniciativa e independência frente a situações de trabalho profissional; em consequência dos padrões de comportamento adquiridos no passado, especialmente pela educação familiar e escolar, os indivíduos mais idosos tendem a manifestar menor grau de iniciativa e independência do que os mais jovens.

Assim, emergiu a hipótese de que o grau de iniciativa e independência dos Coordenadores de Educação e as suas idades variam segundo uma correlação negativa - quanto maior a idade, menor o grau de iniciativa e independência - hipótese que está analisada no Quadro 8 - II.

QUADRO 8 - II

## Análise da Hipótese

	Variáveis da Hipótese	
	Idade	Posição na Escala de Iniciativa e Independência
Caracterização	Escala de Razão	Variável Ordinal
Função	Variável Independente	Variável Dependente
Categorias	De 22 a 60 anos, com intervalo de classe igual a 3	De 0 a 8 pontos

O Quadro 8 - III apresenta a idade e a posição na Escala de Iniciativa e Independência, dos Coordenadores de Educação do Estado de Santa Catarina.



Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com a idade e o número de pontos obtidos na Escala de Iniciativa e Independência

IDADE	Posição na Escala de Iniciativa e Independência									TOTAL
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	
58 — 61									1	1
55 — 58					2		1			3
52 — 55		1				1				2
49 — 52			1		1	1				3
46 — 49				3	1		2	1		7
43 — 46		1	3	3	1	5	3	2		18
40 — 43	1	3	1	2	3	7		1		18
37 — 40		2	4	6	4	8	3	1		28
34 — 37			6		4	3	6	2		21
31 — 34			1		4	3	4	1		13
28 — 31	1	1		2	1	3	1	2		11
25 — 28					3	1	1	1		6
22 — 25			1		2	1	1			5
TOTAL	2	8	17	16	26	33	22	11	1	136

A hipótese presentemente em estudo, relaciona duas variáveis quantitativas e assim pode ser analisada sob o enfoque de correlação:

Coeficiente de correlação ( $\rho$ ) = - 0,191

Coeficiente de determinação = 3,65%

Coeficiente de alienação = 96,35%

O resultado obtido no Coeficiente de Correlação de Pearson é muito próximo de zero. Na verdade, a direção enunciada pela hipótese se faz aparecer, porém, de maneira muito débil.

O Coeficiente de Determinação é de 3,65%. Portanto, de variação dos graus de iniciativa e independência dos Coordenadores de Educação, somente 3,65% podem ser atribuídos à idade. A hipótese em questão deve ser rejeitada: entre os Coordenadores de Educação não ocorre correlação negativa entre idade e intensidade de iniciativa e independência; esses profissionais de mais idade não tendem a apresentar menor grau de iniciativa e independência frente ao trabalho profissional.

### 8.3 - SEXO E INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA

Atualmente, ocorre uma crescente identificação entre o tipo de socialização que as crianças do sexo masculino e feminino recebem, na escola e na família.

Mas, por certo, os atuais Coordenadores de Educação tiveram, na infância e na adolescência, um estilo de socialização mais nitidamente diferenciado para ambos os sexos: para o homem estimulava-se um comportamento de agressão diante dos fatos da vida e para mulher desenvolviam-se padrões de comportamento harmônicos com uma imagem de feminismo que exigia uma maior passividade e dependência de atitudes.

Com base nessas considerações, formulou-se a hipótese de que os Coordenadores de Educação do sexo masculino apresentam maior grau de iniciativa e independência do que os Coordenadores de Educação do sexo feminino, cuja análise está no Quadro 8 - IV.

QUADRO 8 - IV

Análise da Hipótese

	Variáveis da Hipótese	
	Sexo	Posição na Escala de Iniciativa e Independência
Caracterização	Variável Nominal	Variável Ordinal
Função	Variável Independente	Variável Dependente
Categorias	Masculino Feminino	de 0 a 8 pontos

Os resultados da presente pesquisa, no que diz respeito à posição na Escala de Iniciativa e Independência e sexo, figuram no Quadro 8 - V e no Gráfico 8 - II.

QUADRO 8 - V

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o Sexo e número de pontos obtidos na Escala de Iniciativa e Independência

Pontos	Masculino		Feminino	
	fi	f%	fi	f%
0	-	-	2	2,8
1	2	3,1	6	8,3
2	7	10,9	10	13,9
3	7	10,9	9	12,5
4	9	14,1	17	23,6
5	17	26,7	16	22,2
6	15	23,4	7	9,7
7	7	10,9	4	5,6
8	-	-	1	1,4
Total	64	100,0	72	100,0

A análise dos dados da pesquisa evidenciou que:

a) Para os homens

$$\bar{x} = 4,64$$

$$s = 1,62$$

$$IV = 34,91\%$$

b) Para as mulheres

$$\bar{x} = 3,90$$

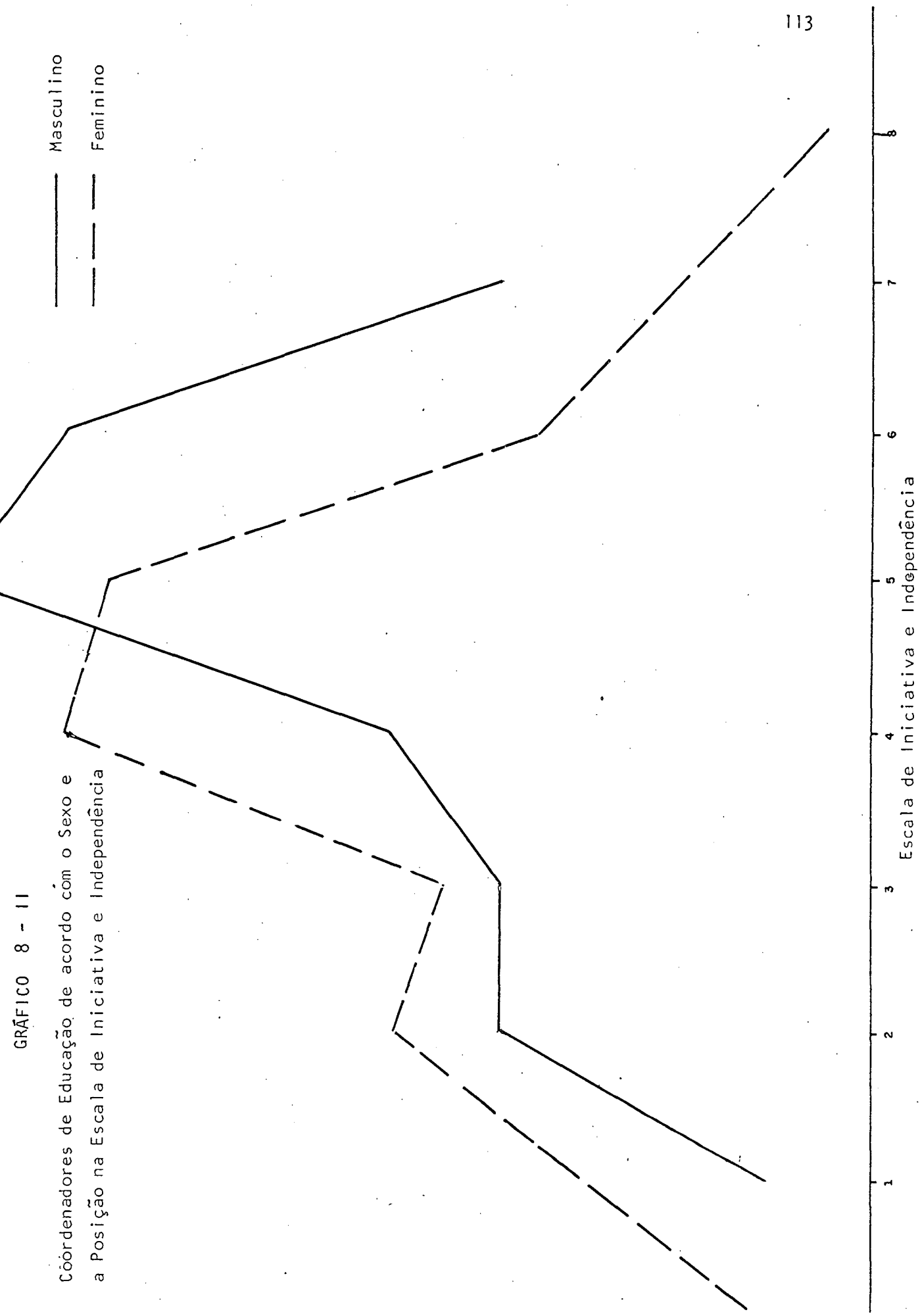
$$s = 1,73$$

$$IV = 44,36\%$$

GRÁFICO 8 - II

Cóordenadores de Educação de acordo com o Sexo e a Posição na Escala de Iniciativa e Independência

— Masculino  
- - - Feminino



Com relação ao grau de iniciativa e independência frente ao trabalho, as mulheres compõem um grupo mais heterogêneo, segundo está evidenciado no Gráfico 8 - II.

Quanto à hipótese, esta pode ser aceita: os Coordenadores de Educação do sexo masculino apresentam maior grau de iniciativa e independência do que os mesmos profissionais do sexo feminino.

#### 8.4 - TRADICIONALISMO E INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA

A análise da Escala de Modernismo e Tradicionalismo e da Escala de Iniciativa e Independência criou o desejo de se conhecer uma possível correlação existente entre os resultados desses dois instrumentos de pesquisa. Essa curiosidade intelectual, aliada a uma reflexão de senso comum, levou à elaboração da seguinte hipótese: a posição dos Coordenadores de Educação na Escala de Modernismo e Tradicionalismo varia numa relação direta com a sua posição numa Escala de Iniciativa e Independência - quanto mais tradicionalista, menor o grau de iniciativa e independência, sendo que a análise dessa hipótese está apresentada no Quadro 8 - VI.

QUADRO 8 - VI

	Variáveis da Hipótese	
	Posição na Escala de Modernismo e Tradicionalismo	Posição na Escala de Iniciativa e Independência
Caracterização	Variável Ordinal	Variável Ordinal
Função	Variável Independente	Variável Dependente
Categorias	De 16 a 5 pontos com intervalo de classe igual a 3	De 0 a 8 pontos

No presente caso, dada a natureza das variáveis da hipótese, houve especial dificuldade em estabelecer as suas funções, sendo que optou-se por considerar a Escala de Modernismo e Tradicionalismo como a variável Independente.

O estudo estatístico dos dados demonstrou haver uma acentuada correlação

positiva entre as variáveis em questão:

Coeficiente de Correlação = + 0,60

Coeficiente de Determinação = 0,36 = 36%

Coeficiente de Alienação = 64%

Pode-se, pois, considerar aceita a proposta de que quanto mais intenso o tradicionalismo dos Coordenadores de Educação, menor será o seu grau de iniciativa e independência frente ao trabalho.

Convém salientar ainda que, no presente caso estudado, 36% da variação de uma variável depende da outra e a variação restante de 64% depende de outras variáveis não controladas nesta pesquisa.

## CAPÍTULO 9

### ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA

#### 9.1 - OCUPAÇÃO

O pesquisador, ao caracterizar a origem sócio-econômica do informante, depara-se com importantes opções metodológicas. O problema inicial é estabelecer qual, ou quais indicadores de origem sócio-econômica adotar.

Na moderna literatura sociológica, a ocupação, a renda e o nível de escolaridade têm sido considerados eficientes indicadores de status sócio-econômico. Algumas instituições de pesquisa - como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educativas - buscam enriquecer o estudo do tema com a utilização simultânea de vários indicadores.

A ocupação é o estilo de informação que se obtém com relativa facilidade. Além disso, ela tem diluída em si conotações de grau de escolaridade e proporciona uma determinada renda.

Aparecida Joly Gouveia afirma que em nossa sociedade encontramos a justificativa da escolha da ocupação como indicador de status, ao dizer: "Uma das características mais salientes da sociedade urbano-industrial em que vivemos, ou de cujo modelo teórico nos aproximamos, é a importância da ocupação. Principalmente para os indivíduos do sexo masculino a ocupação constitui, por excelência, o princípio organizador das experiências e aspirações de vida. A ocupação define o indivíduo e o situa na sociedade geral, determinando-lhe o nicho na organização econômica e condicionando o acesso a outras estruturas por meio de recursos materiais, vivências e contatos que propicia." (1)

#### 9.2 - ESCALA DE ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA

Ao estudar as relações entre educação e mobilidade social na cidade de São Paulo, Bertram Hutchinson, continuando estudos que Glass realizara na Inglaterra, elaborou a Escala de Hierarquia de Prestígio das Ocupações. Esta também é conhecida por Escala de Origem Sócio-Econômica, a qual tem sido utilizada por

---

(1) GOUVEIA, Aparecida Joly. Desenvolvimento econômico e prestígio de certas ocupações. Rio de Janeiro. América latina. 4. 1965.

numerosos pesquisadores brasileiros como um eficiente indicador de níveis de origem sócio-econômica.

Essa Escala utiliza a ocupação paterna como instrumento classificatório dos indivíduos em diferentes níveis de prestígio e de poder social e econômico, estudando-lhes a origem social.

No presente estudo empregou-se a Escala de Hutchinson, com alterações introduzidas por José Augusto Dias em sua pesquisa Ensino Médio e Estrutura Sócio-Econômica. Essas modificações introduzidas estão intimamente ligadas à classificação das atividades agrícolas.

O Estado de Santa Catarina apresenta um passado histórico muito influenciado pela vida rural, a qual desempenhou importante papel em sua formação territorial. No século XVII as bandeiras vicentistas atingiram a faixa litorânea do Estado e a partir de meados do século XVIII, ainda na zona do litoral, deu-se a fixação de ilhéus vindos de Madeira e Açores: o desenvolvimento de atividades rurais foi a mola propulsora desses movimentos.

Os espaços geográficos situados entre o litoral e o planalto, só nas primeiras décadas do século XIX foram ocupados por imigrantes europeus - especialmente alemães e italianos - que realizaram verdadeira ofensiva pela ocupação da terra catarinense, explorando-a num regime de trabalho agrícola desenvolvido em pequena propriedade rural.

A maior ocupação territorial dos vales do Planalto (Meio e Extremo Oeste) deu-se somente no século atual, já dentro de um esquema de migração interna. Essas regiões foram então povoadas por catarinenses, gaúchos (luso-hispano-brasileiros) e por um contingente originário das antigas colônias alemãs e italianas do Rio Grande do Sul.

Nas últimas décadas observa-se, no Estado, um acentuado aumento da população urbana. Contudo, no ano de 1970, a população rural era ainda da ordem de 57%. (2)

Assim, assume real significação a importância que a Escala de Origem Sócio-Econômica, aqui empregada, atribui às ocupações agrícolas.

A Escala de Origem Sócio-Econômica compõem-se de uma detalhada e longa relação das ocupações existentes, agrupadas em sete diferentes categorias ocupacionais.

Essas sete categorias ocupacionais, segundo sua distribuição na população dos Coordenadores de Educação de Santa Catarina, foram enquadradas em três dife

---

(2) SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Plano setorial de educação (1973-1976). Florianópolis, Projeto Catarinense de Desenvolvimento, 1972. Vol. 1. p. 19.



rentes níveis de origem social.

Categorias da Escala	% na população de Coordenadores de Educação	Nível de Origem social a que corresponde
1 e 2	9%	Nível Social Superior
3 e 4	50%	Nível Social Médio
5, 6 e 7	41%	Nível Social Inferior

Os três diferentes níveis de origem social levantados pela Escala de Hutchinson podem ser resumidos como segue:

- Nível Social Superior :** Altos cargos políticos e administrativos; proprietários de grandes empresas e assemelhados; profissões liberais; cargos de gerência ou direção; proprietários de empresas de tamanho médio.
- Nível Social Médio :** Posições mais baixa de supervisão ou inspeção de ocupações não manuais; proprietários de pequenas empresas comerciais e industriais; ocupações não manuais de rotina ou assemelhados.
- Nível Social Inferior :** Supervisão de trabalho manual e ocupações assemelhadas; ocupações manuais especializadas ou assemelhadas; ocupações manuais não especializadas.

A cada um desses níveis de origem sócio-econômica (superior, médio e inferior) corresponde o que, em outra linguagem, poder-se-ia chamar de "classe social de origem".

### 9.3 - MOBILIDADE SOCIAL

Analisando a origem sócio-econômica dos 124 Coordenadores Locais de Educação constatamos que 12 deles (8,8%) são oriundos de nível social superior, 68 Coordenadores (50,1%) provêm de nível social médio e 56 desses profissionais

(41,1%) têm origem social de nível inferior.

Quanto aos 12 Coordenadores Regionais de Educação, 2 apresentam origem social de nível superior, 6 incluem-se no nível médio de origem social e 4 enquadram-se em origem sócio-econômica inferior.

Origem social de nível inferior significa ter tido um pai que exercia atividades de supervisão de trabalho manual ou de profissões manuais especializadas ou não, como feitor de obras, pedreiro, ferreiro, barbeiro, marinho, pequeno agricultor e pescador; significa ser oriundo de família de modesto status social e padrão de vida, de acordo com a modéstia da profissão exercida pelo pai.

Entre os 136 Coordenadores de Educação de Santa Catarina, 56 deles (41,1%) têm origem sócio-econômica inferior, e 29 (21,3%) são filhos de pequeno agricultor (colono).

A ocupação de Coordenador de Educação situa-se no nível social médio. Assim, 41,1% dos coordenadores deixaram o nível social inferior de sua família de origem e conseguiram ascender ao nível social médio. Este fato expressa que eles foram capazes de se afastar do tipo de ocupação paterna (relacionado com atividades manuais) e, vencendo as barreiras que se impõem à mobilidade social, ascender a uma profissão de cunho intelectual (Coordenador de Educação).

Entre as ocupações de origem social inferior figura a de agricultor, que cultiva sua própria terra com o auxílio de um ou nenhum empregado. Esse estilo de atividade econômica é muito frequente em Santa Catarina, onde o pequeno agricultor explora economicamente suas terras, com auxílio da mão-de-obra familiar.

Quando esses pequenos proprietários têm ascendência estrangeira, são designados de "colonos" na terminologia regional. Os colonos, segundo Paulo Fernando Lago: "imigrantes europeus - alemães e italianos - apegam-se à terra, criando ambientes próprios em suas propriedades, onde a agricultura alia-se a um artesanato familiar, daí evoluindo para a organização de empresas industriais, já então localizadas em centros urbanos".(3)

Segundo a tradição européia, acentuada em Santa Catarina com o processo de imigração estrangeira, o chefe de família procurava fixar seus filhos às atividades agrícolas, fazendo-os donos de um pedaço de terra. Essa tradição familiar colaborou para o aparecimento dos minifúndios catarinenses.

---

(3) LAGO, Paulo Fernando. A terra, o homem e a economia. São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1968. p. 68.

No ano de 1965, cadastramento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária revelou que 88% das propriedades agrícolas do Estado, incluíam-se na categoria de minifúndio, com uma superfície média por imóvel de apenas 15, 1 ha. (4)

Estudiosos do assunto têm concluído que esses minifúndios oferecem baixo rendimento aos que a eles se dedicam. Conseqüentemente, a mão-de-obra familiar tende a se evadir dessas pequenas propriedades agrícolas.

Assim, compreende-se que filhos de pequenos proprietários agrícolas deixem suas origens rurais e procurem o exercício de outra profissão. Entre as ocupações de caráter urbano por eles buscadas, figura a de Coordenador de Educação (antigo Inspetor Escolar): entre os 136 desses profissionais, 29 (21,3%) são filhos de pequenos proprietários agrícolas (colonos).

A mobilidade social ascendente dos Coordenadores de Educação, em relação ao nível social de seus pais não pode, evidentemente, ser explicada somente à luz de considerações referentes aos minifúndios rurais.

Entre outros aspectos, o desenvolvimento industrial tende a alterar a distribuição de renda entre os indivíduos, embora não necessariamente altere essa distribuição entre as várias classes sociais. Ele produz mobilidade econômica e ocupacional. Assim, uma geração que se insere numa sociedade em fase de desenvolvimento econômico, tem, em relação à geração que a precedeu, maiores possibilidades de mobilidade ocupacional e de maior êxito econômico do que o obtido por seus pais.

#### 9.4 - CURSO NORMAL E MOBILIDADE SOCIAL

A sistemática administrativa exigia, até 1970, que o Inspetor Escolar tivesse exercido anteriormente ocupações de menor status profissional: Professor Normalista e Diretor de Grupo Escolar.

Assim, os critérios de seleção de Inspetor Escolar (atual Coordenador Local de Educação) favoreciam o seu processo de mobilidade social ascendente - esta tendo a ocupação como indicador. Esse fato ocorria mediante a passagem de uma ocupação de menor status (Professor e Diretor), para outra de maior posição profissional (Inspetor).

Essa mobilidade social era, ainda, estimulada pelo fato de haver Concurso para Inspetor Escolar, fazendo com que o acesso a esses cargos fosse regulado por normas burocráticas e, pelo menos em princípio, independentes do status social e econômico dos candidatos a Inspetor.

---

(4) Ibidem, p. 41.

A mobilidade social ascendente dos Inspectores Escolares de origem social inferior iniciava-se com a situação de Professor Normalista, a qual, com a instituição dos Concursos de Ingresso à Carreira, a partir do ano de 1942, seguia critérios democráticos - Concurso de Títulos e Provas.

Entre os Coordenadores de Educação, 6 concluíram estudos de nível médio diferente do Curso Normal. Os 130 Coordenadores de Educação que concluíram o Curso Normal, fizeram-no num período de tempo compreendido entre 1936 a 1969, segundo registra o quadro 9 - 1.

QUADRO 9 - 1

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o Ano de Conclusão do Curso Normal

Data (ano)	fi	f%
1936 H 1939	4	3,0
1940 H 1943	-	-
1944 H 1947	14	10,8
1948 H 1951	13	10,0
1952 H 1955	26	20,0
1956 H 1959	24	18,5
1960 H 1963	22	17,0
1964 H 1967	23	17,7
1968 H 1969	4	3,0
Total	130	100,0

Na época em que a maioria desses Coordenadores de Educação iniciou seu Curso Normal, poucas eram as possibilidades de escolha de um curso profissional oferecidas aos jovens catarinenses, especialmente aos do interior do Estado.

Entre os atuais Coordenadores de Educação, 26 deles concluíram o Curso Normal no período de 1952 a 1955. Nesse ano - 1955 - havia 16 Escolas Normais em to

do Estado de Santa Catarina. O ensino superior não existia no interior do Estado e somente no ano de 1951, com a fundação da Faculdade de Filosofia na cidade de Florianópolis, surgia o primeiro Curso Superior específico em Educação.

Assim, as Escolas Normais proporcionavam a conclusão de um curso profissional aos filhos de classes dotadas de menor poder econômico. Para seguir esse curso não se faziam necessários onerosos e impraticáveis deslocamentos para outras regiões, a fim de concluir estudos. Havia, ainda, as facilidades advindas de serem muitas Escolas Normais mantidas pelo poder público e de existir um seguro mercado de trabalho, uma vez que o Estado necessitava enormemente de Professores Normalistas.

O Curso Normal constituiu-se, pois, para os indivíduos de origem socio-econômica inferior, num oportuno veículo de mobilidade social: mediante sua conclusão, era-lhes possibilitado afastarem-se da profissão paterna (relacionada com atividades manuais) e atingirem mais elevada situação de nível social.

#### 9.5 - RESULTADOS GERAIS DA ESCALA DE ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA

A Escala de Origem Social de Hutchinson foi aplicada na população dos Coordenadores de Educação do Estado de Santa Catarina e o quadro 9 - II expressa os resultados gerais que foram obtidos.

A posição dos Coordenadores de Educação na Escala de Origem Sócio-Econômica, agrupados em diversos níveis de origem social, figura no quadro 9 - III e no gráfico 9 - I.

QUADRO 9 - II

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o número de pontos obtidos na Escala de Origem Sócio-Econômica

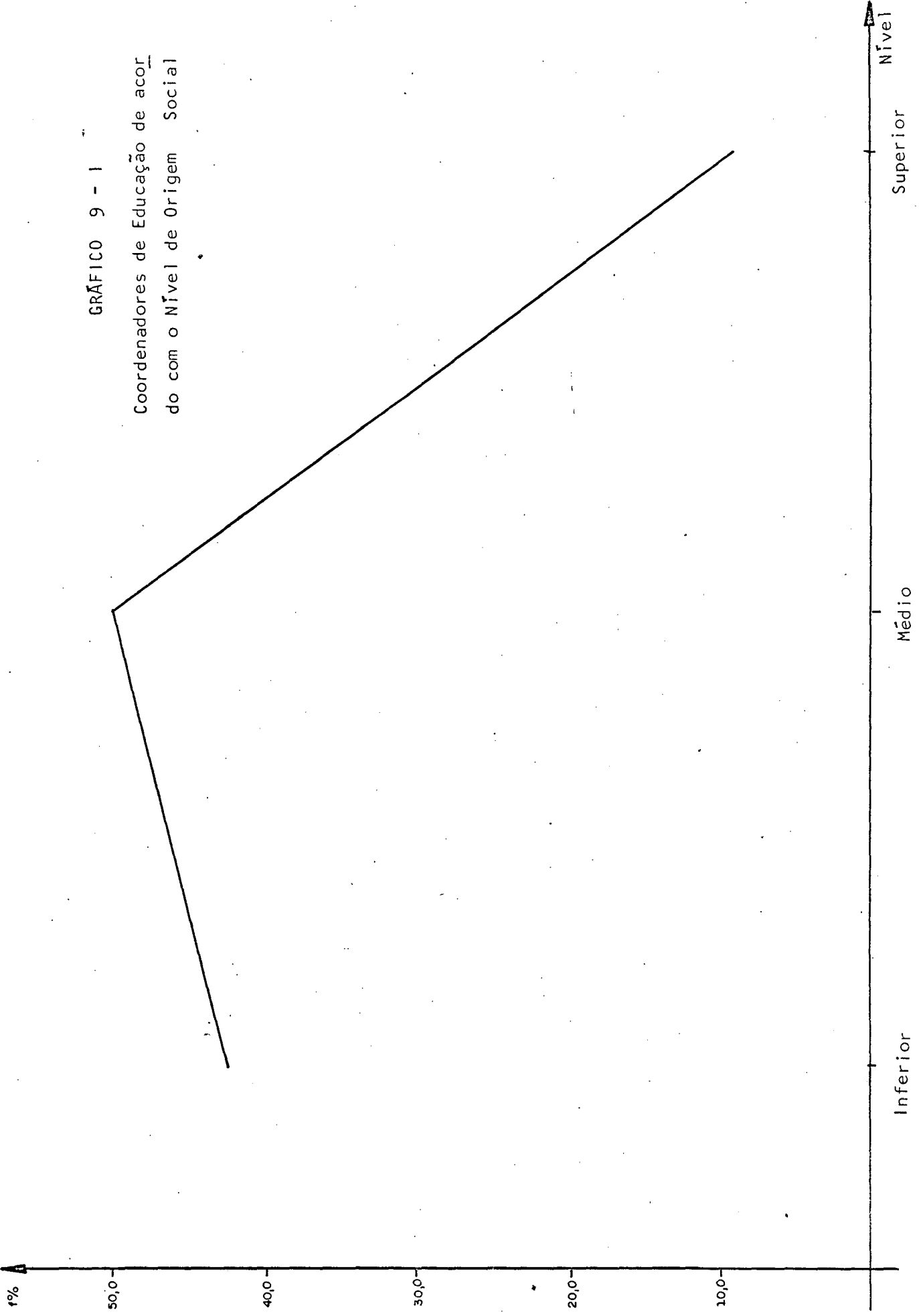
Nº de Pontos	fi	f%
1	-	-
2	12	8,8
3	40	29,5
4	28	20,6
5	38	27,9
6	9	6,6
7	9	6,6
Total	136	100,0

QUADRO 9 - III

Distribuição dos Coordenadores de Educação de acordo com o Nível de Origem Social

Nível	fi	f%
Inferior	56	41,1
Média	68	50,1
Superior	12	8,8
Total	136	100,0

GRÁFICO 9 - 1  
Coordenadores de Educação de acordo  
do com o Nível de Origem Social



O trabalho profissional, para grande número de antigos Inspetores Escolares e atuais Coordenadores de Educação pode ser interpretado como um instrumento de mobilidade social ascendente, se comparada à sua classe social de origem. Esse processo - mobilidade social - sofre a influência de diversas variáveis intervenientes como: atitudes em geral, escolaridade, idade, sexo.

Assim, os condicionamentos culturais que cercam homens e mulheres fazem com que se possa dizer, segundo a hipótese ora estabelecida, que a origem social dos Coordenadores de Educação varia conforme o sexo. Essa hipótese está analisada no quadro 9 - IV.

QUADRO 9 - IV

Análise da hipótese

	Variáveis da Hipótese	
	Nível de Origem Social	Sexo
Caracterização	Variável Nominal	Variável Nominal
Função	Variável Independente	Variável Dependente
Categorias	Inferior Média Superior	Masculino Feminino

As variáveis de hipótese, na população dos Coordenadores de Educação, obtiveram os resultados que constam do quadro 9 - V e do gráfico 9 - II.

O teste da hipótese, em questão apresentam os seguintes resultados:

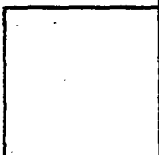
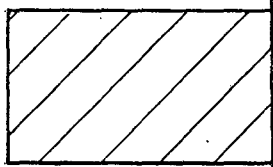
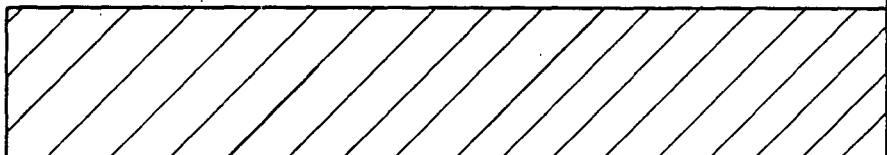
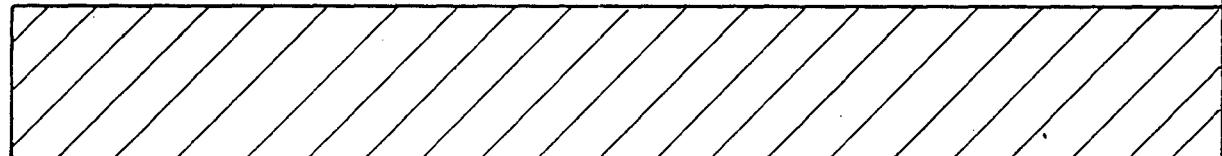
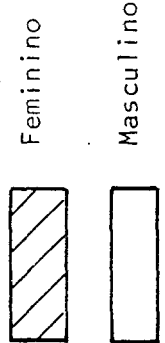
$$\chi^2 = 1,4$$

$$e^2 = 0,01$$



GRÁFICO 9 - II

Posição na Escala de Origem Sócio-Econômica de acordo com o Sexo



Nível de Origem Social  
Superior  
Média  
Inferior

1%  
50  
40  
30  
20  
10

Uma vez que o Coeficiente de Associação revelou um valor extremamente baixo (0, 01), constata-se que a hipótese que em estudo deve ser rejeitada. Assim, segundo o Gráfico 9 - II já delineara, conclui-se que a origem social dos Coordenadores de Educação não varia conforme o sexo.

QUADRO 9 - V

Nível de Origem Social de acordo com o Sexo

Nível de Origem Social	Masculino		Feminino	
	fi	f%	fi	f%
Superior	4	6,3	8	11,1
Média	31	48,4	37	51,4
Inferior	29	45,3	27	37,5
Total	64	100,0	72	100,0

### 9.7 - ORIGEM SOCIAL E INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA

Supõe-se que os indivíduos de classe social alta têm, em princípio, possibilidade de um estilo de vida que favorece o desenvolvimento da iniciativa e independência: mais elevado nível de escolaridade, maiores facilidades relativas à mobilidade espacial, maior acesso às fontes de informação.

Nesse contexto geral situou-se a hipótese de que o grau de iniciativa e independência dos Coordenadores de Educação aumenta à medida que estes ascendem na estrutura social. Esta hipótese consta no quadro 9 - VI.

As variáveis que estamos estudando apresentaram, na população dos Coordenadores de Educação, os valores que figuram no quadro 9 - VII e o no Gráfico 9 - III.

## QUADRO 9 - VI

## Análise da Hipótese

	Váriáveis da Hipótese	
	Nível de Origem Social	Grau de Iniciativa e Independência
Caracterização	Variável Nominal	Variável Ordinal
Função	Variável Independente	Variável Dependente
Categorias	Inferior Médio Superior	de 0 a 8 pontos

## QUADRO 9 - VII

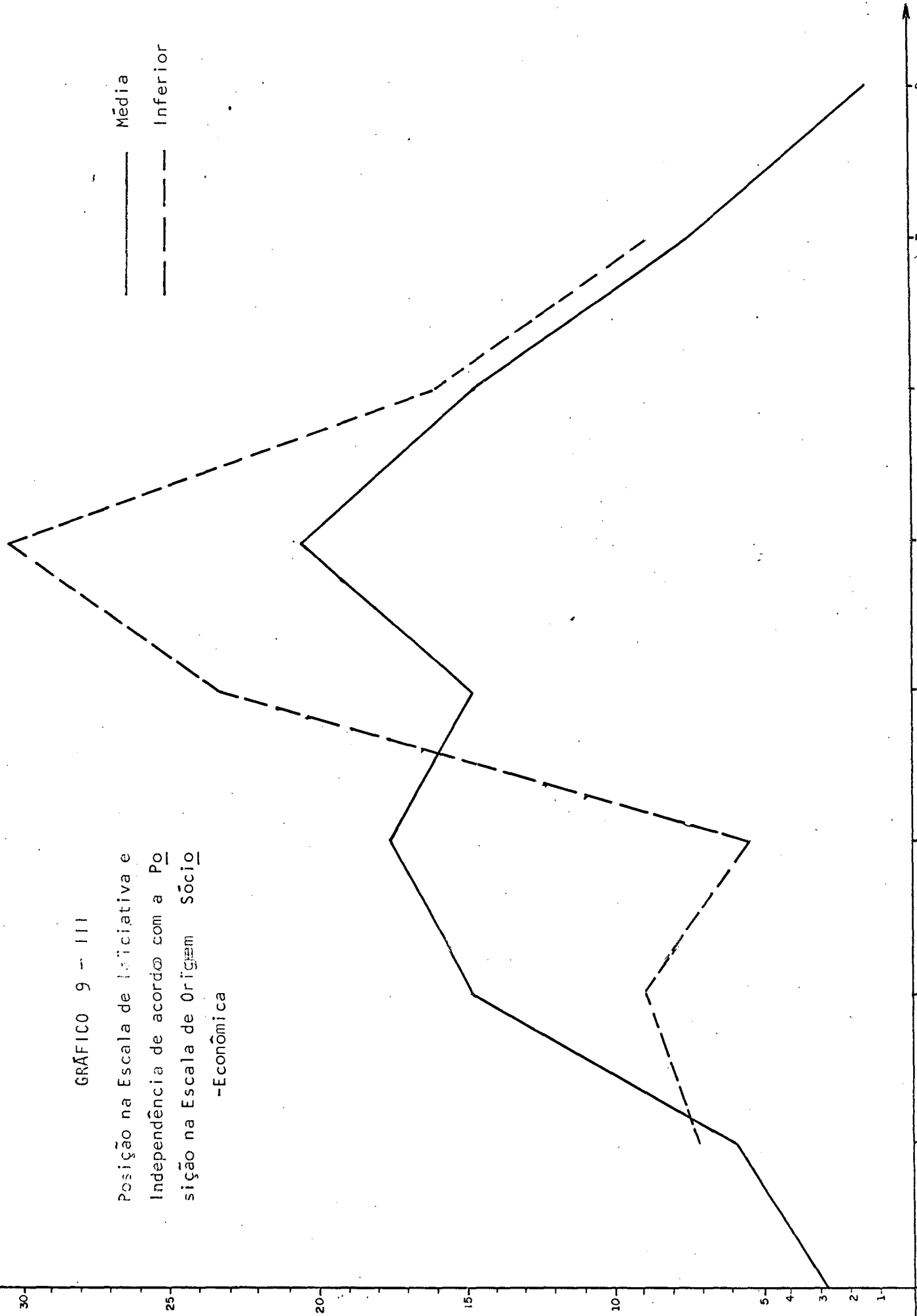
## Nível de Origem Social de acordo com o Grau de Iniciativa e Independência

Grau de Iniciativa e Independência	Nível de Origem Social					
	Inferior		Média		Superior	
	fi	f%	fi	f%	fi	f%
0	-	-	2	2,9	-	-
1	4	7,1	4	5,9	-	-
2	5	8,9	10	14,7	2	*
3	3	5,4	12	17,6	1	*
4	13	23,2	10	14,7	3	*
5	17	30,4	14	20,6	2	*
6	9	16,1	10	14,7	3	*
7	5	8,9	5	7,4	1	*
8	-	-	1	1,5	-	-
Total	56	100,0	68	100,0	12	*

(\*) N muito pequeno (12): não foram calculados os percentuais.

GRÁFICO 9 - III  
Posição na Escala de Iniciativa e  
Independência de acordo com a Po-  
sição na Escala de Origem Sócio-  
-Econômica

— Média  
- - - Inferior



Na presente hipótese, a classe superior não foi analisada em virtude de haver pequeno número de informantes ( $n = 12$ ). O tratamento estatístico dos dados apresenta os seguintes resultados:

Para o Nível Social Inferior

$$\bar{x} = 4,6$$

$$s = 1,43$$

$$IV = 31,09\%$$

Para o Nível Social Médio

$$\bar{x} = 4,04$$

$$s = 1,80$$

$$IV = 44,55\%$$

Os dados revelaram que a classe inferior compõe um grupo mais homogêneo, com maior concentração de dados (31,09%), conforme pode ser observado no Gráfico 9 - III.

Em relação à média, no Nível Social inferior figura um valor mais elevado (4,6) do que o referente ao Nível Social médio (4,04). Assim, a hipótese deve ser rejeitada: o grau de iniciativa e independência dos Coordenadores de Educação não aumenta na medida em que estes ascendem na estrutura social.

## CAPÍTULO 10

### CONCLUSÕES GERAIS

O presente relatório de pesquisa chegou a diversas conclusões gerais, a respeito do estrato ocupacional dos Coordenadores de Educação que atuam no ensino no público estadual de Santa Catarina.

#### 10.1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS COORDENADORES DE EDUCAÇÃO

Esse aspecto pode ser categorizado em Caracterização Pessoal e Caracterização Profissional.

##### I - Caracterização Pessoal dos Coordenadores de Educação

- a) A idade varia de 20 a 60 anos;
- b) As categorias sexuais indicam 47,1% de homens e 52,9% de mulheres;
- c) A naturalidade abrange os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul;
- d) O estado civil indica 78,0% de casados, 20,6% de solteiros, havendo 1 viúvo e 1 desquitado;
- e) A religião predominante é a Católica, com 93,4% informantes, havendo, ainda Protestantes e Espíritas.

##### II - Caracterização Profissional dos Coordenadores de Educação

- a) A composição da população revelou duas subpopulações, de acordo com o passado profissional: a dos que foram Inspectores Escolares efetivos ou designados (71,3%), e a subpopulação dos que não foram Inspectores Escolares, em seu passado profissional (28,7%);
- b) As atribuições profissionais dos informantes, no passado (como Inspectores Escolares) abrangiam atividades de Orientação Pedagógica e de Administração de Ensino.  
As atribuições profissionais dos informantes, no presente (como Coordenadores Locais de Educação) caracterizam-se por serem de Administração de Ensino;
- c) A forma de provimento do cargo revelou que 62,5% são funcionários efetivos e 37,5% enquadram-se como designados;
- d) A maioria (51,5%) não exerce qualquer outra atividade profissional relacionada com o ensino, além de Coordenador de Educação;

- e) A quase totalidade (91,9%) revelou identificar-se com um trabalho de Administração de Ensino, ou que aliasse Administração de Ensino e Orientação Pedagógica.

#### 10.2 - A CARREIRA DE INSPETOR ESCOLAR

Os Concursos para Seleção de Inspectores Escolares realizaram-se do ano de 1950 ao ano de 1968 e tinham as seguintes características:

- 1) Eram conservadores quanto aos fatores que influíam na classificação do candidato;
- 2) Não havia, por vezes, relação entre determinados fatores avaliados no Concurso e o trabalho a ser desenvolvido pelo Inspetor Escolar;
- 3) Infuiram decisivamente na organização dos padrões de mobilidade ocupacional (vertical e horizontal), dos inspectores escolares, na organização Secretaria da Educação.

#### 10.3 - MOBILIDADE OCUPACIONAL

Com o Concurso de Ingresso à Carreira de Inspetor Escolar, normas legais burocráticas passaram, a partir de 1948, a disciplinar a mobilidade vertical do Inspetor Escolar, caracterizada pelo fato de Professores e Diretores poderem ascender à situação de Inspetor Escolar.

Com o Concurso de Remoção de Inspectores Escolares, a partir de 1954, normas legais burocráticas passaram a regular a mobilidade horizontal, caracterizada pela possibilidade dos Inspectores Escolares poderem escolher a base geográfica para seu trabalho (Circunscrição Escolar).

#### 10.4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Quanto à formação profissional do Coordenador Local de Educação conclui-se que:

- a) 55,2% possuem uma formação de nível médio, 36,0% frequentam curso superior, 5,9% concluíram curso superior e 2,9% já concluíram curso superior e ainda frequentam outro curso universitário;
- b) Entre os cursos de nível superior concluídos predominam os cursos de Direito (25%) e os de Filosofia (25%);

- c) Entre os cursos de nível Superior frequentados predominam os cursos de Pedagogia (45,3%), Letras (15,1%) e Direito (15,1%).

#### 10.5 - ESCALA DE TRADICIONALISMO

A pesquisa testou e aprovou as seguintes hipóteses:

- a) Os Coordenadores de Educação do sexo feminino são mais tradicionalistas do que os do sexo masculino;
- b) Os Coordenadores de Educação que em seu passado profissional foram Inspectores Escolares apresentam maior grau de tradicionalismo do que os que não foram Inspectores Escolares.

#### 10.6 - RESISTÊNCIA A MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS

Os Coordenadores Locais de Educação apresentaram acentuada resistência ao 1º Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina do ano de 1970.

A fonte dessa resistência encontra-se, provavelmente, no tradicionalismo dos Coordenadores Locais de Educação e em outras variáveis, como desconhecimento da referida reforma, alteração de vencimentos e diminuição de status profissional.

#### 10.7 - ESCALA DE INICIATIVA E INDEPENDÊNCIA

A presente pesquisa testou e aprovou as seguintes hipóteses:

- a) Os Coordenadores de Educação do sexo masculino apresentam maior grau de iniciativa e independência do que os Coordenadores de Educação do sexo feminino;
- b) Quanto mais intenso é o grau de tradicionalismo dos Coordenadores de Educação, menor é o seu grau de iniciativa e independência.

#### 10.8 - ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA

A aplicação da Escala de Origem Sócio-Econômica de Hutchinson, apresentou os seguintes resultados principais, referentes à população dos Coordenadores de Educação:



- a) Há 50,1% que pertencem ao nível social inferior; 41,1% enquadram-se no nível social médio e somente 8,8% são considerados de origem social superior;
- b) A pesquisa revelou que 41,1% dos Coordenadores de Educação deixaram o nível social inferior de sua família de origem e conseguiram, mediante o trabalho profissional de Coordenador de Educação, ascender na estrutura social - passaram a pertencer ao nível social médio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS E DOCUMENTOS

- ADAMS, Harold & DICKEY, Frank. Basic principles of Supervision. New York, 1953. 320p.
- A EXPERIÊNCIA de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Laudes, 1971. 186 p.
- ALMENDROS, Herminio. La inspeccion escolar. Santiago de Cuba, Universidad de Oriente, 1952. 337 p. (Tesis de grado).
- BALLESTEROS Y USANO, Antônio. La inspection. In: FERNANDEZ RUIZ, Santiago, ed. Organizacion Escolar. México, Union Tip. Ed. Hispano Americana, 1954. 2v. v. 2, cap. 34, p. 672 - 690.
- BEEBY, C.E. Educação e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. 132 p.
- BELLO, Ruy de Ayres. A supervisão ou inspeção escolar. In: Princípios e normas de administração escolar. Rio de Janeiro, Globo, 1956. cap. 5 p. 75-97.
- BLAU, Peter M. & SCOTT, W. Richard. Organizações formais. São Paulo, Atlas, 1970. 293 p.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, ano XIII, 1953. 592 p.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, ano XIX, 1958. 644 p.
- \_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Projeto de reforma do sistema de ensino no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, s. ed., 1954. 26 p. Mimeografado.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. II Simpósio de Orientação Educacional. Rio de Janeiro. Gráfica Olímpica. 1960. p. 82.
- BREJON, Moysés. Inspeção escolar e administração. São Paulo, USP, 1958. 54 p. (Cadernos da Faculdade, 12).
- CABRAL, Flordardo. "Inspeção escolar: como deve ser feita". In: CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ENSINO PRIMÁRIO. 1., Florianópolis, 31 jul. 1927 - Anais. Florianópolis, Esc. de Aprendizes Artífices. s.d. p. 217-223.
- CAHIERS PÉDAGOGIQUES. L'inspection. Paris, 82, maio 1969.
- CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo, Nacional, 1960. 286 p.
- DIÁRIO da assembleia legislativa. Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, II (45): 3, 1948.
- DIAS, José Augusto. Ensino médio e estrutura sócio-econômica. Rio de Janeiro, MEC/INEP, 1967. 312 p.

- \_\_\_\_\_. Sistema escolar brasileiro. São Paulo, Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho", 1970. 24. p. Mimeografado.
- DICCIONARIO DE SOCIOLOGIA. 3 ed. México, Fondo de Cultura, 1963. 317 p.
- DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. Rio de Janeiro, Globo, 1961. 377 p.
- DOTTRENS, Robert. Le problème de l'inspection et l'éducation nouvelle. Paris, Institut J. J. Rousseau et Société Belge de Pédotechnie, s. d. 248 p. (Collection d'actualités pédagogiques).
- ETZIONI, Amitai. Organizações modernas. São Paulo, Pioneira, 1967. 190 p.
- FERRAZ, Esther de Figueiredo. Consultas sobre concurso de ingresso para inspetores escolares. Acta, São Paulo, Conselho Estadual de Educação, 3 (7) : 154-158, 1967.
- GANS, Marjorie et alii. A mulher e a modernização da família brasileira. Pesquisas e planejamento, São Paulo, Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho", 12, 97-139, out. 1970.
- GRIFFIJS, Daniel E. Relações humanas. Trad. Heloisa Moreira de Sousa. São Paulo, Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho", s. d. 13 p. Mimeografado.
- GOMES, Ambrosina Maria. "Inspeção escolar - como deve ser feita?". In: CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ENSINO PRIMÁRIO. 1., Florianópolis, 31 jul. 1927. Anais. Florianópolis, Esc. de Aprendizes Artífices. s. d. p. 223-28.
- GOODE, William e HATT, Paul K. Métodos em pesquisa social. 2 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1968. 488 p.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. Desenvolvimento econômico e prestígio de certas ocupações. Rio de Janeiro. América Latina. Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. 4. 1965.
- GOUVEIA, Aparecida Joly, e HAVIGHURST, Robert. Ensino médio e desenvolvimento. São Paulo, Melhoramentos, 1967. 237 p.
- JUDSON, Arnold S. Mudanças organizacionais. São Paulo, Editora Atlas, 1969. 118 p.
- LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina - a terra, o homem e a economia. São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1968. 378 p.
- LEÃO, A. Carneiro. Introdução à administração escolar. São Paulo, Ed. Nacional, 1953. 306 p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 33).
- LEMUS, Luiz Arturo. Organización Y supervision de la escuela primaria. La Habana, Publicaciones Cultural, s. d. 403 p.
- L'INSPECTION DE L'ENSEIGNEMENT. In: Conférence Internationale de l'Instruction Publique. 19. Genève, 1956. Paris, UNESCO. 390 p.
- LODI, João Bosco. História da administração. São Paulo, Pioneira, 1971. 217 p.
- LOURENÇO FILHO, M. B. Organização e administração escolar. 6 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1972. 314 p.
- \_\_\_\_\_. Introdução ao estudo da escola nova. 8 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1963. 288 p.
- MENSAGEM apresentada à assembléia legislativa em 19 de abril de 1949, pelo Governador em exercício Dr. José Boabaid. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1949. 106 p.
- MENSAGEM apresentada ao congresso representativo do Estado a 26 de julho de 1903 pelo vice-governador Vidal José de Oliveira Ramos Júnior. Florianópolis, Typ. Moderna, 1903. 52 p.

- MENSAGEM lida pelo exmo. sr. coronel Gustavo Richard Governador do Estado na 3ª sessão da 7ª legislatura do Congresso Representativo em 16 de agosto de 1909. Joinville, Typ. Boehm, 1909. 68 p.
- MERTON, Robert K. Teoria Y estructura sóciales. México, Fundo de Cultura, 1970. 647 p.
- MOREIRA, Roberto. A educação em Santa Catarina. Rio de Janeiro. MEC/INEP, 1954. 103 p.
- MULLER, Antônio Rubbo. Teoria da organização humana. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1958. 130 p.
- PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo, Nacional, 1972. 1230 p.
- PRANDI, J. R. Análise de Contingência. São Paulo, Cernafor, 1973. 18 p.
- RELATÓRIO apresentado ao exmo. sr. Cel. Gustavo Richard Governador do Estado pelo dr. Honorio Hermetto Carneiro da Cunha Secretário Geral. Florianópolis, Typ. Moderna, 1910. 161 p.
- RELATÓRIO apresentado ao exmo. sr. Coronel Gustavo Richard Governador do Estado pelo dr. Honorio Hermetto Carneiro da Cunha Secretário Geral, junho 1908. Joinville, Typ. Boehm, s. d.
- RODRIGUES VIVANCO, Martins. Técnica de inspeccion escolar. 2. ed. Cuba, La Habana, 1941. 178 p.
- RUMNEY, Jay & MAIER, Joseph. Manual de sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1961. 191 p.
- SANTA CATARINA. Assembléia legislativa do Estado de Santa Catarina. Relatório do deputado Elpidio Barbosa sobre o setor educacional catarinense, no período de 1940-1950. s. n. t., 1951, 28 p.
- \_\_\_\_\_. Departamento de Educação. Livro de atas de reuniões de inspetores escolares 1936-1948. Florianópolis, 269 p. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. Departamento de Educação. Livro de atas dos concursos de ingresso à carreira de inspetor escolar 1949-1968. Florianópolis, 54 p. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. Departamento de Educação. Livro de atas dos concursos para remoção de inspetor escolar 1951-1967. Florianópolis, 33 p. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. Diretoria da Instrução Pública. Circulares. Florianópolis, Typ. São José, 1930. 64 p.
- \_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. Plano setorial de educação (1973-1976). Florianópolis, Projeto Catarinense de Desenvolvimento, 1972. 2 v.
- \_\_\_\_\_. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Circulares de 1943 e 1944. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1944, 313 p.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. Relatório apresentado ao exmo. sr. Coronel Gustavo Richard Governador do Estado pelo dr. Honorio H. Carneiro da Cunha Secretário Geral, junho de 1907. Florianópolis, Livraria Moderna, 1908. 123 p.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. Relatório apresentado pelo dr. Honorio Hermetto Carneiro da Cunha, Secretário Geral Junho de 1908. Joinville, Typ. Boehm, s.d. 91 p.
- SANTOS, Silvio Coelho et alii: Sobre as condições do processo educacional em Santa Catarina. Florianópolis, 1967. 192 p.
- SIQUEIRA, José Figueirô de. Atribuições do Supervisor na teoria e na prática. São Paulo, Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho", 1962. 29 p. Mimeografado.

TRUJILLO, Alfonso Ferrari. La investigación social Y los "approaches" para la investigación sociológica. s. n. t. 32 p. Mimeografado.

## LEGISLAÇÃO

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto-lei n. 8.530 - 2 jan. 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946, p. 116-118.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.024 - 20 dez. 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial, Brasília, 27 dez. 1961, p. 11.429-11.434.

SANTA CATARINA. Leis decretos e atos. Lei n. 268 de 1º de maio 1848. Collecção de lei, s.n.t., p. 18-29.

\_\_\_\_\_. Regulamento de 29 de abril de 1868. Des-  
terro. O mercantil. 728: 1-2. 30 abril 1868.

\_\_\_\_\_. Ato de 29 de novembro de 1879. Actos de 1879 a 1881. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1921, p. 89-90.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 348 de 7 de dezembro de 1907, que expede regulamento para a instrução pública do Estado. Regulamento geral de instrução publica do Estado de Santa Catharina, Florianópolis, Typ. Gutemberg, 1908, p. 1-51.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 663 de 14 de julho de 1942, que reorganiza os quadros do funcionalismo público civil do Estado. Diário Oficial, Florianópolis, 14 de jul. 1942, p. 1-16.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 257 de 21 de outubro de 1946, que expede a Lei Orgânica do Ensino Normal no Estado de Santa Catarina. Diário Oficial, Florianópolis, 24 de out. 1946, p. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 3.733 de 12 de dezembro de 1946, que expede o regulamento para o serviço de inspeção escolar. Diário Oficial, Florianópolis, 14 jan. 1947, p. 1-3.

\_\_\_\_\_. Decreto de 29 de novembro de 1948, de acordo com a lei n. 233 de 10 de dezembro de 1948 que criou a carreira de inspetor escolar no Quadro Único do Estado. Diário Oficial, Florianópolis, 27 dez. 1948, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei n. 233 de 10 de dezembro de 1948, que cria a Carreira de Inspetor Escolar, no Quadro Único do Estado. Diário Oficial, Florianópolis, 20 de dez. 1948, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei n. 23 de 5 outubro de 1951, que dispõe sobre o concurso de remoção, ingresso e reversão de inspetores escolares. Diário Oficial, Florianópolis, 8 out. 1951, p. 3-4.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 873 de 22 de novembro de 1955, que dispõe sobre a divisão do Estado em Delegacias de Ensino e dá outras providências. Diário Oficial, Florianópolis, 23 jan. 1956, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1.463 de 30 de abril de 1956, que dá nova denominação à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, organiza seus serviços e cria e suprime cargos no Quadro Único do Estado. Diário Oficial, Florianópolis, 8 de maio de 1956, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei n. 2.293 de 27 de fevereiro de 1960. Estatuto do Magistério Público de Santa Catarina. Diário Oficial, Florianópolis, 21 mar. 1960, p. 1-6.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.170 de 31 de outubro de 1960, que regulamenta os concursos de remoção e ingresso de membros do magistério primário. Diário Oficial, Florianópolis, 21 de novembro de 1960, p. 5-7.

\_\_\_\_\_. Lei n. 2.975 de 18 de dezembro de 1961, que dispõe sobre Educação e Cultura. Diário Oficial, Florianópolis, 19 de dezembro de 1961, p. 2-11.

\_\_\_\_\_. Lei n. 3.191 de 8 de maio de 1963, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. Diário Oficial, Florianópolis, 7 de junho de 1963, p. 1-11.

\_\_\_\_\_. Lei n. 3.341 de 16 de novembro de 1963, que dispõe sobre concurso para provimento do cargo de inspetor escolar, modifica e cria cargos e dá outras providências, Diário Oficial, Florianópolis, 29 de novembro de 1963, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Decreto N. SE-01-10-63/753, que expede regulamento para remoção, ingresso e reingresso de inspetores escolares, diretores de grupos escolares e professores primários. Diário Oficial, Florianópolis, 8 de outubro de 1963, p. 1-5.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.394 de 20 de novembro de 1969, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino. Diário Oficial, Florianópolis, 5 de dezembro de 1969, p. 1-7.

\_\_\_\_\_. Decreto N. SE-31-12-69/8.828, que aprova o Plano Estadual de Educação. Diário Oficial, Florianópolis, 25 de junho de 1970, p. 1-11.

\_\_\_\_\_. Decreto N. SE-31-12-69/8.840 "A", que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria da Educação e Cultura e dá providências. Diário Oficial, Florianópolis, 4 de fevereiro de 1970, p. 2-3.

\_\_\_\_\_. Decreto N. SE-9.150- de 4 de junho de 1970, que regulamenta o decreto N. SE-31-12-69/8.840 "A" que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências. Diário Oficial, Florianópolis, 14 de agosto de 1970, p. 1-10.

A N E X O I

QUESTIONÁRIO



UM ESTUDO SOBRE COORDENADORES REGIONAIS

E COORDENADORES LOCAIS DE EDUCAÇÃO NO

ESTADO DE SANTA CATARINA

---

## I CARACTERIZAÇÃO DA COORDENADORIA LOCAL DE EDUCAÇÃO

---

(as questões seguintes, de números 1, 2, 3, 4 e 5, destinam-se a ser respondidas somente pelos Coordenadores Locais de Educação)

- 1) Coordenadoria Local de Educação número: \_\_\_\_\_
- 2) Antigo número de ordem como Circunscrição Escolar: \_\_\_\_\_
- 3) Pertence à Coordenadoria Regional de: \_\_\_\_\_
- 4) Sede: \_\_\_\_\_
- 5) Endereço completo: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

## II CARACTERIZAÇÃO DO COORDENADOR DE EDUCAÇÃO (LOCAL E REGIONAL)

---

- 6) Assinale o cargo que exerce no momento:  
 Coordenador Regional de Educação  
 Coordenador Local de Educação
- 7) O senhor(a) é efetivo ou designado no cargo de Coordenador Local de Educação?  
 Efetivo  
 Designado
- 8) Data de seu nascimento?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- 9) Sua idade?

\_\_\_\_\_

(em anos completados nos últimos seis meses)

- 10) Sexo?  
 Masculino  
 Feminino

11) Estado civil?

---

12) Religião?

---

13) Naturalidade?

---

(Cidade e Estado)

14) Descreva a ocupação de seu pai, mesmo que ele seja aposentado ou falecido; dê uma idéia bem clara do que ele faz ou fazia; por ex., se for operário, diga o que faz ou fazia na fábrica; se funcionário público, diga o tipo de tarefa que realizava ou realiza; se comerciário ou bancário, descreva a tarefa que executa ou executava na empresa ou loja, ou banco; se for militar diga a patente dele e a que ramo das Forças Armadas pertence ou pertencia; se ele tiver mais de um trabalho, descreva apenas o principal.

---



---



---

15) Qual é ou era a situação dele no trabalho?

- ( ) Sócio ou dono exclusivo de uma casa comercial ou industrial
- ( ) Trabalha por conta própria
- ( ) Funcionário de uma companhia ou firma comercial, industrial, bancária, etc.
- ( ) Funcionário do Governo, órgão paraestatal ou autarquia
- ( ) Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_

---

16) Há ou havia outras pessoas trabalhando para ele ou sob suas ordens?

- ( ) Não
- ( ) Sim                      Quantas aproximadamente? \_\_\_\_\_

17) O senhor(a) concluiu o Curso Normal?

( ) Não

( ) Sim

18) Em que ano?

---

19) O senhor(a) fez curso de Aperfeiçoamento em Educação?

(não nos referimos a um curso regular de nível superior)

( ) Não

( ) Sim

Se o senhor(a) fez curso de Aperfeiçoamento em Educação, solicitamos que nos forneça as informações abaixo:

20) Instituição Responsável	21) Nome do Curso	22) Área de Espe cialização	23) Duração (em dias)	24) Ano de Conclu são

(ocupe o verso da página, se necessário)

25) Existe curso superior, na localidade de sua residência?

( ) Não

( ) Sim

26) O senhor(a) concluiu curso superior?

( ) Não

( ) Sim

\*Se concluiu curso superior, pedimos que nos informe o seguinte:

27) Nome do Curso	28) Ano de Início	29) Ano de Conclusão	30) Cidade e Estado on de foi concluído

31) O senhor(a) concluiu curso de pós-graduação?

( ) Não

( ) Sim

32) Qual foi esse curso? \_\_\_\_\_

33) O senhor(a) está atualmente frequentando algum curso superior?

( ) Não

( ) Sim

Se o senhor(a) está frequentando curso superior, solicitamos sobre o mesmo as informações abaixo:

34) Nome do Curso Superior que frequenta	35) Data (ano) de Início	36) Série que frequenta	37) Data (ano) previsto para a conclusão

38) O curso superior que o senhor(a) está freqüentando é na mesma localidade de sua residência?

( ) Não

( ) Sim

Se o curso superior que o senhor(a) está freqüentando não é na mesma localidade de sua residência, dê, por favor, as seguintes informações:

39) Cidade onde estuda	40) Distância em Km entre sua residência e a cidade onde estuda	41) Número médio de viagens anuais que devem ser feitas entre sua residência e a cidade onde estuda	42) Mínimo de freqüência exigida no curso que frequenta (em dias letivos)

43) Caso ainda não o faça, gostaria de estar freqüentando um curso sobre educação, em nível superior?

( ) Não

( ) Sim

44) Se desejaria fazer um curso universitário sobre Educação, relacione os principais problemas e motivos que o impedem de fazer esse curso desejado.

---



---



---



---



---



---

(ocupe o verso da página ou folha anexa, se necessário)

45) Além de Coordenador de Educação (Local ou Regional) o senhor(a) exerce outra atividade profissional que não se relacione com educação? (por "atividade profissional" entendemos uma atividade remunerada)

( ) Não

( ) Sim 46) Qual é essa atividade? \_\_\_\_\_

47) Além de Coordenador de Educação o senhor(a) exerce outra atividade profissional que se relacione com educação?

(ex. como professor, assessor em assuntos de educação, etc.)

( ) Não

( ) Sim

Se, além de Coordenador de Educação, o senhor(a) exerce outra atividade de profissional relacionada com educação, forneça sobre essas atividades as informações que abaixo se solicita:

48) Nome da Atividade	49) Órgão Responsável			
	público municipal	público estadual	público federal	particular

50) O senhor(a) exerce atividade docente?

( ) Não

( ) Sim

51) Se o senhor(a) não exerce atividade docente mas gostaria de fazê-lo, exponha os principais problemas e motivos que o impedem de ministrar aulas.

---



---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

(ocupe o verso da página ou folha anexa, se necessário)

52) Se lhe fosse dado escolher entre os tipos de trabalho profissional abaixo relacionados, qual seria a sua escolha?

Ao escolher considere apenas o trabalho capaz de melhor satisfazer ao seu gosto e a sua realização pessoal.

escolheria atividade de Administração do Ensino

escolheria atividade de Orientação Pedagógica

escolheria atividade ao mesmo tempo de Administração do Ensino e de Orientação Pedagógica

53) Se o senhor(a) não exerceu atividades de Inspetor Escolar, mas somente de Coordenador de Educação, informe se tinha experiência de magistério antes de ser Coordenador Local ou Regional de Educação:

Não

Sim

54) Durante quantos anos?

---



55) Qual o tipo de trabalho que o senhor(a) preferiria? (Faça apenas uma escolha em cada um dos seguintes pares). Assinale sua escolha com um círculo em torno do número 1 ou do número 2:

Primeiro par:

Um trabalho em que sempre estou dependendo de mim mesmo para resolver os problemas que surjam ..... 1

Um trabalho em que há sempre alguém para ajudar-me a resolver os problemas que surjam ..... 2

Segundo par:

Um trabalho em que tenho de tomar muitas decisões por conta própria ..... 1

Um trabalho em que tenho de tomar poucas decisões por conta própria ..... 2

Terceiro par:

Um trabalho em que recebo instruções minuciosas ..... 1

Um trabalho em que recebo instruções muito gerais ..... 2

Quarto par:

Um trabalho que está sempre dentro de minha capacidade normal ..... 1

Um trabalho que quase exige o máximo de minha capacidade ... 2

Quinto par:

Um trabalho em que há sempre alguém para evitar que eu cometa erros ..... 1

Um trabalho pelo qual sô eu assumo responsabilidade ..... 2

Sexto par:

Um trabalho em que, ou eu me saio muito bem ou fracasso completamente ..... 1

Um trabalho em que eu nunca seria um grande sucesso, mas no qual nunca fracassaria completamente ..... 2

Sétimo par:

- Um trabalho que quase sempre é a mesma coisa ..... 1
- Um trabalho que está constantemente mudando ..... 2

Oitavo par:

- Um trabalho interessante, mas que pode ser de curta duração. 1
- Um trabalho pouco interessante, mas que certamente tem sua existência garantida por muito tempo ..... 2

56) O senhor(a) encontrará a seguir uma lista de afirmações com as quais poderá concordar ou discordar. Sua opinião é livre. Faça um círculo em torno da letra "a" se concordar um pouco, da letra "b" se concordar muito, da letra "c" se discordar um pouco, da letra "d" se discordar muito.

EXEMPLO	CONCORDO		DISCORDO	
	Pouco	Muito	Pouco	Muito
A mudança da Capital para Brasília foi medida acertada para o país	a	(b)	c	d
No exemplo acima, a resposta dada significa que a pessoa concorda muito com a afirmação.				

Dê sua opinião em relação a cada uma das afirmações abaixo:

	CONCORDO		DISCORDO	
	Pouco	Muito	Pouco	Muito
Fazer planos somente traz infelicidade, porque os planos dificilmente se realizam.	a	b	c	d
A gente precisa ter boas relações com pessoas influentes para progredir na profissão.	a	b	c	d

	CONCORDO		DISCORDO	
	Pouco	Muito	Pouco	Muito
Quando se está procurando emprego, deve-se arranjar um lugar perto dos pais, mesmo que isto significa perder uma boa oportunidade.	a	b	c	d
Em geral, a vida nas grandes cidades é mais interessante, há sempre oportunidade de se conhecer pessoas diferentes.	a	b	c	d
Se houver oportunidade de contratar um ajudante de trabalho sempre é melhor contratar um parente do que um estranho.	a	b	c	d
O controle desta cidade está nas mãos de um pequeno grupo de pessoas e um cidadão comum não tem muita influência.	a	b	c	d
Não é bom deixar seus amigos saberem tudo a respeito de sua vida, pois eles podem tirar proveito de você.	a	b	c	d
Para ser feliz, a gente deve comportar-se como os outros desejam, mesmo que seja preciso não manifestar as próprias idéias.	a	b	c	d
Hoje em dia, como as coisas andam, a pessoa inteligente deve preocupar-se com o presente, sem se incomodar com o que pode acontecer amanhã.	a	b	c	d

	CONCORDO		DISCORDO	
	Pouco	Muito	Pouco	Muito
O filho de um trabalhador não tem muita chance de chegar a ser <u>médico</u> , engenheiro ou advogado.	a	b	c	d
Quando uma pessoa está numa fase <u>mã</u> da vida, somente pode contar com a ajuda dos parentes.	a	b	c	d
As pessoas nas cidades grandes são frias e fechadas; é difícil fazer novos amigos.	a	b	c	d
Esta cidade não é um lugar muito simpático; a gente <u>sô</u> pode fazer amizades com pessoas do mesmo <u>ti</u> po que o nosso.	a	b	c	d
A maior parte das pessoas <u>retri</u> buirá sua amizade com ingratidão.	a	b	c	d
Prefiro um emprego que me dê <u>opor</u> tunidade de realizar um trabalho independente e onde meu esforço seja reconhecido.	a	b	c	d
Nós, brasileiros, sonhamos com grandes coisas, mas, na <u>realida</u> de, somos ineficientes no que diz respeito à indústria moderna.	a	b	c	d

(as questões seguintes, de números 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67 destinam-se a ser respondidas somente pelos Coordenadores de Educação - Locais e Regionais - que foram Inspetores Escolares).

57) Quantos anos de experiência de magistério o senhor(a) tinha, antes de ser Inspetor Escolar?

\_\_\_\_\_

58) Antes de ser Inspetor Escolar, o senhor(a) foi Diretor de Grupo Escolar?

( ) Não

( ) Sim

59) Durante quantos anos? \_\_\_\_\_

60) O senhor(a) submeteu-se ao Concurso de Ingresso à Carreira de Diretor de Grupo Escolar?

( ) Não

( ) Sim

61) Em que ano? \_\_\_\_\_

62) Em que ano o senhor(a) iniciou seu trabalho de Inspetor Escolar?

\_\_\_\_\_

63) O senhor(a) submeteu-se ao Concurso de Ingresso à Carreira de Inspetor?

( ) Não

( ) Sim

64) Em que ano? \_\_\_\_\_

65) Durante quantos anos o senhor(a) foi Inspetor Escolar?

\_\_\_\_\_

66) O senhor(a) exerceu cargos de Supervisão ou Chefia em relação a outros Inspectores Escolares? (ex. como Delegado de Ensino, Inspetor Regional de Educação, Diretor do Departamento de Educação da SEC, etc.)

( ) Não

( ) Sim

67) Qual o nome desses cargos que exerceu?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

localidade

\_\_\_\_\_

dia

\_\_\_\_\_

mês

\_\_\_\_\_

ano

ANEXO 2

PLANO DE CODIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Elaborado por: NEIDE ALMEIDA FIORI

## OBSERVAÇÕES GERAIS

- 1) Não foi utilizado o código "sem resposta" porque todos os itens do questionário foram respondidos pelos informantes.
- 2) A codificação do item n. 14 refere-se à Escala de Origem Sócio-Econômica de Hutchinson e é resultado da avaliação conjunta dos itens n. 14, n. 15 e n. 16.
- 3) A codificação do item n. 15 refere-se à Escala de Origem Sócio-Econômica de Hutchinson, é resultado da avaliação conjunta dos itens n. 14, n. 15 e 16 e tem o objetivo de codificar apenas as profissões de nível inferior da referida Escala.
- 4) A Escala de Origem Sócio-Econômica de Hutchinson foi categorizada em:  
Nível Social Superior = código 1 e 2  
Nível Social Médio = código 3 e 4  
Nível Social Inferior = código 5, 6 e 7
- 5) O item n. 55 refere-se à Escala de Iniciativa e Independência e destina-se a medir Atitudes em relação a certas Situações de Trabalho.
- 6) A Escala de Iniciativa e Independência foi categorizada em:  
Em Baixo Grau = código 0, 1, 2, 3 e 4  
Em Alto Grau = código 5, 6, 7 e 8
- 7) O desempenho dos informantes nos 8 Pares da Escala de Iniciativa e Independência, para posterior estudo da validade da Escala, foi levantado por processamento eletrônico de dados.



- 8) O item n. 56 refere-se à Escala de Modernismo e Tradicionalismo e visa medir a adesão dos informantes a novos valores culturais, em relação ao trabalho.
- 9) A Escala de Modernismo e Tradicionalismo foi categorizada em:
- |                       |                  |
|-----------------------|------------------|
| Muito Moderno         | = código 16 a 25 |
| Pouco Moderno         | = código 26 a 31 |
| Pouco Tradicionalismo | = código 32 a 35 |
| Muito Tradicional     | = código 36 a 64 |
- 10) O desempenho dos informantes nas 16 afirmativas da Escala de Modernismo e Tradicionalismo, para posterior estudo da validade da Escala, foi levantado por processamento eletrônico de dados.
- 11) Os seguintes itens do questionário não foram codificados: 1, 2, 3, 4, 5, 9, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 41, 42.

ÍTENS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 6	11	1		Coordenador Regional de Educação
		2		Coordenador Local de Educação
Item no. 7	12	1		Efetivo
		2		Designado
		3		CRE sem ser CLE
Item no. 8	13/18	...		Devem ser registrados diretamente os códigos anotados na Folha de Codifica ção Nota: 00 = Não se aplica
Item no. 10	19	1		Masculino
		2		Feminino
Item no. 11	20	1		Casado
		2		Solteiro
		3		Viúvo
		4		Desquitado
Item no. 12	21	1		Católica Romana
		2		Protestante
		3		Espírita
		4		Outra Religião
		5		Sem Religião

ÍTEMS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 13	22	1		Santa Catarina
		2		Rio Grande do Sul
		3		Paraná
		4		São Paulo
		5		Outros Estados
Item no. 14	23	1		1 ponto
		2		2 pontos
		3		3 pontos
		4		4 pontos
		5		5 pontos
		6		6 pontos
		7		7 pontos
Item no. 15	24	1		Pequeno agricultor (colono)
		2		Outras profissões nível inferior
		3		Não se aplica
Item no. 17	25	1		Não
		2		Sim
Item no. 18	26/27	...		Devem ser registrados diretamente os códigos anotados na Folha de Codifica ção Nota: 00 = Não se aplica

ÍTEM	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 25	28	1	Não	
		2	Sim	
Item no. 26	29	1	Não	
		2	Sim	
Item no. 27	30/31	01	Direito	
		02	Pedagogia	
		03	Psicologia	
		04	Letras	
		05	Ciências Sociais	
		06	História	
		07	Geografia	
		08	Matemática	
		09	Administração de Ensino (Hab.)	
		10	Ciências Naturais	
		11	Outros cursos	
		12	Não se aplica	
		13	Pedagogia e Direito	
		14	Filosofia	
		15	Ciências Econômicas e Direito	
Item no. 28	32/33	...	Devem ser registrados diretamente os códigos anotados na Folha de Codificação Nota: 00 = Não se aplica	

ÍTEMS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 29	34/35	...		Devem ser registrados diretamente os códigos anotados na Folha de Codificação Nota: 00 = Não se aplica
Item no. 30	36	1		Santa Catarina
		2		Rio Grande do Sul
		3		Paraná
		4		São Paulo
		5		Outros Estados
		6		Não se aplica
Item no. 31	37	1		Não
		2		Sim
Item no. 32	38	1		Pós-graduação relacionado com educação
		2		Pós-graduação não relacionado com educação
		3		Não se aplica
Item no. 33	39	1		Não
		2		Sim

ÍTENS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Itém no. 34	40/41		01	Direito
			02	Pedagogia
			03	Psicologia
			04	Letras
			05	Ciências Sociais
			06	História
			07	Geografia
			08	Matemática
			09	Administração de Ensino (Hab.)
			10	Ciências Naturais
			11	Pedagogia e Direito
			12	Não se aplica
			13	Administração de Empresas
			14	Direito, Ciências Naturais e Administração de Ensino (Hab.)
			15	Direito, Pedagogia e Administração de Ensino (Hab.)
			16	Filosofia
Item no. 35	42/43	...		Devem ser registrados diretamente os códigos anotados na Folha de Codificação
				Nota: 0 = Não se aplica
Item no. 36	44	...		Devem ser registrados diretamente os códigos anotados na Folha de Codificação
				Nota: 0 = Não se aplica

ÍTEMS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 37	45/46	...		Devem ser registrados diretamente os códigos anotados na Folha de Codificação Nota: 000 = Não se aplica
Item no. 38	47	1		Não
		2		Sim
		3		Não se aplica
Item no. 39	48/49	01		Palmas (PR)
		02		Itajaí (SC)
		03		Florianópolis (SC)
		04		Bagé (RS)
		05		Criciúma (SC)
		06		Curitiba (PR)
		07		Passo Fundo (RS)
		08		Erexim (RS)
		09		Passo Fundo e Cruz Alta (RS)
		10		Palmeira (RS)
		11		União da Vitória (PR)
		12		Joinville (SC)
		13		Blumenau (SC)
		14		Não se aplica
Item no. 40	50/51/52	....		Devem ser registrados diretamente os códigos anotados na Folha de Codificação Nota: 000 = Não se aplica

---

ÍTEMS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 43	53	1	Não	
		2	Sim	
		3	Não se aplica	
<hr/>				
Item no. 44	54/55	01	Falta de tempo	
		02	Ausência de curso superior no local <u>on</u> de reside	
		03	Problemas de família	
		04	Ausência de curso superior no local <u>on</u> de reside e problemas de família	
		05	Problema financeiro e ausência de <u>Cur</u> so Superior no local onde reside	
		06	Problemas de saúde e ausência de curso superior no local onde reside	
		07	Problemas financeiros e de família e ausência de curso superior no local <u>on</u> de reside	
		08	Falta de tempo e problema financeiro	
		09	Falta de incentivo profissional	
		10	Problemas de saúde	
		11	Problema financeiro	
		12	Idade avançada	
		13	Não se aplica	
<hr/>				
Item no. 45	56	1	Não	
		2	Sim	

---



ÍTEMS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 46	57	1	Advocacia	
		2	Outra profissao	
		3	Nao se aplica	
Item no. 47	58	1	Nao	
		2	Sim	
Item no. 48	59	1	Professor	
		2	Diretor	
		3	Assessor	
		4	Inspetor municipal	
		5	Nao se aplica	
		6	Supervisor escolar	
		7	Orientador pedagogico	
Item no. 49	60	1	Público municipal	
		2	Público estadual	
		3	Público federal	
		4	Particular	
		5	Nao se aplica	
Item no. 50	61	1	Nao	
		2	Sim	

ÍTEM	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 51	62	1		Falta de tempo
		2		Falta de tempo e problemas familiares
		3		A atividade de CLE não se harmoniza com o trabalho docente
		4		Problemas familiares
		5		Falta de campo de trabalho docente
		6		Não é professor e não respondeu
		7		Não se aplica
Item no. 52	63	1		Administração de ensino
		2		Orientação pedagógica
		3		Administração de ensino e orientação pedagógica
Item no. 53	64	1		Não
		2		Sim
		3		Não se aplica
Item no. 54	65/66	...		Devem ser registrados diretamente os códigos anotados na Folha de Codificação Nota: 00 = Não se aplica

ÍTEM	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 55		67	0	Zero ponto
			1	Um ponto
			2	Dois pontos
			3	Três pontos
			4	Quatro pontos
			5	Cinco pontos
			6	Seis pontos
			7	Sete pontos
			8	Oito pontos
Item no. 55 (1o. Par)		68	0	Zero ponto
			1	Um ponto
Item no. 55 (2o. Par)		69	0	Zero ponto
			1	Um ponto
Item no. 55 (3o. Par)		70	0	Zero ponto
			1	Um ponto
Item no. 55 (4o. Par)		71	0	Zero ponto
			1	Um ponto
Item no. 55 (5o. Par)		72	0	Zero ponto
			1	Um ponto

ÍTEM	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 55 (6q. Par)	73	0		Zero ponto
		1		Um ponto
Item no. 55 (7o. Par)	74	0		Zero ponto
		1		Um ponto
Item no. 55 (8o. Par)	75	0		Zero ponto
		1		Um ponto
Item no. 56	7/8	16		16 pontos
		17		17 pontos
		18		18 pontos
		19		19 pontos
		20		20 pontos
		21		21 pontos
		22		22 pontos
		23		23 pontos
		24		24 pontos
		25		25 pontos
		26		26 pontos
		27		27 pontos
		28		28 pontos
		29		29 pontos
		30		30 pontos
		31		31 pontos
		32		32 pontos
33		33 pontos		
34		34 pontos		
35		35 pontos		
36		36 pontos		
37		37 pontos		

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

---

ÍTENS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 56		7/8	38	38 pontos
			39	39 pontos
			40	40 pontos
			41	41 pontos
			42	42 pontos
			43	43 pontos
			44	44 pontos
			45	45 pontos
			46	46 pontos
			47	47 pontos
			48	48 pontos
			49	49 pontos
			50	50 pontos
			51	51 pontos
			52	52 pontos
			53	53 pontos
			54	54 pontos
			55	55 pontos
			56	56 pontos
			57	57 pontos
			58	58 pontos
			59	59 pontos
			60	60 pontos
			61	61 pontos
			62	62 pontos
			63	63 pontos
			64	64 pontos

---

ÍTENS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 56		9	1	1 ponto
(1a. afirmativa)			2	2 pontos
			3	3 pontos
			4	4 pontos
Item no. 56		10	1	1 ponto
(2a. afirmativa)			2	2 pontos
			3	3 pontos
			4	4 pontos
Item no. 56		11	1	1 ponto
(3a. afirmativa)			2	2 pontos
			3	3 pontos
			4	4 pontos
Item no. 56		12	1	1 ponto
(4a. afirmativa)			2	2 pontos
			3	3 pontos
			4	4 pontos
Item no. 56		13	1	1 ponto
(5a. afirmativa)			2	2 pontos
			3	3 pontos
			4	4 pontos

---

ÍTEMS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
-------	--------	--------	--------	-----------

---

Item no. 56	14	1	1 ponto
(6a. afirmativa)		2	2 pontos
		3	3 pontos
		4	4 pontos

---

Item no. 56	15	1	1 ponto
(7a. afirmativa)		2	2 pontos
		3	3 pontos
		4	4 pontos

---

Item no. 56	16	1	1 ponto
(8a. afirmativa)		2	2 pontos
		3	3 pontos
		4	4 pontos

---

Item no. 56	17	1	1 ponto
(9a. afirmativa)		2	2 pontos
		3	3 pontos
		4	4 pontos

---

Item no. 56	18	1	1 ponto
(10a. afirmativa)		2	2 pontos
		3	3 pontos
		4	4 pontos

---

---

ÍTEM	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
------	--------	--------	--------	-----------

---

Item no. 56	19	1	1 ponto
(11a. afirmativa)		2	2 pontos
		3	3 pontos
		4	4 pontos

---

Item no. 56	20	1	1 ponto
(12a. afirmativa)		2	2 pontos
		3	3 pontos
		4	4 pontos

---

Item no. 56	21	1	1 ponto
(13a. afirmativa)		2	2 pontos
		3	3 pontos
		4	4 pontos

---

Item no. 56	22	1	1 ponto
(14a. afirmativa)		2	2 pontos
		3	3 pontos
		4	4 pontos

---

Item no. 56	23	1	1 ponto
(15a. afirmativa)		2	2 pontos
		3	3 pontos
		4	4 pontos

---



ÍTEMS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 56 (16a. afirmativa)	24		1	1 ponto
			2	2 pontos
			3	3 pontos
			4	4 pontos
Item no. 57	25/26	...		Devem ser registrados diretamente os códigos anotados na Folha de Codifica- ção Nota: 00 = Não se aplica
Item no. 58	27		1	Não se aplica
			2	Sim
			3	Não se aplica
Item no. 59	28/29	...		Devem ser registrados diretamente os códigos anotados na Folha de Codifica- ção Nota: 00 = Não se aplica
Item no. 60	30		1	Não
			2	Sim
			3	Não se aplica

ÍTEMS	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 61		31/32	...	Devem ser registrados diretamente os <u>c</u> ódigos anotados na Folha de Codificação Nota: 00 = Não se aplica
Item no. 62		33/34	...	Devem ser registrados diretamente os <u>c</u> ódigos anotados na Folha de Codificação Nota: 00 = Não se aplica
Item no. 63		35	1 2 3	Não Sim Não se aplica
Item no. 64		36/37	...	Devem ser registrados diretamente os <u>c</u> ódigos anotados na Folha de Codificação Nota: 00 = Não se aplica
Item no. 65		38/39	...	Devem ser registrados diretamente os <u>c</u> ódigos anotados na Folha de Codificação Nota: 00 = Não se aplica

---

ÍTEM	QUEST.	COLUNA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Item no. 66	40	1	Não	
		2	Sim	
		3	Não se aplica	
<hr/>				
Item no. 67	41	1	Inspetor Regional de Educação	
		2	Delegado de Ensino	
		3	Diretor da SEE	
		4	Outros cargos	
		5	Não se aplica	
		6	Delegado de Ensino e Inspetor Regional de Educação	
		7	Delegado de Ensino, Inspetor Regional de Educação e Diretor da SEE	

---